

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO
DE LISBOA



A EVOLUÇÃO DO RELATO SOBRE RSE NAS
EMPRESAS COTADAS NO PSI-20, IBEX-35 E
CAC-40 DE 2017 A 2019

Andreia Filipa Marques Filipe

Lisboa, fevereiro de 2022

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO
DE LISBOA

A EVOLUÇÃO DO RELATO SOBRE RSE NAS
EMPRESAS COTADAS NO PSI-20, IBEX-35 E
CAC-40 DE 2017 A 2019

Andreia Filipa Marques Filipe

Dissertação submetida ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade, realizada sob a orientação científica do Professor Adjunto Pedro Miguel Baptista Pinheiro.

Constituição do Júri:

Presidente: Prof.^ª Doutora Alexandra Domingos

Arguente: Prof.^ª Doutora Ana Isabel Dias

Vogal: Prof. Doutor Pedro Pinheiro

Lisboa, fevereiro de 2022

Aos que acompanharam toda esta caminhada.

*“Valeu a pena? Tudo vale a pena se a alma não é pequena.
Quem quer passar além do Bojador, tem que passar além da dor.
Deus ao mar o perigo e o abismo deu, mas nele é que espelhou o céu”*

Fernando Pessoa

Agradecimentos

Chegada a tão aguardada e desejada página dos agradecimentos, talvez porque, expectavelmente, saberia tratar-se da última a ser escrita.

Todo o processo de mestrado se demonstrou desafiante, mas, sem dúvida alguma, a elaboração da presente dissertação superou qualquer desafio que a antecederia. A entrega deste trabalho trata-se do culminar de um grande objetivo ao qual me propus e para o qual me esforcei para alcançar o melhor resultado possível. Foi um processo um tanto ou quanto demorado, trabalhoso e, por vezes, difícil. E tal não seria possível sem a presença, o apoio, o contributo e o carinho das diversas pessoas que me rodeiam.

Assim, quero expressar toda a minha gratidão a todos os que caminharam lado a lado comigo e que, nos momentos mais difíceis, me acalmaram, me guiaram e me lembraram que atingir o objetivo final e o sentimento de missão cumprida iriam ser maiores que qualquer dúvida ou receio.

Começo por agradecer ao meu orientador, Professor Pedro Pinheiro por ter aceite acompanhar-me neste processo. Para além disso, agradeço a sua disponibilidade, toda a sua paciência comigo, todas as sugestões e todo o auxílio perante as mais diversas dúvidas.

Agradeço à minha família, mas em especial aos meus pais. Sem eles nada disto seria possível. Agradeço o apoio incondicional que me deram, todos os valores e exemplos necessários para mim enquanto pessoa, mas também para que este caminho chegasse a bom porto, por acreditarem em mim e, conseqüentemente, nunca duvidarem e nunca me deixarem duvidar de que seria capaz de atingir o objetivo final com sucesso. Aos meus avós pela paciência, apoio e carinho e à minha irmã pelas mesmas razões e porque, mesmo sem saber, é um foco de força.

Agradeço ao Daniel, por toda a paciência, por todo o apoio, pela inspiração e motivação, pelo carinho, pela força que me transmite todos os dias, por acreditar em mim e por nunca, em momento algum, me deixar cair.

Agradeço aos meus amigos e amigas por todas as vezes que me ouviram, por todo o incentivo e por me ajudarem a acreditar que tudo iria dar certo.

A todos vós o meu sincero obrigada e que venham os próximos desafios.

Resumo

Muitos são os fatores que influenciam a atividade empresarial, desde a globalização dos mercados, passando pelo aumento das exigências dos *stakeholders*, à inovação das tecnologias. Perante este cenário as entidades têm de se adaptar a novas realidades e agir em conformidade.

A envolvimento no tema da RSE surge na medida em que é um fator diferenciador dado que os *stakeholders* valorizam as empresas que têm comportamentos sociais e ambientalmente responsáveis, logo os relatórios de sustentabilidade veem cada vez mais a sua importância acrescida, visto que são uma importante ferramenta de comunicação entre as empresas e os seus *stakeholders*.

Perante diversos organismos responsáveis pela dinamização da elaboração destes relatórios destaca-se o referencial da *Global Reporting Initiative* (GRI) dado que é o mais aplicado.

Assim, pretende-se estudar a evolução da divulgação sobre RSE de um grupo de empresas portuguesas, espanholas e francesas que apliquem a estrutura GRI nos seus relatórios no período de 2017 a 2019.

Tendo em consideração técnicas de análise univariada, bivariada e multivariada foi possível de observar ao longo deste estudo os diferentes comportamentos dos sub-índices de divulgação e do índice de divulgação global.

Percebendo-se que o nível de relato das empresas tem evoluído positivamente ao longo do período em causa, que estes variam consoante o país a que pertencem as empresas e que em alguns casos específicos a dimensão, o endividamento, a rentabilidade e o setor de atividade são também fatores influenciadores do relato sobre RSE. Para além disso, como contributo, este trabalho proporciona evidência adicional acerca do tema, nomeadamente em relação às empresas que integram o CAC-40.

Palavras-chave: Responsabilidade Social Empresarial (RSE); *Global Reporting Initiative* (GRI); Sustentabilidade; Divulgação Voluntária.

Abstract

Many are the factors that influence business activity, from the globalization of markets, to the increasing demands of stakeholders, to the innovation of technologies. Faced with this scenario, entities must adapt to new realities and act accordingly.

The involvement in the CSR issue arises to the extent that it is a differentiating factor given that stakeholders value companies that behave in a socially and environmentally responsible manner, therefore sustainability reports are increasingly gaining importance as an important communication tool between companies and their stakeholders.

The Global Reporting Initiative (GRI) benchmark is the most widely applied of the various organizations responsible for streamlining the preparation of these reports.

Thus, we intend to study the evolution of CSR disclosure of a group of Portuguese, Spanish and French companies that apply the GRI structure in their reports in the period from 2017 to 2019.

Taking into account univariate, bivariate and multivariate analysis techniques, it was possible to observe throughout this study the different behaviors of the disclosure sub-indices and the overall disclosure index.

It is perceived that the companies' level of reporting has evolved positively throughout the period in question, that these vary according to the country to which the companies belong and that in some specific cases size, indebtedness, profitability and sector of activity are also influencing factors of CSR reporting. Furthermore, as a contribution, this work provides additional evidence on the subject, namely in relation to the companies that are part of the CAC-40.

Keywords: Corporate Social Responsibility (CSR); Global Reporting Initiative (GRI); Sustainability; Voluntary Disclosure

Índice

Capítulo 1 – Introdução	1
Capítulo 2 – Contextualização da Responsabilidade Social Empresarial.....	4
2.1 Desenvolvimento Sustentável.....	5
2.2 Responsabilidade Social Empresarial.....	7
2.2.1 Conceito de RSE: Evolução Histórica e Definições.....	7
2.2.1.1 A evolução da RSE até ao século XIX.....	8
2.2.1.2 RSE no século XX.....	9
2.2.1.3 RSE no século XXI	19
2.2.2 Teorias Subjacentes à divulgação de informações sobre RSE	25
2.2.2.1 Teoria da Agência.....	26
2.2.2.2 Teoria da Sinalização	29
2.2.2.3 Teoria dos Custos de Propriedade	31
2.2.2.4 Teoria da Legitimidade.....	32
2.2.2.5 Teoria dos Stakeholders	35
2.2.2.6 Teoria dos Custos Políticos	38
2.3 O relato da informação relacionada com a RSE.....	40
2.3.1 Relatórios de Sustentabilidade.....	41
2.3.1.1 Objetivos e Motivações para a sua publicação.....	44
2.3.2 Organismos e iniciativas para o relato das informações sobre RSE.....	46
2.3.2.1 Instituto Ethos.....	46
2.3.2.2 International Organization for Standardization – ISO 26000.....	47
2.3.2.3 Organização das Nações Unidas	48
2.3.2.4 Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.....	50
2.3.2.5 União Europeia.....	51

2.3.2.6	Integrated Reporting	53
2.3.2.7	Global Reporting Initiative (GRI)	54
2.4	Fatores que influenciam o relato da RSE: evidência empírica existente	59
2.4.1	Dimensão	60
2.4.2	Setor de atividade.....	62
2.4.3	Rendibilidade	63
2.4.4	Endividamento	65
2.4.5	Localização geográfica	66
Capítulo 3	–Metodologia	68
3.1	Questão de Investigação e Questões Derivadas.....	68
3.2	Objeto e Objetivos	68
3.3	Hipóteses de Estudo.....	69
3.4	Definição da População e Dimensão da Amostra.....	71
3.5	Definição das variáveis	73
3.6	Técnicas do Método de Pesquisa/ Recolha de Dados.....	75
3.7	Técnicas e Métodos Estatísticos	76
3.7.1	Construção do Índice de Divulgação sobre RSE	77
3.7.2	Análise Univariada	78
3.7.3	Análise Bivariada.....	78
3.7.4	Análise Multivariada.....	79
Capítulo 4	– Estudo Empírico.....	80
4.1	Análise Univariada	80
4.2	Análise Bivariada.....	94
4.3	Análise Multivariada.....	104
Capítulo 5	– Conclusões, Limitações e Perspetivas Futuras	111
7.1.	Conclusões	111

7.2. Limitações e Perspetivas Futuras.....	119
Referências Bibliográficas	120
Apêndice A	135
Apêndice B	136
Apêndice C	137
Apêndice D	139
Apêndice E.....	140
Apêndice F.....	141
Apêndice H	143
Apêndice I.....	145

Índice de Figuras

Figura 2.1 - Triple Bottom Line	6
Figura 2.2 - Evolução do conceito de RSE.....	24
Figura 2.3 - Estratos ou Sub-categorias da teoria da Legitimidade	33
Figura 2.4 - Stakeholders de uma empresa.....	36

Índice de Gráficos

Gráfico 2.1- Nível de relato sobre RSE por região geográfica	67
Gráfico 3.1 - Composição da amostra por setor	72
Gráfico 4.1- Evolução dos Sub-índices de Divulgação em Portugal.....	83
Gráfico 4.2 - Evolução dos Sub-índices de Divulgação em Espanha.....	85
Gráfico 4.3 - Evolução dos Sub-índices de Divulgação em França	87
Gráfico 4.4 - Evolução do Sub-índice de Divulgação Económico	89
Gráfico 4.5 - Evolução do Sub-índice de Divulgação Ambiental	90
Gráfico 4.6 - Evolução do Sub-índice de Divulgação Social	91
Gráfico 4.7 - Evolução do Índice de Divulgação Global.....	92

Índice de Tabelas

Tabela 2.1 - Teorias Subjacentes à Divulgação de Informações sobre RSE	25
Tabela 2.2 - Evolução dos aspetos e indicadores da estrutura GRI	58
Tabela 3.1 - Constituição da amostra por setores	73
Tabela 4.1 - % de utilização das diretrizes GRI nas empresas portuguesas	81
Tabela 4.2 - % de utilização das diretrizes GRI nas empresas espanholas.....	81
Tabela 4.3 - % de utilização das diretrizes GRI nas empresas francesas	82
Tabela 4.4 - Valores dos Sub-índices e das variações ocorridas nas empresas do PSI 20	84
Tabela 4.5 - Valores dos Sub-índices e das variações ocorridas nas empresas do IBEX 35	85
Tabela 4.6 - Valores dos Sub-índices e das variações ocorridas nas empresas do CAC 40	87
Tabela 4.7 - Estatísticas Descritivas das variáveis independentes da amostra	93
Tabela 4.8 - Correlações entre variáveis dependentes e independentes das empresas portuguesas no período 2017-2019.....	95
Tabela 4.9 - Correlações existente entre as variáveis dependentes das empresas portuguesas no período 2017-2019.....	96
Tabela 4.10 - Correlações entre variáveis dependentes e independentes das empresas espanholas no período 2017-2019	97
Tabela 4.11 - Correlações existente entre as variáveis dependentes das empresas espanholas no período 2017-2019	98
Tabela 4.12 - Correlações entre variáveis dependentes e independentes das empresas francesas no período 2017-2019	99
Tabela 4.13 - Correlações existente entre as variáveis dependentes das empresas francesas no período 2017-2019	102
Tabela 4.14 - Correlações entre variáveis dependentes e independentes das empresas da amostra no período 2017-2019	103

Tabela 4.15 - Estatísticas de Regressão - IDE	105
Tabela 4.16 - Estatísticas de Regressão – ANOVA - IDE.....	105
Tabela 4.17 - Resultados da Regressão Linear - IDE	106
Tabela 4.18 - Estatísticas da Regressão - IDA.....	106
Tabela 4.19 - Estatísticas da Regressão – ANOVA -IDA	106
Tabela 4.20 - Resultados da Regressão Linear - IDA.....	107
Tabela 4.21 - Estatísticas de Regressão - IDS	107
Tabela 4.22 - Estatísticas de regressão - ANOVA - IDS	108
Tabela 4.23 - Resultados da Regressão Linear - IDS	108
Tabela 4.24 - Estatísticas da Regressão – IDG	109
Tabela 4.25 - Estatísticas da Regressão – ANOVA -IDG	109
Tabela 4.26 - Resultados da Regressão Linear - IDG.....	110
Tabela 5.1 - Validação das Hipóteses	118

Lista de abreviaturas

AICPA – *American Institute of Certified Public Accountants*

BCSD – *Business Council for Sustainable Development*

CAC – *Cotation Assistée en Continu*

CCE – Comissão das Comunidades Europeias

CE - Comissão Europeia

CERES – *Coalition for Environmentally Responsible Economies*

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

DF's – Demonstrações Financeiras

EM – Estados Membros

EUA – Estados Unidos da América

FASB – *Financial Accounting Standard Board*

GRI – *Global Reporting Initiative*

IASB – *International Accounting Standards Board*

IBEX – *Iberian Index*

ICB - *Industry Classification Benchmark*

IDA – Índice de Divulgação Ambiental

IDE – Índice de Divulgação Económico

IDG – Índice de Divulgação Global

IDS - Índice de Divulgação Social

IIRC - *International Integrated Reporting Council*

IR – *The Integrated Reporting*

ISAR – *Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting*

ISEA – Instituto de Responsabilidade Social e Ética

ISO – *International Organization for Standardization*

OCDE – *Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico*

ONU – *Organização para as Nações Unidas*

PSI – *Portuguese Stock Index*

ROA – *Return on assets*

ROE – *Return on Equity*

RS – *Responsabilidade Social*

RSE – *Responsabilidade Social Empresarial*

SEC – *Securities and Exchange Commission*

SRI - *Stanford Research Institute*

TBL – *Triple Bottom Line*

WBCSD – *World Business Council for Sustainable Development*

UE – *União Europeia*

UNEP – *United Nations Environment Programme*

Capítulo 1 – Introdução

Ao longo dos últimos anos, assiste-se a um aumento da complexidade do mundo empresarial. Isto deve-se em grande parte à globalização dos negócios bem como ao progresso tecnológico e dos meios de comunicação, no entanto muitos outros fatores têm sido grandes influências nas atuações das empresas, como a conjuntura económica, política e social e também as crises ambientais.

Perante este cenário as entidades têm de se adaptar a novas realidades e agir em conformidade, surgindo assim o interesse pela temática da responsabilidade social empresarial (RSE).

Ganilho (2013, p.2), afirma que a elevada importância dada à RSE advém dos «impactos gerados ao nível económico, social e ambiental, à escala global, resultantes da atividade das organizações».

A envolvimento no tema da RSE é um fator diferenciador dado que, num mercado com cada vez mais concorrência, os *stakeholders* valorizam as empresas que têm comportamentos sociais e ambientalmente responsáveis. Desta forma, é necessário que as empresas se aproximem dos seus *stakeholders* apresentando uma boa imagem e uma boa relação com o meio que as envolve, para que, de forma positiva, se destaquem das restantes empresas.

De acordo com Ganilho (2013, p.2), «a identidade das organizações, aliada à diversidade dos requisitos legais, levou a opinião pública a um maior grau de exigência sobre o seu desempenho, no sentido de adotarem práticas socialmente responsáveis que vão para além do contexto legislativo local».

Assim, os relatórios anuais (na parte referente à informação não financeira) e os relatórios de sustentabilidade, que têm como objetivo identificar e divulgar aspetos relacionados com a sustentabilidade, veem cada vez mais a sua importância acrescida, uma vez que são uma importante ferramenta de comunicação entre as empresas e os seus *stakeholders*.

Conforme o relatório da PWC (2012), estes relatórios têm vindo a receber mais atenção na medida em que respondem às expectativas do *stakeholders* que dedicam a sua atenção não só ao desempenho financeiro como também às matérias sociais e ambientais.

Vários são os organismos responsáveis para a harmonização e dinamização da elaboração destes relatórios, entre eles o *Global Reporting Initiative* (GRI) que apresenta um modelo para a elaboração destes relatórios. Este organismo é responsável por um conjunto de princípios, diretrizes e indicadores referentes ao desempenho económico, social e ambiental, que são seguidos por uma grande parte das empresas.

Também a União Europeia (UE), tendo em consideração a necessidade de melhorar a divulgação de informações de carácter social e ambiental, emitiu a Diretiva 2014/95/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de outubro de 2014 (em substituição da Diretiva 2013/34/UE) que veio trazer algumas exigências à divulgação para as grandes empresas de interesse público que tenham no mínimo 500 funcionários.

Apesar de alguns Estados Membros (EM) já terem implementado a obrigatoriedade de divulgação de informações não financeiras nos seus relatórios, esta diretiva veio reforçar esta necessidade de divulgação.

No caso de Espanha e de França as suas legislações já previam algumas exigências de relato. No caso de Portugal, onde esta obrigatoriedade de relato não existia, apenas foi implementada pela transposição desta Diretiva no Decreto-Lei nº 89/2017, de 28 de julho, que indicava que estas novas exigências deviam ser aplicadas pelas empresas suprarreferidas nos seus relatórios a partir de 2018. No entanto, já muitas empresas divulgavam estas informações há algum tempo de forma voluntária.

Esta obrigatoriedade de divulgação de informações sobre RSE vem, segundo Botelho (2019, p.51), «reforçar a comparabilidade, a transparência e a coerência da divulgação por parte das empresas entre os EM».

Em suma, o tema da RSE é uma área de interesse bastante atual, o que por si só justificaria a sua escolha para o estudo. O facto de existirem alterações relativamente recentes quer da legislação quer da estrutura GRI relevam ainda mais este interesse.

Não obstante, o relato deste tipo de informações ainda se diz voluntário e será nesta vertente que este trabalho se debruçar-se-á. Assim, o estudo a desenvolver terá como enfoque as divulgações que as empresas fazem de forma voluntária aplicando as diretrizes GRI.

Desta forma, no primeiro capítulo, referente à Introdução, será apresentado o tema assim como a estrutura da dissertação.

De seguida, o capítulo referente ao Enquadramento Teórico, dividir-se-á numa componente teórica e na revisão de literatura. Na primeira parte, começar-se-á por abordar a envolvente da RSE, desde o conceito em si, a sua evolução histórica e algumas teorias subjacentes à RSE. Seguidamente será abordado o processo de relato das informações sobre RSE, desde os organismos responsáveis pela dinamização da divulgação destas informações, passando pelos relatórios em si e de alguns aspetos relevantes associados a estes. Posteriormente, na revisão de literatura apresentar-se-á alguns estudos empíricos já realizados neste âmbito de investigação e relacionados com os objetivos propostos desta dissertação.

O terceiro capítulo, destinado à Metodologia a ser desenvolvida apresentar-se-á a questão de investigação, tal como as questões derivadas, o objeto e os objetivos de estudo. E, no sentido de cumprir com os objetivos propostos, são identificadas as hipóteses de investigação originárias da problemática de investigação. Para além disso, apresenta a definição da população, bem como a dimensão da amostra, o período de análise e as variáveis envolvidas no estudo. A par destes aspetos serão também indicados o método de recolha dados e as técnicas de tratamento e análise de dados.

No capítulo dedicado ao Estudo Empírico, desenvolver-se-á a análise e discussão de resultados obtidos com esta investigação. Para tal apresentar-se-á alguns itens que se considerem pertinentes para a melhor compreensão deste estudo, como gráficos e tabelas.

Para finalizar, no capítulo que dirá respeito à conclusão, far-se-á as considerações finais sobre o trabalho. Desta forma, apresentar-se-á as principais conclusões obtidas e também, caso seja relevante, comparações com resultados de estudos já realizados. Será também neste capítulo que se fará referência às limitações do estudo, assim como a sugestões para investigações futuras.

Para concluir, resta referir ainda que com a elaboração deste trabalho espera-se oferecer uma contribuição significativa ao estudo científico da temática, na medida em que será apresentado algum grau de inovação em relação a estudos pré-existentes, nomeadamente o facto de se tratar de um estudo baseado num período mais recente e o facto de se estar perante diversas variáveis de estudo. Acresce ainda que uma destas variáveis será a variável localização, algo pouco abordado na literatura tal como se irá observar.

Capítulo 2 – Contextualização da Responsabilidade Social Empresarial

O presente capítulo pretende dar a conhecer o conceito de RSE, evidenciando algumas das abordagens existentes na literatura, bem como diversos aspetos que o caracterizam, dado que esta se tem tornado uma área de desenvolvimento crescente quer para as empresas, quer para área da investigação académica (Carroll & Shabana, 2010).

Neste sentido, Barnea e Rubin (2010) referem que, nos últimos anos, as empresas têm vindo a aumentar de forma significativa os recursos que alocam a ações e atividades relacionadas com RSE.

Como se poderá observar, a RSE é um conceito global que envolve as empresas e a sociedade no geral, indo além de governos e iniciativas governamentais passando por diversos outros organismos. É de referir que a RSE se diz «complexa e complicada» (Sheehy, 2015, p.625) na medida em que resulta da fusão de diversas contribuições de variados autores e organismos.

Para além disso, muitas vezes o conceito de RSE encontra-se associado a conceitos como sustentabilidade, cidadania empresarial, ética empresarial ou gestão dos *stakeholders* (Carroll & Shabana, 2010).

Assim, inicia-se este capítulo com uma breve abordagem a dois conceitos intimamente ligados à RSE, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, fazendo referência ao modelo do *Triple Bottom Line*. Apesar de terem surgido posteriormente ao conceito de RSE considera-se que estes sejam essenciais na base da perceção do que se seguirá.

Após esta breve menção, segue-se com a explanação centrada no conceito de RSE, iniciando com a apresentação de diversas definições constantes da literatura fazendo-as acompanhar de aspetos relevantes da evolução histórica deste conceito.

Seguidamente, tendo em conta a ainda consideração da divulgação sobre estes aspetos das empresas como voluntária, abordam-se as teorias que se encontram na base das motivações das empresas a fazê-lo.

Para além disso, tenciona-se versar alguns dos diversos organismos que se envolvem nesta temática, desenvolvendo-a. Isto leva a que se aluda aos referenciais mais utilizados, a iniciativas desenvolvidas e também a normas desenvolvidas no contexto da

harmonização e divulgação dos aspetos sobre RSE. Por fim, expõem-se alguns dos estudos desenvolvidos sobre o relacionamento entre a RSE e algumas variáveis das empresas, que pretendem ser o ponto de partida desta investigação.

2.1 Desenvolvimento Sustentável

Segundo o *Business Council for Sustainable Development* (BCSD) Portugal (2007, p.26),

A temática do Desenvolvimento Sustentável tem vindo a ocupar um lugar cada vez mais destacado na nossa sociedade, onde temas ambientais, económicos e sociais já não aparecem dissociados, mas sim integrados, caminhando no sentido da globalização. A evolução dos conceitos de Desenvolvimento Sustentável e de RSE tem exigido maior envolvimento das empresas, pautando as boas práticas e fomentando a compreensão de que ser socialmente responsável não se restringe apenas ao cumprimento de todos os requisitos legais per si, mas implica muito mais do que isso. Envolve um maior investimento no capital humano, no equilíbrio ambiental e na melhoria das relações com todas as partes interessadas e comunidades locais.

De acordo com Leite *et al.* (2007) citado por Marques (2016), numa economia crescentemente globalizada, onde a competitividade se faz à escala mundial, as empresas procuram criar vantagens competitivas de forma a assegurarem a capacidade de criar valor para os seus acionistas e manterem-se competitivas face aos seus concorrentes. Para tal, é frequente recorrerem à sustentabilidade através dos relatórios de sustentabilidade, onde demonstram a sua transparência e responsabilidades assumidas.

Conforme a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) (1987), desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades, garantindo o equilíbrio entre o crescimento económico, o cuidado com o ambiente e o bem-estar social.

Para Vellani e Ribeiro (2009), uma entidade diz-se sustentável quando as suas ações oferecem produtos e serviços aos seus clientes que lhes satisfaçam as necessidades e exista criação de valor para os seus acionistas e para a sociedade, sem que seja posta em causa a continuidade da entidade, ao mesmo tempo que preserva a sua envolvente ambiental.

Tendo isto em conta, pode afirmar-se que a sustentabilidade empresarial está assente em três pilares, a componente ambiental, a componente social e a componente económica.

A interligação destas três componentes considera-se a base do modelo *Triple Bottom Line* (TBL). Aliás, o conceito de TBL foi, de acordo com Mattioda e Canciglieri (2012), introduzido por Jonh Elkington, na década de noventa, procurando o autor interligar os aspetos económicos, sociais e ambientais.

Por conseguinte, este modelo concentra-se no desempenho do relacionamento das variáveis *People, Profit and Planet* (Mattioda & Canciglieri, 2012).

Desta forma, segundo Elkington (1994, citado por Santos & Batista, 2016), uma empresa diz-se sustentável quando é financeiramente viável, ambientalmente responsável e socialmente justa, ou seja, quando as três componentes são tidas em conta, como demonstra a Figura 2.1 através da sobreposição das três componentes.

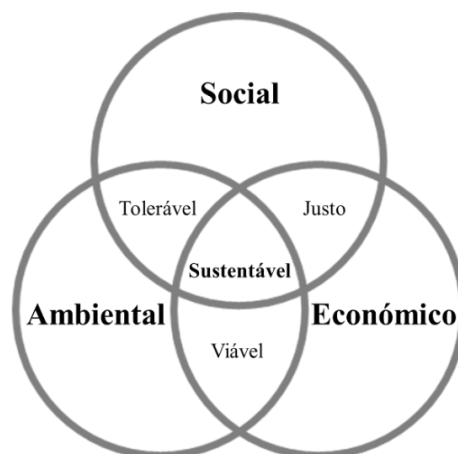


Figura 2.1 - Triple Bottom Line

Fonte: Adaptado de Santos e Baptista (2016)

Para Barbieri (2010, citado por Santos & Batista, 2016), a gestão sustentável tem como objetivo a redução dos impactos ambientais, a criação de riqueza e valor, bem como ter conta os anseios sociais.

Um outro aspeto a referir é que, em conformidade com Elkington (1999, citado por Mattioda & Canciglieri, 2012, p.3), para que o TBL seja cumprido são estabelecidas sete dimensões para que a empresa tenha um futuro sustentável, o que significa que estas deverão causar mudanças no paradigma e são elas:

- a) nos mercados (de submissão para concorrência);
- b) nos valores (de rígidos para flexíveis);
- c) na transparência (de fechado para aberto);
- d) na tecnologia do ciclo de vida (de produto para função);
- e) nas parcerias (de desunião para simbiose);
- f) no tempo (de mais intenso para mais longo); e
- g) no governo societário da organização (de excludente para inclusivo).

Para concluir, importa referir que a GRI, como se poderá analisar no ponto 2.3.2, apresenta indicadores de desempenho para as três componentes deste modelo, o que poderá ser indicador de que este é tido em consideração por uma grande parte das empresas na elaboração do seu relato sobre RSE.

Salientar ainda que a sustentabilidade é uma das condições necessárias à sobrevivência das entidades pelo que este modelo se revela fundamental, visto que o seu objetivo se prende com a obtenção e manutenção da sustentabilidade das empresas.

Dada a relação entre desenvolvimento sustentável e RSE, a secção seguinte abordará este último conceito.

2.2 Responsabilidade Social Empresarial

De acordo com Caseirão (2012, p.55), «a RSE é um conceito que está em evolução e que não tem uma definição ou um conjunto de critérios devidamente estabelecidos e reconhecidos». Apesar disso, ao longo dos anos têm vindo a ser desenvolvidas várias definições (Carroll & Shabana, 2010).

Assim, de seguida, apresentar-se-ão algumas delas bem como alguns dos aspetos que contribuíram ao longo dos anos para o desenvolvimento desta temática.

2.2.1 Conceito de RSE: Evolução Histórica e Definições

O debate sobre RSE tem vindo, cada vez mais, a ser alvo das atenções das empresas, dos diferentes organismos internacionais e da sociedade em geral, no entanto isto nem sempre se verificou. Conforme Amaral (2012), o conceito de RSE viu a sua importância ser redobrada devido à evolução do sistema económico, mas também devido às alterações a nível industrial.

O séc. XX é reconhecido como o ponto de partida de estudos e debates sobre RSE, no entanto podem encontrar-se nuances deste conceito anteriormente, ainda que de forma primordial e não sendo reconhecidos como tal. Desta forma, este tópico subdividir-se-á da seguinte forma, inicia-se com um breve enquadramento histórico sobre o tema até ao século XIX, passando de seguida para uma abordagem ao século XX e por fim para ao século XXI.

2.2.1.1 A evolução da RSE até ao século XIX

De acordo com Ferreira (2010), até ao séc. XII, a acumulação de riqueza não era bem vista e a responsabilidade social (RS) das empresas existentes estava direcionada, por esta ordem, a Deus, à Igreja e por fim à população em geral. Sendo que a RS para com a população dizia respeito à educação dos pobres e à construção de hospitais.

O mesmo autor refere que o lapso de tempo seguinte, entre o séc. XII e o séc. XV, disse respeito à época do feudalismo e, neste âmbito, a RS incidia na nação, em resultado das expedições cujo objetivo era a colonização, e do comércio mantido entre os continentes descobertos.

A partir do séc. XVI e até aos anos oitenta do séc. XX inclui-se a fase da industrialização, onde as empresas evidenciaram maiores preocupações com a criação de riqueza proveniente da produção massiva, dando ênfase à produtividade, à eficiência e ao lucro, sendo o compromisso social a promoção do bem-estar da sociedade exercido maioritariamente pelo Estado (Ferreira, 2010).

De acordo com o mesmo autor, durante este intervalo de tempo acreditava-se que os recursos naturais eram inesgotáveis e assim a produção não teria restrições e o mercado livre maximizaria o bem-estar social.

Amaral (2012), refere que ao longo dos anos observaram-se alguns acontecimentos que seriam premonitórios do que mais tarde se viria a suceder com a RSE. A mesma autora refere como exemplo, George Fox, membro da comunidade *The Quakers*, que em 1747, iniciou uma luta contra a escravatura e a indústria da guerra.

Esta comunidade defendia nos seus negócios valores que ainda hoje estão na base da RSE, como a integridade, o respeito pelos contratos de trabalho e também a segurança e higiene no trabalho (Amaral, 2012).

Para terminar esta sucinta passagem pelo período que esteve na génese e permitiu o desenvolvimento da RSE, refere-se três aspetos referente ao séc. XIX.

Em conformidade com Abreu (2010), o grupo francês *Bureau Veritas*, evidenciou-se, em 1828, com uma experiência reconhecida de apoio aos seus clientes, em áreas como a gestão de qualidade, saúde, meio ambiente, entre outras.

Alguns anos depois, em 1844, surgiu em Inglaterra uma sociedade cooperativa de tecelões que detinha alguns objetivos que, mais tarde se vieram a enquadrar como sendo práticas de RSE (Amaral, 2012). Pode referir-se, como exemplos o objetivo de construir casas higiénicas e cómodas para os sócios ou o objetivo de destinar parte dos lucros à criação de locais comuns que visassem a instrução e desenvolvimento moral dos sócios (Amaral, 2012).

Por último, segundo Abreu (2010), em 1899, surgiu a primeira abordagem relevante ao tema da RS ao nível das grandes empresas americanas. De acordo com a mesma autora, a *Republic Iron and Steel Company* aderiu, nesta data, a práticas de RS através de ações de caridade e de custódia.

2.2.1.2 RSE no século XX

O séc. XX foi um período crucial no que toca ao desenvolvimento da área da RSE, dado o seu desenvolvimento «quer no meio empresarial, quer no meio académico» (Gond & Moon, 2011, p. 2).

O início deste século foi marcado pela tentativa de inserir o conceito de RS na vida empresarial e, apesar de não ter sido uma tentativa bem-sucedida, abriu a porta ao diálogo e discussão do tema.

Assim, pode dizer-se que Henry Ford foi pioneiro na tentativa de introdução desta temática nas empresas. Henry Ford, em 1919, tentou reverter dividendos em aumentos salariais dos funcionários, em investimento na área produtiva e na constituição de um fundo de reserva, no entanto estas decisões foram chumbadas pelos restantes acionistas levando a que o tribunal se posicionasse contra Ford indicando que as ações só seriam justificáveis se favorecessem o lucro dos acionistas (Faria, 2015).

Oliver Sheldon, em 1923, tenta também inserir a RS na atividade empresarial, salientando que a gestão deve ser baseada em relações humanas, no entanto a sua obra teve pouca influencia (Faria, 2015).

Este conceito ressurgiu na década de cinquenta. Nesta altura insurgiu-se a problemática da ética empresarial e da RS visto que a dimensão empresarial dos Estados Unidos da América (EUA) detinha uma posição de relevo em termos mundiais, e dessa forma geravam-se diversos conflitos entre empresas e sociedade (Abreu, 2010).

Estes conflitos originaram pressões sobre as empresas, ao ser-lhes exigido melhores condições laborais para os seus funcionários, bem como uma maior transparência por parte da gestão, surgindo então a necessidade das empresas melhorarem a sua imagem (Abreu, 2010).

Desta forma, diversos autores como Preston (1975), Wartick e Cochran (1985), Carroll (1999), Garriga e Melé (2004), Locket, Moon e Visser (2006) e Lee (2008), reconhecem que o início da literatura moderna sobre RSE se deveu à publicação da obra de Howard Bowen, denominada de “*Social Responsibilities of the Businessman*”, em 1953, nos EUA. Nesta obra, Bowen (1953, citado por Carroll, 1999), conhecido como o «pai da RSE» (Carroll, 1999, p. 270), indica que a RS consistia nas obrigações dos empresários em adotarem determinadas políticas, tomar certas decisões e seguir linhas de ação que sejam conciliáveis com os objetivos e valores da sociedade em que a empresa está inserida.

Observa-se que, pela perspetiva do autor, a RS é uma responsabilidade do empresário, sendo obrigações deste a conciliação da atividade empresarial com as expectativas da sociedade. Bowen (1953, citado por Carroll, 2008), refere ainda que apesar da RS não ser a cura para todos os problemas sociais da empresa, os negócios devem guiar-se por esta no futuro.

Anos antes, em 1951, Frank Abrams defendeu que como a gestão das empresas se estava a profissionalizar, estas deveriam centrar as suas atenções não só para os lucros, mas também para os seus funcionários e clientes (Carroll & Shabana, 2010).

Por fim, pode dizer-se que os anos cinquenta ficaram marcados por um renascimento do interesse pela RSE, tal como afirmam Hill, Ainscough, Shank e Manullang (2007). Durante este período ocorreram essencialmente desenvolvimentos teóricos, tal como

refere Carroll (2008, p.26), acrescentando que se esteve perante um período de «mais conversa do que ação».

Uma nota importante é que inicialmente era mais frequentemente utilizado o termo RS em vez de RSE. Carroll (1999, p. 269) indica que isto se pode dever ao facto da «proeminência e domínio das empresas modernas no setor empresarial ainda não ter acontecido».

Se até então se estava perante poucas conceptualizações da RSE, a década de sessenta foi marcada pelo crescimento de tentativas de formalizar o conceito ou defini-lo (Carroll, 1999). Sendo que os principais contributos surgiram de autores como Davis, Frederick, McGuire e Walton, tal como referem Carroll (1999), Freeman e Hasnaoui (2011).

Tal facto deveu-se essencialmente aos movimentos sociais que marcaram a década, como os «direitos civis, os direitos das mulheres, os direitos dos consumidores e o movimento ambiental», em especial nos EUA, e também porque investigadores, dotados de uma visão para o futuro, tentavam perceber o que realmente significava RSE e o que isto implicava nos negócios (Carroll & Shabana, 2010, p. 87).

Face ao exposto pode dizer-se que o alicerce da RSE estava a ser construído através de uma envolvente social em rápido desenvolvimento e também por pressões por parte de alguns elementos da sociedade a fim de serem adotadas medidas socialmente responsáveis (Carroll & Shabana, 2010).

De acordo com Carroll (1999), um dos primeiros autores a apresentar uma definição para o conceito de RSE foi Davis (1960, p. 70), que definiu este conceito como sendo as «decisões dos empresários e ações tomadas por razões, pelo menos parcialmente, além dos interesses económicos ou técnicos da empresa».

Simultaneamente, Frederick (1960), afirma que RS implica que os empresários supervisionem o funcionamento do sistema económico que atenda às expectativas da sociedade, ou seja, a produção e distribuição de uma empresa devem aumentar o bem-estar socioeconómico da sociedade. À semelhança de Bowen estes dois autores mantêm o foco nos empresários.

McGuire (1963, citado por Carrol, 1999), defende que a RSE prevê que as empresas contemplem mais do que apenas obrigações económicas e legais, nomeadamente responsabilidades para com a sociedade.

Por sua vez, Walton (1967, citado por Carroll, 1999), refere que a RSE reconhece a proximidade do relacionamento entre a empresa e a sociedade, e percebe que este relacionamento deve ser tido em consideração pela gestão durante a prossecução dos objetivos da entidade e das partes interessadas.

O mesmo autor refere ainda que a RSE inclui um certo nível de voluntariado e que os custos envolvidos neste processo podem não ser mensuráveis a título de retorno económico.

Além disso, as agendas políticas radicais e os movimentos de reforma desta década levaram a uma escalada das exigências do público, o que resultou num aumento das preocupações com as questões sociais, que anteriormente eram ignoradas, por parte das empresas na década seguinte (Hill *et al.*, 2007).

Rahman (2011) refere ainda que neste período foi visível a crescente preocupação e consequente discussão sobre os aspetos morais nos negócios.

Conforme Carroll (1999), a década de setenta viu surgir um aumento de definições para o conceito de RSE, sendo dada ênfase ao conceito de desempenho social empresarial, tornando-se, a par com o conceito de RSE em si e a capacidade de resposta social, o centro da discussão (Carroll & Shabana, 2010).

No entanto, alguma contestação ao conceito foi visível, como foi o caso de Friedman (1970), que afirma que a única responsabilidade das empresas consiste na utilização dos seus recursos e na participação em atividades a fim de aumentar os seus lucros, sem que existam enganar ou fraudes, estando assim a sua preocupação centrada nos seus acionistas.

Para este autor, as empresas não têm a função de procurar resolver os problemas sociais da sociedade pois esta função cabe ao Governo (Faria, 2015). Esta postura veio corroborar com a posição adotada por Levitt (1958) que defendia que a RSE colocava em causa a maximização do lucro das empresas.

Harold Johnson's publicou, em 1971, a sua obra *Business in Contemporary Society: Framework and Issues*, onde referia que uma empresa considera-se socialmente responsável quando os seus gestores equilibram uma diversidade de interesses, ou seja, não se empenham apenas na obtenção de lucros para os acionistas mas também se

preocupam com os fornecedores, clientes, entre outros (Johnson's, 1971 citado por Carrol, 1999).

Carroll (1999), refere também que um outro contributo importante foi dado pelo *Committee for Economic Development* na sua publicação *Social Responsibilities of Business Corporations*, em 1971, onde é indicado que as empresas sobrevivem através do consentimento do público e dessa forma têm a obrigação de contribuir construtivamente para as necessidades de sociedade.

Na conferência de Estocolmo, a primeira sobre o meio ambiente, em 1972, procura-se organizar o relacionamento Homem/Meio-ambiente uma vez que à época já haviam sido detetados problemas futuros derivados da poluição atmosférica proveniente das indústrias.

Davis (1973) afirma que o conceito de RSE não é fácil de definir. No entanto oferece o seu contributo para a definição do conceito indicando que RSE se refere à consideração e capacidade de resposta da empresa a questões que vão além do âmbito económico, técnico e legal desta.

A empresa tem a obrigação de avaliar no seu processo de tomada de decisão os efeitos das suas decisões de maneira a obter benefícios sociais, assim como obter os benefícios económicos esperados (Davis, 1973).

Por sua vez, alguns autores não tinham o seu foco apenas na procura da definição do conceito, mas também pretendiam perceber como ocorre a sua aplicação prática. Desta forma, Eilbert e Parker, em 1973, desenvolveram uma pesquisa que pretendia saber até que ponto a RSE afetou a estrutura organizacional e orçamental, qual o tipo de atividades desenvolvidas e quais as atividades consideradas mais importantes (Carroll, 1999).

Importa referir que esta foi uma das primeiras tentativas de associar a RSE a variáveis organizacionais e também a demonstrar que a RSE é composta por diversas atividades (Carroll, 1999).

Continuando na análise ao desenvolvimento deste conceito, Backman (1975, citado por Carroll, 1999) apresenta a sua definição indicando que RSE se refere aos objetivos ou razões que devem receber atenção das empresas, além dos que são relacionados com o desempenho económico. Alguns destes motivos são «a redução da poluição, maior participação em programas para melhorar a comunidade, melhor assistência médica,

melhor saúde e segurança industrial», tal como referido por Backman (1975, p. 2/3, citado por Carroll, 1999).

Surge então o conceito de desempenho social empresarial pelo modelo de desempenho social de Sethi (1975). Neste seu modelo, Sethi (1975) defende que o desempenho social empresarial tem em consideração o comportamento empresarial em resposta às imposições do mercado e às questões legais, em relação às normas e valores sociais e também a capacidade de resposta aos aspetos sociais.

Frederick (1978) oferece o seu contributo ao desenvolvimento da temática referindo que RSE diz respeito à obrigação das empresas em trabalhar para uma melhoria social da sua envolvente. O mesmo autor indica também a sua posição sobre o novo conceito – capacidade de resposta social – indicando-o como sendo a capacidade de resposta da empresa às pressões exercidas pela sociedade.

No final da década, Carroll (1979) apresenta o seu modelo tridimensional, onde indica que inerentes à RSE existem 4 categorias de responsabilidade, a económica, a legal, a ética e a discricionária. Sendo que, para este autor, a RSE corresponde à incorporação das expectativas económicas, legais, éticas e discricionárias que a sociedade tem em relação à empresa, num determinado momento.

Na década de oitenta, observou-se uma mudança do foco da investigação sendo que a preocupação com definição do conceito deu lugar à pesquisa sobre o mesmo (Carroll, 1999). Neste período esteve-se perante uma reformulação da RSE, em novos conceitos, teorias e modelos (Carroll, 1999). Aspetos como o desempenho social empresarial, a ética nos negócios e a teoria dos *stakeholders* incluem-se nestas pesquisas, tal como referido por Carrol (1999).

Foi também nesta década que se observou uma tentativa por parte das empresas em organizar as atividades de RSE em categorias que tivessem em consideração o impacto dessas atividades no público interno e externo da empresa (Hill *et al.*, 2007).

Da mesma forma que se esteve perante a existência de uma aproximação entre os interesses sociais e os interesses económicos o que fez com que as empresas se tornassem mais sensíveis ao relacionamento com os seus *stakeholders* (Moura-Leite & Padgett, 2011).

Os anos oitenta foram também um foco de pesquisas cujos objetivos eram verificar a existência de uma relação entre o desempenho financeiro de uma empresa e a RSE, tal como referido por Carroll e Shabana (2010). Exemplos destas pesquisas foram o estudo de Cochran e Wood em 1984, e também o estudo de Aupperle, Carroll e Hatfield em 1985 (Carroll, 1999).

Nos primórdios da década de oitenta, surge a definição proposta por Jones (1980, citado por Carroll, 1999, p. 284) que identifica a RSE como sendo «a noção de que as empresas têm obrigações para com os seus *stakeholders*, que não sejam seus acionistas, para além do que é definido legalmente». De acordo com o mesmo autor as obrigações devem ser adotadas voluntariamente e devem ser amplas, abrangendo os *stakeholders* da empresa, como funcionários, clientes, entre outros.

Um aspeto relevante deste período foi o surgir da teoria dos *stakeholders*, impulsionada, em 1984, pela obra de Freeman, onde este reforça a ideia de relacionamento entre a empresa e as diversas partes interessadas desta, também denominadas de *stakeholders*.

Surge a necessidade de perceber a relação existente entre a RSE e a rentabilidade da empresa. Como base no trabalho de Drucker (1984), pode considerar-se que a RSE é o resultado de uma empresa bem-sucedida, inserida numa sociedade onde cresce a necessidade de ser socialmente responsável, minimizando os problemas sociais.

Tal facto decorre do autor considerar que a primeira RS de uma empresa é a obtenção de lucro por forma a cobrir custos futuros, sem que isto aconteça a empresa não poderá fazer face a outras questões sociais.

Desta forma pode afirmar-se que o autor considera a complementaridade da RSE com a rentabilidade da empresa, referindo ainda que a RSE envolve a transformação dos seus «problemas sociais em oportunidades de negócio e benefícios económicos, em capacidade produtiva», entre outros (Drucker, 1984, p. 62).

Um outro marco histórico prende-se com o estudo de Wartick e Cochran, em 1985, denominado de *The Evolution of the Corporate Social Performance Model*. No seu trabalho, os autores basearam-se no modelo tridimensional de Carroll e reformularam as suas três dimensões – natureza da RSE, questões sociais e filosofia da capacidade de resposta – numa estrutura de princípios, políticas e processos (Carroll, 1999). Da articulação desta estrutura tripartida resulta, de acordo com os autores, o desempenho social empresarial.

No final da década de oitenta, em 1987, a CMMAD em conjunto com a Organização das Nações Unidas (ONU), elaboram o Relatório *Our Common Future*, comumente conhecido como Relatório de *Brundtland*.

Este relatório foi responsável pelo aparecimento do conceito desenvolvimento sustentável, anteriormente referido, e pretende mostrar a sua importância e a necessidade de existir estratégias futuras que permitam o crescimento económico a par com o desenvolvimento humano, respeitando o meio ambiente. Salienta ainda que este desenvolvimento sustentável não é compatível com os padrões de produção existentes.

Para concluir pode dizer-se que a década de oitenta marca o início da abordagem da ética empresarial, conforme Frederick (2008, citado por Carroll & Shabana, 2010).

Nos anos noventa observou-se uma menor formulação de novas definições do conceito de RSE, sendo que este conceito foi, apesar disso, a base para o desenvolvimento de outros conceitos e temas relacionados, como desempenho social empresarial, sustentabilidade e ética empresarial (Carroll, 2008).

As preocupações ambientais foram uma crescente nesta década, influenciando a evolução do conceito de RSE. Desta forma, a década de noventa foi marcada por diversas cimeiras, conferências e congressos, organizadas por vários organismos, como a ONU ou a Organização para a Cooperação Económica e Desenvolvimento (OCDE). Organismos estes que, para além de endossarem o conceito, procuram investiga-lo e promovê-lo (Lee, 2008).

Neste período uma das maiores contribuições para o estudo da RSE foi a reformulação do modelo de desempenho social empresarial proposta por Wood, em 1991. Neste seu modelo a autora parte, principalmente, do modelo tridimensional de Carroll, tal como referido por Carroll (1999).

Simultaneamente, Carroll revê o seu modelo tridimensional, apresentado o seu modelo piramidal, onde representa as quatro dimensões por meio de uma pirâmide.

Mais tarde, Mosley, Pietri e Megginson, 1996, p. 141, citado por Hemingway e Maclagan, 2004), referem-se à RSE como sendo a «obrigação da administração de definir políticas, tomar decisões e agir além dos requisitos da lei que sejam desejáveis em termos de valores e objetivos da sociedade».

Por outro lado, para Maclagan (1998, p. 147, citado por Hemingway e Maclagan, 2004), a RSE consiste num «processo no qual os gerentes assumem a responsabilidade de identificar e acomodar os interesses das pessoas afetadas pelas ações da empresa».

Em 1997, surge a GRI, um organismo independente responsável pela divulgação de *guidelines* para a divulgação de informações sobre RSE.

Em simultâneo, Elkington apresenta o seu modelo denominado de TBL. Tal como referido anteriormente, este modelo assenta em três pilares, *People, Profit e Planet*, correspondendo, respetivamente, a RS, a responsabilidade económica e a responsabilidade ambiental. Para que uma empresa fosse considerada socialmente responsável, e também sustentável, estes três aspetos deveriam ser geridos em conjunto.

Almeida (1999, citado por Ávila & Morcelli, 2016, p. 19) refere que a atividade empresarial deve estar centrada em práticas económicas, sociais e ambientais, ou seja, que tenham em consideração os «direitos humanos dos colaboradores e demais *stakeholders*, a proteção ambiental, envolvimento comunitário, relação com fornecedores e clientes e o monitoramento de desempenho». Agindo desta forma pode dizer-se que a empresa tem um comportamento socialmente responsável.

Para concluir, Lee (2008), indica que de um grupo de 500 empresas, em 1977, menos de metade mencionava RSE nos seus relatórios anuais. No entanto, no fim dos anos noventa, cerca de 90% dessas empresas considerava a RSE como um aspeto essencial dos seus objetivos e promoviam ativamente as suas atividades de RSE nos seus relatórios anuais.

Posto isto, pode concluir-se que o foco do conceito tem vindo a alterar-se ao longo das décadas descritas.

Assim, na década de cinquenta a definição de RSE centrava-se, quase que em exclusivo, na obrigação dos empresários em relação à sociedade; nas décadas seguintes observou-se a mudança deste enfoque para uma obrigação da empresa como um todo perante a sociedade; na década de oitenta em consequência do desenvolvimento da teoria dos *stakeholders*, surge uma maior preocupação com estes e surge também o conceito de desenvolvimento sustentável; por fim, nos anos noventa esta preocupação com os *stakeholders* aumenta, surgem conceitos como o TBL, assim como organismos como a GRI.

No novo milénio mantém-se a preocupação com as questões sociais e ambientais, e conceitos como sustentabilidade e desenvolvimento sustentável tornam-se elementos relevantes associados à discussão sobre a RSE (Carroll & Shabanna, 2010).

Por esta altura, a RSE começa a ser considerada uma relevante questão estratégica (Moura-leite & Padgett, 2011) e nesta perspetiva, autores como Branco e Rodrigues (2007) entendem a RSE como sendo útil para a criação de valor para o empresário a longo prazo.

Semelhantemente, Sukcharoensin (2012, p.61) atenta para a RSE o objetivo de melhoria do desempenho económico da empresa, entendendo-a como sendo «uma filosofia empresarial em termos de investimento social».

Para além disto, o interesse das empresas em ter melhores práticas de RSE foi crescendo, tornando-se um assunto central de discussão (Carroll, 2008).

Apesar de ser um período marcado pela menor aparição de novas definições, alguns autores e organismos apresentaram as suas visões sobre o conceito.

Assim, segundo Holme e Watts (2000, p.10, citados por Barros, 2008), RSE consiste no assumir de um compromisso pela empresa «em contribuir para o desenvolvimento económico sustentável, trabalhando com os empregados, as suas famílias, a comunidade local e a sociedade em geral para melhorar a sua qualidade de vida».

Por sua vez, McWilliams e Siegel (2001) definem RSE como sendo as ações que promovam o bem-estar da sociedade, indo para além dos seus interesses económicos e do que é exigido por lei.

O *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD), organismo fundado em 1995, apresenta a sua definição de RSE considerando-a como sendo o «compromisso adotado pelas empresas em agir de forma ética, assim como contribuírem para o desenvolvimento económico sustentável, enquanto promovem a qualidade de vida dos trabalhadores e das suas famílias, das comunidades locais e da sociedade em geral» (WBCSD, 2000, p.3).

Mesmo antes do virar do século, em 2000, a ONU lança uma iniciativa denominada *The Global Compact*, que tinha como objetivo incentivar a adoção por parte das empresas de políticas de responsabilidade social e de sustentabilidade. Esta iniciativa está assente em

dez princípios fundamentais relacionados com os direitos humanos, direitos do trabalho, direitos ambientais e direitos de prevenção da corrupção.

2.2.1.3 RSE no século XXI

Iniciada uma nova década constata-se algumas alterações no desenvolvimento da RSE. A partir deste momento observa-se um aumento da realização de estudos empíricos a fim de estabelecer relações entre a RSE e as diversas variáveis empresariais.

Apesar de continuarem a ser apresentadas novas definições, o foco passou a ser outro, passando a dar-se uma maior importância ao impacto que a RSE detém na atividade empresarial. Podem enumerar-se algumas das variáveis possíveis de relacionar com a RSE, como a rentabilidade, o endividamento, o setor de atividade, a dimensão, a estrutura acionista, a cotação bolsista, entre outros.

Este período viu-se então marcado por trabalhos de autores como Ballesteros, Rúbio e Ferrero (2015); Rodríguez, Gallego e García (2010); Branco e Rodrigues (2008); Lopes e Rodrigues (2007) entre outros.

Para além do desenvolvimento na área académica, também diversos organismos mundiais ofereceram o seu contributo. Assim, este período é marcado por inúmeras iniciativas por parte de diversos organismos como a ONU, a OCDE ou a Comissão Europeia (CE), assim como o Instituto Ethos, a GRI e a *International Organization for Standardization* (ISO).

A Comissão das Comunidades Europeias (CCE) foi responsável pelo importante marco que foi a publicação do Livro Verde em 2001, que tinha como objetivo promover um quadro europeu para a RSE. De acordo com esta publicação, a RSE corresponde à «integração voluntária de preocupações sociais e ambientais por parte das empresas nas suas operações e na sua interação com outras partes interessadas», (CCE, 2001, p.7).

Logo, uma empresa, ao ser socialmente responsável e não se restringindo apenas ao cumprimento das obrigações legais, indo além destes, pode aumentar a sua competitividade (CCE, 2001). No mesmo sentido, autores como Gamerschlag, Moeller e Verbeeten (2011, p.234) também observam o carácter voluntário da RSE, definindo-a como sendo a «contribuição voluntária da empresa para o desenvolvimento sustentável, que vai além do exigido legalmente».

Também a *Confederation of British Industry* (2001, citado por Hemingway e Maclagan, 2004, p.33) apresenta a sua posição em relação ao conceito de RSE indicando-o como sendo

uma exigência para que as empresas reconheçam que devem ser responsáveis pelo seu desempenho financeiro, mas também pelo seu histórico socioambiental. Refere ainda que a RSE abrange a forma como as empresas promovem os «direitos humanos, a democracia, a melhoria da comunidade e os objetivos de desenvolvimento sustentável em todo o mundo».

Segundo a CCE (2002, p.6), apesar de existir uma grande amplitude de abordagens ao conceito de RSE,

(...) as suas principais características reúnem consenso generalizado:

por RSE entende-se um comportamento que as empresas adotam voluntariamente e para além de prescrições legais, porque consideram ser do seu interesse a longo prazo;

a RSE está estreitamente associada ao conceito de desenvolvimento sustentável: as empresas têm de integrar nas suas operações o impacto económico, social e ambiental;

a RSE não é um "acrescento" opcional às atividades nucleares de uma empresa, mas sim à forma como esta é gerida.

Uma outra definição de RSE é que esta consiste no compromisso assumido pela empresa para com a sociedade, demonstrado através de ações que afetam esta última de forma positiva, Ashley (2002, citado por Bertonecello & Júnior, 2007). O mesmo autor acrescenta ainda que a empresa assume obrigações para além do estabelecido por lei que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável da sociedade.

Para autores como Snider, Hill e Martin (2003) a RSE representa a relação entre a empresa e a sociedade. Marrewijk e Werre (2003), apresentam também a sua definição de RSE, reconhecendo-a como ampla e indicando que corresponde às atividades voluntárias da empresa que exprimam a integração das preocupações sociais e ambientais nas ações da empresa e na relação desta com os seus *stakeholders*.

A AECA (2003), apresentou a sua posição sobre este conceito indicando que a RSE tem como principais objetivos o desenvolvimento sustentável da empresa e consequentemente gerar valor para os seus *stakeholders*, tendo em consideração a sua gestão de atitudes das dimensões económica, social e ambiental.

Também o Instituto Ethos (2006) apresenta a sua visão sobre este conceito, indicando que se trata de uma forma de gestão que estabelece uma relação ética, transparente e solidária da empresa com os seus *stakeholders*, e com a sociedade em geral e o meio ambiente. Prevê também a instituição de objetivos empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, de modo a que sejam preservados os recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

De acordo com Perrini (2006), a RSE implica a integração das preocupações económicas, sociais e ambientais na estratégia de negócio da empresa, nas suas ferramentas de gestão e também nas suas ações, investindo mais em capital humano, social e ambiental.

Hill *et al.* (2007, p. 167) definem RSE como sendo as «ações económicas, legais, morais e filantrópicas das empresas que influenciam a qualidade de vida dos *stakeholders* relevantes».

Predispondo de uma visão mais centrada no negócio, mas equilibrando a vertente das obrigações e do voluntariado, Fifka (2009, p.320) define RSE como a prossecução das «obrigações económicas e legais a que uma empresa se sujeita, bem como a responsabilidade de contribuir voluntariamente para o desenvolvimento social da sociedade (...) de acordo com os seus recursos disponíveis e a sua estratégia de negócio».

O crescente envolvimento das empresas por esta temática levou a que fosse necessário procurar por princípios que as orientassem nesta matéria.

Assim, releva-se o papel da GRI, que tem influenciado o desenvolvimento do assunto, na medida em que apresentou diversas diretrizes para o relato sobre a RSE. O mesmo sucede com a ISO, fundada em 1947, que apresentou, em 2010, a ISO 26000 - *Guidance on Social Responsibility*.

Para este organismo a RSE corresponde à responsabilidade de uma empresa pelos impactos das suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente, contribuindo para um desenvolvimento sustentável, tendo em consideração as expectativas dos seus *stakeholders* e respeitando os normativos legais.

Mais tarde, a CE a apresenta uma nova visão sobre RSE, denominando-a de Visão Moderna da RSE. Assim, de acordo com a CE (2011, p.7) RSE consiste na «responsabilidade das empresas pelo impacto que têm na sociedade».

Jo e Harjoto (2011) referem que apesar das definições de RSE variarem, normalmente esta diz respeito a servir as pessoas e a sociedade de formas que vão além do estabelecido legalmente à empresa.

Os mesmos autores referem ainda que a RSE pode ser considerada como uma extensão do esforço da empresa em promover um *corporate governance* eficaz, mantendo a sustentabilidade da empresa através de práticas de negócios sólidas que promovam a responsabilidade e a transparência.

A RSE pode também ser considerada como uma «questão de cultura da própria empresa», como observam Duarte e Rodrigues (2012, p.59).

Os mesmos autores referem que isto se torna possível pois «o interesse das empresas por esta responsabilização deve ser encarado como um benefício a médio e longo prazos», sendo possível a sua contribuição para o desenvolvimento sustentável da empresa.

É através da RSE que as empresas, tendo uma base legal e voluntária, contribuem para «uma sociedade mais justa, com melhor qualidade de vida, preservando o ambiente» (Duarte & Rodrigues, 2012, p.59). Não deve, portanto, ser considerada um custo, mas sim um investimento, tal como referem Porter e Kramer (2006) e também Duarte e Rodrigues (2012).

Ganilho (2013, p. 5), afirma que a RSE tem uma «natureza multidimensional, assenta na integração voluntária de preocupações sociais e ambientais nas suas operações e na sua interação com diversas partes interessadas, sem a tal serem obrigadas pela lei».

O mesmo autor afirma ainda que desta forma as empresas estão a contribuir para a satisfação dos seus clientes gerindo as expectativas de outros *stakeholders*.

Autores como Ballesteros, Rubio e Ferrero (2015, p. 22) reforçam a ideia de que «atualmente, a reputação das empresas e a sua imagem estão fortemente relacionadas com o seu desempenho social e meio ambiental».

Uma outra iniciativa de relevo por parte da ONU, denomina-se de *Sustainable Development Goals*, foi lançada em 2016 e é baseada em dezassete objetivos que abrangem questões de desenvolvimento social, ambiental e económico.

Pode dizer-se ainda que o conceito não apresenta uma definição universal, no entanto, na generalidade, as diversas definições expostas apontam na mesma direção, sendo que cada autor poderá enfatizar mais ou menos determinado aspeto, podendo até considerar-se que as diversas abordagens possam ser complementares umas das outras.

Neste sentido, Dahlsrud (2008) analisou trinta e sete definições de RSE, de diversos autores entre os anos 1980 e 2003, identificando cinco dimensões que compõem a base das definições analisadas, que são dimensão ambiental, a dimensão social, a dimensão económica, a dimensão dos *stakeholders* e a dimensão do voluntariado.

Tendo isto em consideração e analisando as definições supracitadas, pode observar-se que entre elas existe uma partilha de pontos fulcrais, como por exemplo o agir além do que é exigido legalmente.

Uma outra questão relevante e abrangente à maioria das definições suprarreferidas é que, apesar da constante evolução do conceito, estas se baseiam nos conceitos de desenvolvimento sustentável e de sustentabilidade.

Assim, até à data, podia assumir-se que a RSE estava intrinsecamente associada à relação entre as três bases destes conceitos, os aspetos sociais, económicos e ambientais. No entanto, o ano de 2020 ficou marcado pela pandemia SARS-CoV-2 o que levou a que Hakovirta e Denuwara (2020) questionassem a base do modelo de sustentabilidade existente.

Desta forma, os mesmos autores referem que o conceito de sustentabilidade assente num modelo de base tripartida possa ser revisto, e conseqüentemente reformulado, para um modelo de base quadripartida composto pelos, já referidos, aspetos sociais, económicos e ambientais acrescidos de um novo aspeto, a saúde humana.

Por forma de complemento ao conceito de RSE, tal como já indicado, foram surgindo outras noções na literatura, assim, na Figura 2.2 pode observar-se uma visão geral do aparecimento deste conceitos e conseqüente evolução da temática.

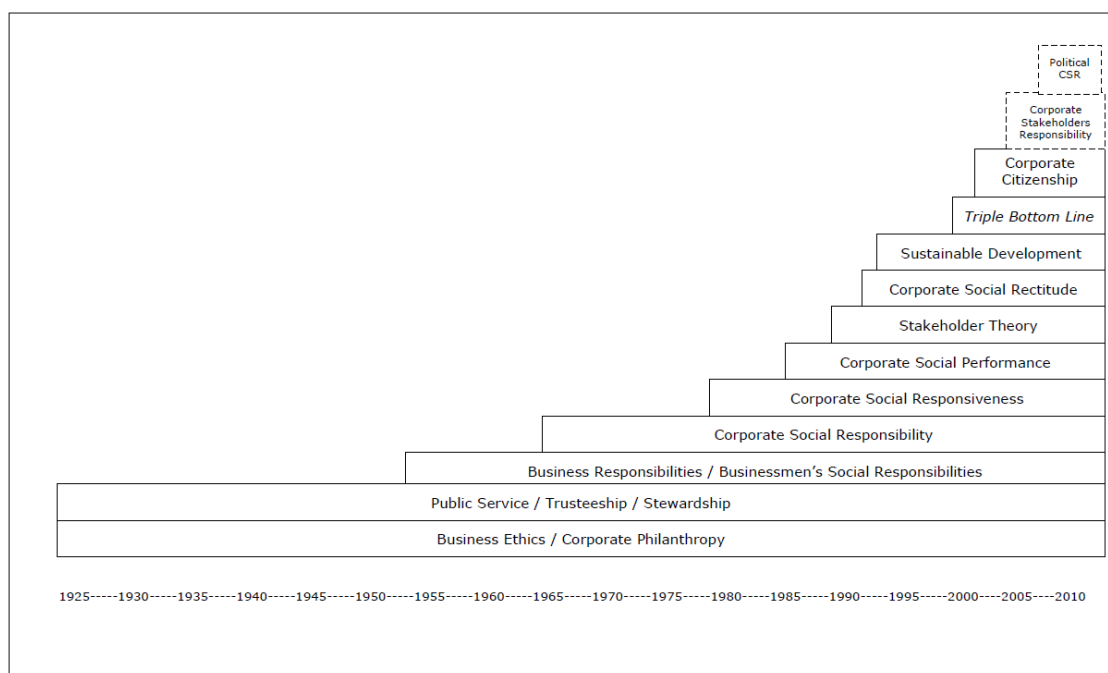


Figura 2.2 - Evolução do conceito de RSE

Fonte: Gond e Moon (2011)

Com base em tudo o referido anteriormente, pode dizer-se que o trabalho académico sobre esta temática contribui fortemente para a sua evolução, no entanto, o panorama histórico-social, bem como ambiental, tem se mostrado muito influentes no seu desenvolvimento.

Por conseguinte, muitas outras definições poderiam ser apresentadas, dada a extensão do tema em função das diversas investigações e estudos que vêm sendo realizados. O mesmo sucede com outros organismos, também eles importantes para a área, assim como os seus contributos quer em termos de ações por si realizadas, quer conferências, cimeiras, congressos e documentos publicados. No entanto a referência a esses aspetos levaria a um capítulo demasiado vasto e não é essa a intenção.

Por fim, é importante referir que o facto da RSE se ter tornado um fenómeno global, levou à alteração do panorama da divulgação de informação, levando as empresas a divulgar as suas informações quer por imposição governamental quer de forma voluntária.

Posto isto, o tópico seguinte diz respeito às teorias que estão na base das motivações das empresas em divulgarem as suas informações sobre este assunto.

2.2.2 Teorias Subjacentes à divulgação de informações sobre RSE

Atualmente, existe alguma legislação a impor a divulgação de algumas informações sobre RSE, no entanto a divulgação destas informações ainda se diz voluntária e, desta forma, diversos são os motivos que levam a que as entidades divulguem voluntariamente os seus informes sobre estas questões. Tratando-se de uma «prática crescente» (Barros, 2008, p.24), torna-se indispensável entender quais as motivações das entidades a divulgarem as suas práticas e políticas, Marques (2016).

Tendo isto em consideração, existem várias teorias que pretendem explicar o que está na base das motivações das entidades para procederem à divulgação.

As teorias mais abordadas na literatura denominam-se de: teoria da legitimidade, teoria dos *stakeholders*, teoria da agência, teoria da sinalização, teoria dos custos políticos e, por fim, teoria dos custos de propriedade, sendo que estas se podem agrupar em dois grupos, teorias económicas e teorias sociopolíticas, como se pode observar na Tabela 2.1.

Tabela 2.1 - Teorias Subjacentes à Divulgação de Informações sobre RSE

Teorias Subjacentes à Divulgação de Informações sobre RSE	
Teorias Económicas	Teorias Sociopolíticas
Teoria da Agência	Teoria da Legitimidade
Teoria da Sinalização	Teoria dos <i>Stakeholders</i>
Teoria dos Custos de Propriedade	Teoria dos Custos Políticos

Fonte: Adaptado de Pinheiro (2021)

As teorias económicas demonstram a divulgação voluntária baseada em motivações económicas. Este é o tipo de teorias que, por exemplo, associam a divulgação a custos que a entidade poderá ter de suportar, tendo presente que maiores custos levam a um maior nível de divulgação com vista a reduzi-los.

Por oposição, as teorias sociopolíticas defendem que as motivações, para a divulgação voluntária de informação, estão associadas a outros aspetos que não apenas os aspetos económicos, como por exemplo a relação entre as partes interessadas.

Apesar disto, não se pode afirmar que uma teoria possa, isoladamente, explicar as motivações para a divulgação voluntária, sendo mais viável a articulação das várias teorias.

Pode dizer-se ainda que as teorias referidas têm o intuito de relacionar a divulgação sobre RSE com características da empresa. Neste sentido, Rodríguez, Gallego e García (2010) referem que a dimensão, o setor de atividade, a rentabilidade e o endividamento, podem ser consideradas como variáveis explicativas do grau de divulgação de informação sobre RSE e estas podem ser tidas em consideração consoante as diversas teorias.

Em suma, pretende-se neste capítulo analisar de forma sucinta as teorias suprarreferidas de forma a perceber os motivos associados à divulgação de informações sobre RSE, assim como observar de que forma as variáveis explicativas do nível de divulgação se relacionam com as teorias em questão.

2.2.2.1 Teoria da Agência

A teoria da agência teve o seu ponto de partida entre a década de sessenta e a década de setenta, aquando da investigação por parte de economistas que pretendiam investigar a partilha de risco entre indivíduos e grupos, investigação esta que serviu de base para o desenvolvimento desta teoria (Eisenhardt, 1989).

A teoria da agência, tendo em consideração Jensen e Meckling (1976), surge na sequência da separação de propriedade da empresa da gestão desta. Isto acontece, pois quando uma empresa é de menor dimensão o proprietário consegue geri-la, no entanto quando esta vê o seu crescimento fluir também a sua complexidade aumenta e o proprietário vê-se perante a necessidade de contratar gestores. Ora se no início as decisões eram tomadas apenas pelo proprietário, posteriormente passaram para os gestores.

No seguimento do exposto, esta teoria tem implícito a existência de um relacionamento entre a agência, ou seja, a existência de um contrato, no qual o proprietário (o principal) contrata uma outra pessoa (o agente) para executar algum trabalho que envolva a delegação de autoridade e tomada de decisão para este último (Jensen & Meckling, 1976).

Para Depoers (2000), esta teoria prevê a possibilidade de existência de conflitos de interesses entre principal e agente, dado que os seus objetivos podem estar em desacordo.

Estes conflitos de interesses originam os chamados conflitos de agência e um outro aspeto causador destes, resume-se à existência de diferentes níveis de informação entre as duas partes (assimetria de informação - conceito desenvolvido no ponto 2.2.2.2), desta forma é crucial haver instrumentos independentes, como Demonstrações Financeiras (DF's), para que possa ser feita a avaliação da empresa e conseqüentemente reduzirem-se estas

diferenças de informação (Rover, Tomazzia, Murcia & Borba, 2011). Os referidos conflitos de agência darão origem a custos que se denominam de custos de agência.

Os custos de agência correspondem às perdas para o principal quando o agente não atua de acordo com os interesses deste, aos custos inerentes à monitorização das atividades do agente, bem como à perda residual que corresponde ao equivalente monetário proveniente da redução de bem-estar do principal em função da atuação divergente por parte do agente (Jensen & Meckling, 1976).

Há que referir uma outra questão que se prende à possibilidade de ambos, principal e agente, terem como objetivo a maximização da sua utilidade e, desta forma, poderão existir motivações que levem o agente a nem sempre atuar em conformidade com os interesses do principal, Jensen e Meckling (1976).

Eisenhardt (1989) defende que esta teoria procura resolver dois problemas que podem surgir entre o principal e o agente. Problemas estes que surgem quando existe um conflito/divergência entre os objetivos/interesses do principal e do agente e quando o principal tem dificuldade em controlar o trabalho do agente ou este aspeto apresenta um custo elevado.

De acordo com Jensen (1983, citado por Eisenhardt, 1989), a teoria da agência desenvolveu-se por 2 linhas, a positivista e a principal-agente. Em relação à teoria da agência positivista, os autores centram-se na identificação de situações em que o principal e agente tenham interesses e objetivos divergentes, Eisenhardt (1989).

Sob outra perspetiva, na segunda linha de desenvolvimento, os autores focam-se numa teoria geral da relação principal-agente que, de acordo com Harris e Ravic (1978, citado por Eisenhardt, 1989), se pode aplicar noutras relações, como advogado-cliente, comprador-fornecedor, entre outras.

Para Watson, Shrives e Marston (2002), a teoria da agência pode explicar o motivo pelo qual os gestores divulgam as informações de forma voluntária. Na medida em que o agente, sabendo que o principal irá procurar forma de controlar o seu comportamento, verá na divulgação voluntária de informações um meio para conseguir demonstrar que está a agir em conformidade.

Conforme Lopes e Rodrigues (2007), esta teoria leva a crer a existência de uma relação entre a estrutura de governo societário e a divulgação de informação, na medida em que

uma maior presença de gestores independentes leva a uma maior divulgação por parte da entidade.

De acordo com Rodríguez *et al.* (2010), no âmbito desta teoria, empresas pertencentes a setores de atividade mais competitivos têm tendência a divulgar mais informações de forma voluntária, a fim de reduzir as assimetrias de informação.

Os mesmos autores indicam que a dimensão da entidade é outro fator que poderá associar-se a esta teoria no que toca à divulgação de informação voluntária.

Assim, estando perante uma entidade de maior dimensão, e dessa forma ter uma maior necessidade de obter financiamento, poder-se-á estar perante um aumento de eventuais conflitos de interesse entre as partes aumentando os custos de agência. Na sequência disso e por forma a reduzir estes custos a divulgação de informações sobre RSE poderá ser tida em conta, reduzindo-os assim como reduzindo as assimetrias de informação.

Rover *et al.* (2011) e Rodríguez *et al.* (2010), observam a ligação entre esta teoria e o endividamento. Para estes últimos, um maior grau de endividamento pode ser uma consequência dos conflitos de interesses, pelo que empresas com maior grau de endividamento terão maiores custos de agência e desta forma a divulgação de informações sobre RSE permitirá a redução destes custos.

Não obstante, Rover *et al.* (2011, p. 222) referem que «gestores de empresas com maior nível de endividamento tendem a divulgar voluntariamente mais informações para satisfazer os credores e remover as suspeitas sobre a transferência de riqueza para os acionistas».

Por outro lado, tendo em consideração a existência de uma relação positiva entre divulgação e rentabilidade, os gestores de empresas mais rentáveis tendem a utilizar a divulgação de informações sobre RSE por forma a obter vantagens pessoais, Rodríguez *et al.* (2010).

Para concluir, pode afirmar-se que a teoria da agência pode influenciar o nível de divulgação das informações sobre RSE.

2.2.2.2 Teoria da Sinalização

Segundo Stroeher e Freitas (2008), a informação tem um papel fundamental para as empresas, é com base nas informações disponíveis que são tomadas decisões, quer pela empresa quer pelas partes interessadas.

De acordo com Rocha, Pereira, Bezerra e Nascimento (2012), quando se está perante informações incompletas para alguma das partes interessadas, ou seja, quando nem todas as partes têm disponíveis informações completas sobre os factos e acontecimentos da empresa, está-se perante uma assimetria de informação.

Watson *et al.* (2002), referem que as empresas possuem informações que não estão disponíveis para os investidores e, desta forma, existe uma assimetria de informação, no entanto esta pode ser reduzida caso a entidade que possua mais informação sinalize a outra.

A teoria da sinalização assume esta assimetria de informação e mostra o motivo pelo qual as empresas são incentivadas a relatar de forma voluntária as suas informações sobre RSE ao mercado de capitais, «estas divulgações são necessárias para que as entidades possam competir com sucesso no mercado de capital de risco», Omran e Ramdhony (2015, p. 45).

De acordo com alguns autores, a teoria da sinalização vê na sua origem um estudo desenvolvido pelo economista Spence, em 1973. Neste estudo, Spence estudou os aspetos relacionados com a posse de informação nas relações/comportamento do mercado de trabalho (Cardoso, Silva & Silva, 2017).

No entanto, de acordo com Watson *et al.* (2002), esta teoria também se pode aplicar à divulgação de informação voluntária. Aliás, conforme Mahoney (2012), o relato sobre RSE é uma das formas de sinalização onde as empresas divulgam mais informações do que aquelas que são obrigatórias, com o intuito de sinalizar que são superiores em comparação com outras.

Para Watson *et al.* (2002), a sinalização funciona como uma resposta à existência de assimetria de informação, na medida em que, neste caso as empresas possuem informações que os investidores não possuem, «permitindo que a empresa (agente) detenha vantagem sobre o acionista (principal)» (Silva, Garcia, Lucena & Paulo, 2015, p. 557).

O processo de redução desta assimetria de informações passa pela sinalização de informação para os *stakeholders*, de acordo com Silva *et al.* (2015), ou seja, passa pela divulgação de informações sobre RSE de forma voluntária.

Esta sinalização consiste no envio de sinais por parte da empresa às partes interessadas. Para Spence (1973, citado por Silva *et al.* 2015), «os sinais representam mecanismos de discriminação, capazes de alterar crenças e transmitir informações aos outros indivíduos, melhorando a qualidade das informações e facilitando a compreensão dos utilizadores». Conforme os autores supracitados, a teoria em análise «permite a divulgação de sinais para o mercado de capitais, visando a fornecer informações relevantes acerca da empresa».

Estando perante esta assimetria de informação, as partes interessadas acabam por não deter um conhecimento total sobre a empresa e, desta forma, não têm conhecimento sobre a sua qualidade, não podendo fazer distinção entre as diferentes entidades.

Consequentemente, uma empresa de qualidade superior estará em desvantagem, uma vez que esta não sendo conhecida não está a ser valorizada pelos investidores, enquanto que uma empresa em posição oposta estará a ganhar oportunidade, (Cardoso *et al.* 2017).

Assim sendo, empresas com maior qualidade são estimuladas a evidenciá-la, com o propósito de atrair mais investidores e «aumentar uma reputação favorável», Verrecchia (1983, citado por Omran & Ramdhony, 2015, p. 45)

À vista destes aspetos, uma empresa tende a divulgar as informações sobre RSE de forma voluntária se identificar que este relato extra lhe confere a possibilidade de um aumento do seu valor, bem como a redução de incertezas e aumento da sua credibilidade perante o seus *stakeholders* (Omran & Ramdhony, 2015).

Um outro aspeto relevante consiste na proximidade entre a teoria e algumas variáveis de avaliação das empresas, assim, Lopes e Rodrigues (2007), defendem que esta teoria concebe que empresas que pertençam ao mesmo setor de atividade produzam o mesmo nível de divulgação de informação a fim de reduzir a pressão competitiva, evitando apreciações negativas por parte do mercado, ou seja, a variável setor de atividade pode ser tida em consideração.

Para Rodríguez *et al.* (2010), empresas que pertençam a setores mais competitivos, têm um maior interesse em divulgar as suas informações por forma a reduzir custos de financiamento, bem como a redução das assimetrias de informação. Os mesmos autores, perante esta teoria, indicam a rentabilidade como um indicador de qualidade, uma vez que empresa mais lucrativas iriam divulgar mais informações para se evidenciar perante as restantes.

Por fim, pode, através do exposto, concluir-se que a divulgação de informação se trata de uma vantagem competitiva para as empresas.

Em suma, a gestão divulga as informações sobre RSE de forma voluntária reduzindo a assimetria de informação e mostrando aos seus *stakeholders* que está a agir de acordo com os seus interesses, expondo-lhes a sua qualidade, aumentando a sinalização para com o mercado e conseqüentemente tendo a possibilidade de aumentar o seu valor. Desta forma, também a reputação da empresa é mostrada ao mercado.

2.2.2.3 Teoria dos Custos de Propriedade

A teoria dos custos de propriedade defende que, não existindo custos relacionados com as divulgações, as empresas divulgam as suas informações de forma voluntária ao mercado, com o objetivo de reduzir as assimetrias de informação, assim como reduzir os custos de capital, conforme Prencipe (2004).

Tal significa que as empresas limitam as suas divulgações voluntárias à existência ou não de custos relacionados com estas. Estes custos relacionados com as divulgações da entidade, denominam-se de custos de propriedade.

Os custos de propriedade incluem, como referido, os custos com a preparação e divulgação de informação. No entanto, para além destes, incluem custos com auditoria e também custos que decorrem da divulgação de informação que pode ser utilizada, pela concorrência e outras partes interessadas concorrentes, de forma prejudicial para a entidade (Prencipe, 2004).

Em conformidade com Lopes e Rodrigues (2010), os custos de propriedade podem variar de acordo com o setor de atividade.

Para Rodriguez *et al.* (2010), esta teoria vê a divulgação de informação como uma desvantagem competitiva, uma vez que os custos que surjam da utilização dessas informações pela concorrência possam ser prejudiciais para a continuidade da empresa.

Para concluir, de acordo com Verrecchia (1983, citado por Prencipe, 2004), quando existem custos de propriedade e a informação não é divulgada, o mercado não tem a certeza do motivo pelo qual a empresa não divulgou, se pelas informações serem negativas ou se estas não são suficientemente boas para incorrer nos custos associados à sua divulgação.

Por conseguinte, o mercado reagirá de forma menos negativa do que perante a ausência destes custos, pelo que quanto maiores forem os custos de propriedade espera-se uma reação menos negativa por parte dos investidores e assim, a empresa terá incentivos para reter a informação em vez de divulgar.

2.2.2.4 Teoria da Legitimidade

Considera-se que, de acordo com Tilling (2004), a teoria da legitimidade tem sido a base de diversos estudos na área da RSE, e ainda que esta teoria tem oferecido um mecanismo eficiente para percecionar as divulgações de informações sobre RSE por parte das empresas. Contudo antes de partir para a abordagem da teoria em si deve saber-se em que consiste o termo legitimidade.

Neste sentido, Suchman (1995, p.574) refere que a "legitimidade é uma perceção generalizada ou suposição de que as ações de uma entidade são adequadas ou apropriadas dentro de um sistema socialmente construído por normas, valores, crenças e definições".

Posto isto, vários são os autores que defendem que esta teoria se baseia na conceção da existência de um contrato social implícito entre a empresa e a sociedade (Slack & Shrides, 2008; Tilling, 2004; Faisal, Tower & Rusmin, 2012; Testera Fuertes & Cabeza Garcia, 2013).

Neste contrato vê-se estabelecido o modo como as empresas atuam, devendo este ser elaborado de modo a obter aprovação por parte da sociedade, Slack e Shrides (2008), ou seja, este contrato social espelha as ações socialmente responsáveis levadas a cabo pela empresa e em troca esta recebe a aprovação dos seus objetivos pela sociedade (Testera & Cabeza Garcia, 2013). Isto significa que a empresa procura, desta forma, legitimar as suas ações.

Por outras palavras, esta teoria prevê a existência e a posse de direitos das empresas devido à permissão por parte da sociedade para tal. A sociedade concede estas permissões visto que espera que as empresas satisfaçam as suas expectativas relacionadas com a forma como agem (Barros, 2008).

Tal facto permite concluir que, para se manterem ativas as empresas deverão assegurar que as suas ações vão de encontro aos valores e normas da sociedade (Faisal *et al.* 2012).

O referido contrato, que tem em conta as expectativas de ambas as partes, diz-se dinâmico e pode ser modificado ou eliminado quando uma das partes incumprir perante as expectativas da outra e, dessa forma, estas não sejam satisfeitas (Testera Fuertes & Cabeza Garcia, 2013).

Isto significa que, quando existir esta divergência entre a forma de agir da entidade e as expectativas da sociedade, ou seja, quando a empresa não tenha em consideração os valores e normas sociais da sociedade nas suas ações, o contrato diz-se em incumprimento e perante tal situação pode estar-se diante de um desfasamento de legitimidade (*legitimacy gap*), situação esta que pode pôr em causa a imagem e reputação da empresa, Barros (2008).

Derivado desta estratégia de legitimação das atividades da empresa, pode ainda dizer-se que esta pode ser uma estratégia de legitimidade pró-ativa ou reativa. Sendo que a primeira pretende evitar que exista uma lacuna de legitimidade em vez de a tentar reduzir e a segunda, por sua vez, é posta em prática após as empresas serem confrontadas com exigências ou críticas às suas atividades, provenientes das partes interessadas em resultado de uma alteração nos seus interesses (Lindblom, 1993 citado por Rodrigues, 2013).

Um outro aspeto é que, de acordo com Tilling (2004), pode dividir-se esta teoria em duas subcategorias, a teoria da legitimidade institucional e teoria da legitimidade organizacional, conforme se observa na Figura 2.3.

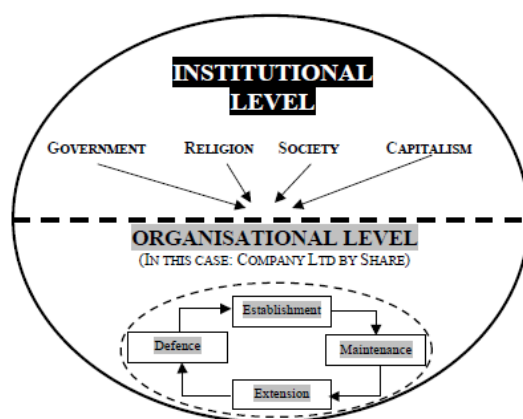


Figura 2.3 - Estratos ou Sub-categorias da teoria da Legitimidade

Fonte: Tilling (2004)

A teoria da legitimidade institucional compreende as estruturas organizacionais como um todo e como são aceites pela sociedade em geral. Em concordância com Suchman (1995, p. 576), «legitimidade e institucionalização são virtualmente sinónimos».

A teoria da legitimidade organizacional consiste num «processo, a legitimação, pelo qual uma organização procura por aprovação ou evita sanções por parte dos grupos da sociedade», Kaplan e Ruland (1991, p. 370).

Neste sentido, «as organizações pretendem estabelecer convergência entre os valores sociais associados ou implícitos pelas suas atividades e as normas de comportamento aceitável no sistema social geral», de acordo com Mathews (1993, citado por Tilling, 2004).

Tilling (2004) refere ainda que a legitimidade consiste num recurso que a entidade precisa de gerir enquanto recurso operacional. Por outro lado, Mobus e Tacoma (2005, p. 502, citado por Amorim, 2010) defendem uma posição contrária, referindo que «a legitimidade não deve ser vista como um recurso a ser gerido, mas sim, como um conjunto de crenças integrantes realizadas pelos agentes importantes»

Para Slack e Shrives (2008), em consequência da tomada de consciência por parte das entidades de que os *media* têm um papel cada vez importante junto da sociedade, e por sua vez leva a um aumento da consciência por parte do público, as empresas viram as suas divulgações de informação sobre RSE aumentarem por forma a manterem a sua legitimidade, demonstrando uma imagem socialmente responsável.

Lindblom (1994, citado por Slack & Shrives, 2008) afirma que as preocupações para com a legitimidade forneceram um incentivo para o aumento da divulgação de informações sobre RSE pelas empresas que são afetadas por essas mesmas preocupações.

Face ao exposto, Deegan, Rankin e Vought (2000, p. 101), afirmam que «as empresas utilizam os seus relatórios anuais como forma de influenciar a perceção da sociedade sobre as suas ações e como forma de se legitimar».

Do mesmo modo, também Nobanee e Ellili (2016) fazem referência ao facto do relato sobre RSE ser tido como forma de comprovar a legitimidade da empresa perante a sociedade, ou seja, demonstra que a empresa age conforme os valores da sociedade, cumprindo a sua parte do contrato.

Resumindo, a empresa divulga as informações sobre RSE de forma voluntária demonstrando que é socialmente responsável e que a sua atividade é desenvolvida seguindo os valores impostos pela sociedade. Este ato procura legitimar a entidade perante a sociedade em que se insere, mas também perante outras entidades com que interage.

Para terminar, importa referir que empresas que se baseiem na sua estrutura social e política ou que estejam mais expostas perante os seus *stakeholders*, como as empresas inseridas em indústrias ambientalmente mais sensíveis, necessitam de um nível de legitimidade superior, o que significa que o nível de legitimidade é algo que varia consoante a empresa em questão (Barros, 2008).

Em linha com o mesmo pensamento, também para Lopes e Rodrigues (2007), o setor onde pertence a empresa é relevante dado que quanto mais pressão estiver sujeita, maior a necessidade de divulgar informação a fim de se legitimar.

Por fim, a legitimidade pode ser considerada como uma estratégia na procura pela continuidade e credibilidade da empresa, visto que confere uma maior estabilidade e compreensão para as atividades desta e assim a sociedade vê-a com uma maior confiança (Ferreira & Zanolla, 2019).

2.2.2.5 Teoria dos Stakeholders

A Teoria dos *Stakeholders* surgiu, de acordo com Freeman e McVea (2001), na década de oitenta, tendo sido impulsionada pela obra de Freeman publicada em 1984 – *Strategic Management: A Stakeholder Approach*.

Chiu e Wang (2015, p.380), consideram-na como sendo «uma teoria influente na investigação na área social e ambiental da contabilidade» e diversos são os estudos que apontam para explicar a relação existente entre empresa e sociedade. Freitas (2007), afirma que a teoria dos *stakeholders*, assim como a teoria da legitimidade, podem constituir um incentivo para a divulgação de informações sobre RSE.

Como tal, antes de incidir no cerne da teoria em si, destacam-se dois aspetos, a definição de *stakeholders* e a sua classificação.

No que concerne ao conceito de *stakeholders*, Freeman e McVea (2001) referem que a primeira vez que o conceito surgiu foi por volta dos anos sessenta por meio de um trabalho

desenvolvido pelo *Stanford Research Institute* (SRI). Donaldson e Preston (1995) citam a definição apresentada pelo SRI que se referia aos *stakeholders* como sendo os grupos cujo o seu apoio era fulcral para a entidade, pois sem eles esta cessaria a sua atividade.

Também Clarkson (1995, p.106) apresenta a sua definição, para este autor *stakeholders* são «grupos ou pessoas que têm ou que reivindicam propriedade, direitos ou interesses na empresa e nas suas atividades passadas, presentes ou futuras».

No entanto, a definição de *stakeholders* mais referenciada na literatura é a de Freeman (2010, p. 38-39) que indica que estes são «grupos e indivíduos que são beneficiados ou prejudicados pelo cumprimento dos objetivos da empresa». Isto significa que para além dos acionistas, incluem-se clientes, fornecedores, outros credores, funcionários, o público em geral, entre outros, como se observa na Figura 2.4.

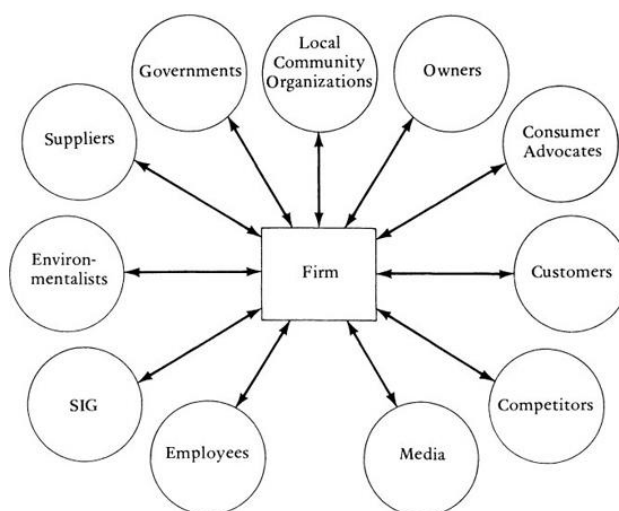


Figura 2.4 - Stakeholders de uma empresa

Fonte: Freeman (2010)

De acordo com Clarkson (1995) pode dividir-se os *stakeholders* em dois grupos, classificando-os como *stakeholders* primários e *stakeholders* secundários. Os *stakeholders* primários são aqueles que têm um impacto direto na atividade da empresa, sem estes a continuidade da entidade seria posta em causa.

Neste grupo incluem-se acionistas ou os clientes, por exemplo. Os *stakeholders* secundários são aqueles que, de certa forma, influenciam ou são influenciados, afetam ou são afetados pela atividade da empresa, mas não se envolvem diretamente nas suas transações nem são essenciais à atividade, como por exemplo a comunicação social.

Clarificados estes aspetos, Nobanee e Ellili (2016, p. 1337), definem a teoria dos *stakeholders* como que «o conjunto dos deveres e responsabilidades de uma organização perante os seus *stakeholders*», para manter uma relação saudável com estes a organização deve relatar os aspetos sobre a sua sustentabilidade.

Também Ullman (1985), indica que a divulgação de informações sobre RSE é empregue como estratégia para reger o bom relacionamento entre empresa e *stakeholders*. Para Buysse e Verbeke (2003), o foco de uma empresa não deve estar exclusivamente na criação de valor para os acionistas, mas sim preocupar-se com todos os seus *stakeholders*.

Posto isto, a tarefa crucial, na ótica de Freeman e McVea (2001), consiste na gestão e integração dos diversos interesses e relações das diferentes partes relacionadas, de maneira a garantir o sucesso a longo prazo.

Pontes e Laureano (2012), defendem que caso se fique perante um conflito de interesses das diversas partes interessadas cabe à gestão repensar o problema com o objetivo de satisfazer as necessidades de um maior número de *stakeholders*.

Para Eugénio (2010), esta teoria mostra que o incentivo para os gestores em divulgarem a informação sobre os seus projetos aos *stakeholders* com poder de influência consiste em mostrar-lhes que a empresa está a agir de acordo com as expectativas destes.

Conforme Barros (2008, p.32), «quanto mais importantes os *stakeholders* forem para a empresa maior o esforço a ser realizado em prol da relação com os mesmos», isto porque se considera a existência de diversos «níveis de poder ou influencia sobre a empresa».

Por outro lado, Freeman (2010), defende que apesar de algumas vezes poder haver grupos mais beneficiados que outros, deve procurar-se manter o equilíbrio dos interesses dos diversos *stakeholders*. Isto significa que o controlo que determinado *stakeholder* detém sobre os recursos de uma entidade influencia a forma como é visto pela gestão, desta forma quanto maior os recursos controlados pelo *stakeholder* maior a probabilidade do nível de divulgação ser superior, de forma a ir de encontro às suas necessidades.

Em oposição, todos os *stakeholders* têm o direito de ser tratados de forma justa e igualitária pelo que as atividades da empresa e as suas divulgações deverão ir de encontro às necessidades da globalidade das partes interessadas e não apenas da parte mais influente.

Assim, e de acordo com Guthrie, Petty, Yongvanich e Ricceri (2004), a empresa irá desenvolver as atividades e divulgar as informações que são expectáveis pelos seus *stakeholders*. Informações estas que todos os *stakeholders* têm o direito de deter em sua posse, quer as venham ou não a utilizar.

A continuidade da empresa a longo prazo está diretamente ligada à aprovação por parte dos *stakeholders*, o que implica que esta atue em conformidade com as expectativas e necessidades destes. A divulgação é assim a forma de comunicação entre entidade e *stakeholders*, Rover *et al.* (2012).

Para concluir, o nível da divulgação sobre RSE pode relacionar-se com a referida teoria, bem como com a variável dimensão. Isto porque, em conformidade com Amran, Bin e Hassan (2009), na medida em que a empresa tem uma maior dimensão, terá as suas ações influenciadas por um vasto leque de *stakeholders* e, assim, a divulgação tornar-se-ia maior por forma a atender as diferentes expectativas.

Também Ahmad, Hassan e Mohammad (2003) salientam o impacto que a variável dimensão pode ter, pois estando perante a situação descrita a empresa estará mais visível e exposta perante a sociedade, o que poderá levar a um maior grau de divulgação sobre RSE a fim de melhorar a sua imagem.

2.2.2.6 Teoria dos Custos Políticos

Por forma a entender a presente teoria, torna-se necessário explorar, sucintamente, o conceito de Custos Políticos.

Ribeiro, Pagliarussi, Júnior e Leite da Silva (2008), define custos políticos como sendo o nível de monitorização que é imposto a uma empresa por órgãos públicos reguladores, pelos meios de comunicação e também por outras entidades civis pertinentes como é o caso das organizações não governamentais. Em conformidade com a Teoria Positiva da Contabilidade, Watts e Zimmerman (1978) defendem também que a regulamentação governamental é um custo político para a empresa.

Ao apresentarem o seu conceito de custos políticos Watts e Zimmerman (1978, pag.115), indicam que «campanhas de responsabilidade social nos media» podem ser uma das práticas a seguir pelas empresas de forma a dissipar a atenção que elevados lucros possam captar.

A adoção de políticas contabilísticas alternativas de forma a reduzir os lucros apresentados é também outra das práticas indicadas. Assim sendo, estas são algumas das práticas que têm como fim a redução de ações políticas adversas, bem como a redução de outros custos, Barros (2008).

Belkaoui e Karpik (1989, citados por Dias, 2010), referem a importância destas questões, na medida em que os gestores com o intuito de evitar eventuais pressões por parte dos organismos reguladores optam por divulgar voluntariamente as informações sobre RSE das empresas.

Gunthrie e Parker (1989, p. 351) reiteram que a teoria da economia política ou teoria dos custos políticos, defende que a divulgação de informações sobre RSE consiste num processo cuja iniciativa parte da gestão, na medida em que a informação divulgada advém da sua ótica e é idealizada de forma a moldar o debate na sociedade, bem como «mediar, suprimir, mistificar e transformar o conflito social». Esta teoria constata a capacidade da gestão divulgar, o que pretende, ou não divulgar, de acordo com os seus interesses.

Segundo Watts e Zimmerman (1978), quanto maior for a empresa mais elevados são os custos políticos desta. Consequentemente, quanto maior a empresa mais provável será apresentar um elevado nível de divulgação de forma a existir um aumento da confiança e a diminuição dos custos políticos (Lopes & Rodrigues, 2007).

Além da dimensão também o setor diferencia os custos políticos incorridos pelas empresas. De acordo com Watts e Zimmerman (1986, citados por Cunha, Santos, Pinto & Bezerra, 2009), as empresas que estão inseridas em setores considerados mais sensíveis, como a indústria farmacêutica, florestal, do petróleo e do gás, suportam custos políticos mais elevados. Este aspeto, eventualmente, levará a um maior grau de divulgação de informações de carácter voluntário.

Em suma, as entidades de maior dimensão e que apresentem resultados mais elevados são alvo de maior atenção quer por parte dos órgãos reguladores, quer por parte da sociedade em geral, tornando-se assim alvos de custos políticos mais elevados. Perante este cenário procuram hipóteses para que estes sejam reduzidos e para que a pressão sobre si exercida seja menor. Como tal, esta torna-se a sua motivação para a divulgação de informações sobre RSE, escolhendo as informações que divulga e a forma como o faz.

2.3 O relato da informação relacionada com a RSE

Ao longo dos anos, observou-se um crescimento da disseminação do conceito de RSE no seio empresarial, fazendo com que este fosse incluído nas estratégias de negócio. Desta forma, e tal como referido anteriormente, a divulgação de informação sobre RSE pode ser utilizada pelas empresas como forma de alavancar a sua vantagem competitiva.

Com a maior preocupação por parte dos *stakeholders* com assuntos relacionados com a RSE, muitas empresas viram na divulgação de relatórios de sustentabilidade uma forma de melhorar a sua imagem junto destes através da divulgação das suas políticas e práticas, económicas, sociais e/ou ambientais.

A este propósito, Gomes e Eugénio (2012) apontam o compromisso da empresa em manifestar preocupação com a sustentabilidade como um fator de diferenciação face à concorrência, assim a necessidade de comunicação de matérias ligadas à sustentabilidade tem aumentado.

Atualmente, existe alguma legislação a impor a divulgação de alguns aspetos, no entanto a divulgação da RSE ainda se considera maioritariamente de natureza voluntária. Por conseguinte, é pertinente explanar algumas definições deste termo.

Assim, o conceito de divulgação de informação voluntária, segundo o *Financial Accounting Standard Board* (FASB) (2001) consiste na informação divulgada fora das demonstrações financeiras e que não está regulada pelos princípios contabilísticos geralmente aceites nem pela *Securities and Exchange Commission* (SEC).

Depoers (2000) refere-se a estas informações como sendo as que vão para além das informações divulgadas obrigatoriamente aos acionistas. Para Lakhali (2003, citado por Domingos, 2010), esta informação é aquela que não é requerida por lei.

Eng e Mak (2003) defendem que a divulgação voluntária é medida pela quantidade e detalhe das informações não obrigatórias que estão incluídas no relatório anual.

Apresentadas algumas definições presentes na literatura pode dizer-se que a divulgação voluntária de informação é dotada de uma elevada abrangência de assuntos possíveis de relato.

No entanto, pode assumir-se que estes se reveem nas dimensões económica, social e ambiental, ou seja o TBL, das diferentes entidades. Assim relato de sustentabilidade,

relato/divulgação de informações sobre RSE e divulgação voluntária de informações são tidos como conceitos sinónimos.

Posto isto, é de referir as diversas formas como a divulgação de informação sobre RSE pode ser feita. Apesar de muitas empresas terem passado a incluir as informações de carácter social e ambiental nos seus relatórios e contas, outras formas de relato têm surgido, através de documentos independentes que podem adotar diversas designações como relatórios de sustentabilidade, relatórios de RSE, balanço social ou relatórios ambientais e sociais (Monteiro, Ribeiro & Lemos, 2019).

Assim, uma entidade pode realizar o seu relato sobre RSE através dos relatórios de sustentabilidade ou de RS, através da introdução destes aspetos num capítulo do Relatório e Contas, através do relato integrado ou através do seu *website*.

Apesar desta diversidade de possibilidades de relato, o relatório de sustentabilidade é a forma de divulgação mais utilizada pelas empresas e os organismos internacionais procuram definir um modelo padrão para esse mesmo processo de relato (Monteiro *et al.*, 2019).

2.3.1 Relatórios de Sustentabilidade

Um relatório de sustentabilidade constitui um ato de divulgação voluntário, que apresenta de forma razoável e equilibrada o desempenho económico, ambiental e social de uma organização, incluindo tanto os aspetos positivos como os negativos (Monteiro *et al.*, 2019).

De acrescentar ainda que o relatório de sustentabilidade é uma ferramenta que pretende aproximar a comunicação entre a entidade e os seus *stakeholders*, assim como entre esta e a sociedade no geral. Esta aproximação acontece através do relato, realizado de forma transparente, das suas atividades e ações no âmbito do seu desempenho económico, ambiental e social.

Assim, estes relatórios permitem às organizações demonstrarem aos seus *stakeholders* e à sociedade aspetos como o relacionamento entre si e os seus colaboradores, os impactos ambientais da sua atividade, as iniciativas desenvolvidas no âmbito da comunidade, entre diversos outros aspetos.

Em suma, e tendo em conta a GRI (2006, p. 3),

Elaborar relatórios de sustentabilidade é a prática de medir, divulgar e prestar contas para *stakeholders* internos e externos do desempenho organizacional visando o desenvolvimento sustentável. “Relatório de sustentabilidade” é um termo amplo considerado sinônimo de outros relatórios cujo objetivo é descrever os impactos econômicos, ambientais e sociais (TBL) de uma organização, como o relatório de responsabilidade social empresarial, o balanço social etc.

Como já referido os Relatórios de Sustentabilidade são uma das ferramentas utilizadas pelas organizações para o relato sobre RSE, considerando-se «um dos mais importantes avanços na comunicação organizacional» (Monteiro *et al.*, 2019, p.18).

Este tipo de relatório pode ser visto como um complemento das contas anuais de uma empresa, na medida em que completa a informação financeira com a informação não financeira, proporcionando aos «*stakeholders* um acesso completo do desempenho das empresas» (Monteiro *et al.*, 2019, p.15).

Desta forma, pode ser considerado como «indicador do nível de RS que uma organização tem perante a comunidade em que se encontra inserida» (Monteiro *et al.*, 2019, p.17). De relevar que os dois relatórios apresentam algumas diferenças, de acordo com Domingos (2010, p. 29),

As características que melhor distinguem os relatórios de sustentabilidade dos tradicionais relatórios financeiros são que enquanto estes últimos têm como finalidade divulgar informação obrigatória aos acionistas ou investidores e outros interessados, os relatórios de sustentabilidade têm um carácter essencialmente voluntário e contam com uma imensa diversidade de utilizadores com a conseqüente diversificação de temas de interesse.

De um modo geral, pode dizer-se que «as empresas têm vindo a publicar relatórios financeiros e relatórios de sustentabilidade em separado, porque não era reconhecida a ligação estratégica entre ambos» (Monteiro *et al.*, 2019, p.20).

Em conformidade com a KPMG (2017) e KPMG (2020), o número de empresas a publicar relatórios de sustentabilidade tem aumentado ao longo dos anos, o que vem demonstrar a crescente importância desta temática no seio empresarial.

Muitas das empresas europeias publicam voluntariamente os seus relatórios de sustentabilidade, apesar de em alguns países já existir algum tipo de regulamentação referente a estes aspetos, como é o caso de Portugal, Espanha e França, por exemplo (Monteiro *et al.*, 2019).

As *guidelines* GRI continuam a ser o referencial mais utilizado no relato de sustentabilidade, no entanto a sua utilização diminuiu entre as maiores empresas do mundo, possivelmente pelo facto de as entidades terem seguido para o relato integrado (Monteiro *et al.*, 2019). KPMG (2017) e KPMG (2020) reforçam este ponto de vista, indicando que em muitos países as entidades parecem adotar este conceito de relato integrado, verificando-se um aumento do número de entidades que o fazem entre 2017 e 2020.

Apesar do relato sobre RSE ter visto a sua importância aumentar nos últimos anos, as informações que são divulgadas nos relatórios de sustentabilidade

nem sempre são apresentadas num contexto de modelo de negócio ou de uma estratégia organizacional, tornando-se difícil para os *stakeholders* entenderem de que modo a sustentabilidade pode afetar o processo de criação de valor de uma organização (Eccles & Serafeim, 2015, citado por Monteiro *et al.*, 2019, p.20).

Monteiro *et al.* (2019, p. 20), referem que o aumento de informações sobre RSE a figurar nos relatórios e contas tornou-os «mais extensos e de difícil análise, não existindo um elo de ligação entre a estratégia, a gestão e as operações das organizações com a divulgação da performance financeira e não financeira».

Os mesmos autores acrescentam ainda que continuavam a existir lacunas nesta forma de relato, nomeadamente em relação à divulgação relativa à estratégia, aos riscos e desempenho futuro.

Esta situação conduz ao aparecimento do Relato Integrado, que se trata de um modelo de relato que engloba, quer os aspetos financeiros, quer os aspetos não financeiros, sob determinadas características, tal como se irá referir no ponto 2.3.2.6. Desta forma o relato integrado diz-se «uma alternativa viável pois tem potencial para tornar as estratégias e os modelos de negócios das empresas mais transparentes para os *stakeholders*» (Monteiro *et al.*, 2019, p. 20).

2.3.1.1 *Objetivos e Motivações para a sua publicação*

De acordo com a GRI (2012, p.10), existe «um motivo primordial para uma organização publicar um relatório de sustentabilidade: a organização publica um relatório de sustentabilidade porque acredita que o relatório beneficiará a organização de alguma forma».

Por sua vez Boesso (2002) refere que a divulgação de informações sobre RSE é utilizada como estratégia de comunicação, com o objetivo de corresponder às necessidades de informação dos seus investidores.

De acordo com Bebbington, Larrinaga e Moneva (2008), a melhoria da reputação, ou a sua manutenção, é vista como propósito da publicação dos relatórios de sustentabilidade. Apesar disso, dificilmente existe apenas um único motivo para que uma entidade elabore o seu relato de sustentabilidade (GRI, 2012).

Desta forma, e tal como observado no ponto 2.2.2, podem enumerar-se alguns motivos para que uma entidade divulgue as suas informações sobre RSE como demonstrar compromisso e ser transparente; demonstrar capacidade de participar em mercados competitivos; planear atividades, tornar-se mais sustentável e posicionar a empresa; seguir a legislação vigente, onde existe obrigatoriedade de relato, ou futura, a fim de estarem aptas para tal (GRI, 2012).

Para além disso, Melo e Froes (2001, citados por Oliveira, 2010), referem que a divulgação de informações sobre RSE oferece algumas vantagens à entidade, como a consolidação da imagem/marca desta perante os seus *stakeholders*. Os mesmos autores reforçam esta ideia, relatando que novos investidores são atraídos bem como existe uma fidelização dos clientes, oferecendo à entidade credibilidade, reputação e diferenciação face à concorrência. Mais acrescentam que esta atitude de relato voluntário permite a captação e retenção de bons profissionais.

Um estudo realizado por KPMG (2006), vem fortalecer estas ideias identificando que a reputação/marca da entidade era o fator que mais motivava as empresas portuguesas a realizar o seu relato sobre RSE, seguindo-se de questões éticas, de inovação e aprendizagem e por fim identificou a gestão ou minimização de risco como quarto motivo.

De referir que no ano anterior um estudo realizado pela mesma entidade indicava motivos económicos como sendo os principais motivos de relato, indicava ainda a motivação dos colaboradores, o acesso a capital e a quota de mercado como outros fatores que motivavam o relato (KPMG, 2006).

No que se refere aos benefícios resultantes desta divulgação de informação foram indicados pelas entidades a gestão ou minimização de risco, o aumento de confiança por parte de investidores e instituições financeiras e melhoria da reputação (KPMG, 2006).

Posto isto, pode dizer-se que existem diversos fatores que motivam a divulgação podendo estes serem de várias ordens, económicos, sociais, jurídicos, entre outros.

Para além disso existem outras características empresariais que exercem influência sobre a divulgação de informações sobre RSE como o setor de atividade, a dimensão, a rentabilidade, o endividamento, entre outras.

Ainda sobre os relatórios de sustentabilidade, é de referir a contribuição da GRI e do *Global Compact* para a padronização destes relatórios (Monteiro *et al.*, 2019). Em reforço desta ideia, o Livro Verde (2001, p.18) manifesta que

(...) as abordagens das empresas aos relatórios sociais são tão diversificadas como as suas abordagens ao conceito de responsabilidade social. Para que estes relatórios se revelem úteis, importa chegar a um consenso global quanto ao tipo de informação a fornecer, ao formato do relatório, bem como à fiabilidade do processo de avaliação e auditoria.

Assim, é necessário que as empresas detenham algumas *guidelines* para procederem às divulgações de carácter social, ambiental e económico.

No ponto seguinte expõem-se, sucintamente, alguns dos organismos ligados à harmonização e dinamização da divulgação desta tipologia de informações.

Apesar de não existir um consenso global nem o reconhecimento por parte de uma entidade reguladora, «a RSE encontrou nas normas da GRI a forma mais estruturada e evoluída de fazer o seu relato, razão pela qual são as mais utilizadas, quer apelidem os seus relatórios de “sustentabilidade” ou de “responsabilidade social”», conforme Caseirão (2008, p.31).

2.3.2 Organismos e iniciativas para o relato das informações sobre RSE

Como se tem vindo a observar, a temática da RSE tem vindo a cativar uma elevada importância. Por consequência, surge a exigência para a criação de modelos e orientações internacionais para que sejam definidos os passos que as empresas devem seguir para uma melhor transparência na sua imagem para com o exterior.

Vários são os organismos que publicam guias e orientações para a divulgação destas informações, no entanto, e de acordo com Duarte e Rodrigues (2012, p.76) «apesar de todas as normas, guias de ação e diretivas já existentes não se pode falar ainda, de uma normalização ao nível da divulgação pelas empresas da sua responsabilidade social e ambiental».

Assim, a título de entidades orientadas para a harmonização contabilística e, por conseguinte, influentes na harmonização da divulgação sobre RSE podem enumerar-se o *American Institute of Certified Public Accountants (AICPA)*, o FASB, o *International Accounting Standards Board (IASB)* e também o *Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting (ISAR)*.

Para além destes, outros organismos internacionais têm sido fulcrais na dinamização do relato sobre RSE, como a UE, a ONU e a OCDE.

Além destas existem ainda diversas organizações criadas com o propósito de contribuir para o desenvolvimento da matéria, como o Instituto Ethos, o ISO, o Instituto de Responsabilidade Social e Ética (ISEA), o WBCSD, o *The Integrated Reporting (IR)* e, por fim, a GRI.

2.3.2.1 Instituto Ethos

Pode dizer-se que esta iniciativa pretende que as entidades incorporem um comportamento socialmente responsável nos seus objetivos de negócio e para tal fomentam algumas publicações relacionadas com a RSE (Gasparino & Ribeiro, 2007).

Neste sentido, este organismo foi responsável pela publicação dos Indicadores Ethos da Responsabilidade Social e do Guia de Elaboração do Balanço Social e Relatório de Sustentabilidade, sendo a primeira publicação alvo de uma breve análise em seguida.

Os Indicadores Ethos da Responsabilidade Social foram publicados pela primeira vez em 2000 e consistem numa ferramenta de gestão e planeamento que permite às empresas incorporar a temática da RSE na sua gestão. Estes dizem ter como «foco avaliar o quanto a sustentabilidade e a responsabilidade social têm sido incorporadas nos negócios, auxiliando na definição de estratégias, políticas e processos» (Instituto Ethos, 2017, p.8)

Desde a sua primeira publicação os indicadores já foram atualizados, encontrando-se, atualmente, na sua terceira geração. Estes indicadores funcionam na base de um questionário que permite que as empresas avaliem a sua posição bem como fazer eventuais comparações com outras (Ribeiro & Theodoro, 2016). Desta forma, estes indicadores apresentam uma estrutura que se divide em quatro dimensões Visão e Estratégia, Social, *Governance* e Gestão e Ambiental. Estas dimensões desdobram-se em temas, subtemas e, por fim, nos quarenta e sete indicadores.

Para finalizar, é de referir que os Indicadores Ethos convergem com diversas iniciativas, como a Norma ISO 26000, as Diretrizes G4 para a elaboração dos Relatórios de Sustentabilidade, da GRI e também os princípios do *Global Compact*, da ONU (Instituto Ethos, 2017).

2.3.2.2 *International Organization for Standardization – ISO 26000*

Após um período de negociações entre parceiros dos diversos setores, como representantes de governos, de indústrias, de consumidores entre outros, no ano de 2010 é publicada a ISO 26000 - *Guidance on Social Responsibility* (ISO, 2021a). Trata-se de uma norma internacional com carácter voluntário que pode ser considerada como um guia de RSE para quaisquer entidades, independentemente da dimensão, da localização, do setor em que se enquadram ou do contexto económico, que fornece orientações sobre como as entidades podem agir de forma socialmente responsável (ISO, 2010).

Para além disso, esta norma incentiva as entidades a irem além dos requisitos legais, reconhecendo que o cumprimento das obrigações legais faz parte da atividade de qualquer entidade e também são um fator importante na RSE (ISO, 2010).

Um outro aspeto recai na intenção desta norma complementar outros instrumentos e iniciativas e não substituí-los (ISO, 2010). De referir ainda que esta norma não se prevê apropriada para fins de certificação (ISO, 2010).

A aplicação deste normativo deve levar em consideração determinados aspetos como a «diversidade social, ambiental, legal, cultural, política e organizacional assim como diferenças nas condições económicas» e que sejam consistentes com outros normativos (ISO, 2010).

Acrescenta-se ainda que, na adoção da norma ISO 26000, as empresas são aconselhadas a cumprirem sete princípios: prestação de contas e responsabilidade, transparência, comportamento ético, respeito pelos interesses dos *stakeholders*, respeito pelos normativos legais, respeito pelas normas internacionais de comportamento e respeito pelos Direitos Humanos (ISO, 2010).

Por último, no que concerne às temáticas abordadas por este normativo, podem enumerar-se sete: *corporate governance*, direitos humanos, práticas laborais, meio ambiente, práticas operacionais justas, consumo, envolvimento e desenvolvimento da comunidade.

2.3.2.3 Organização das Nações Unidas

Fundada em 1945, a ONU consiste numa organização intergovernamental criada a fim de promover a cooperação internacional. No âmbito da RSE esta organização tem vindo a ser responsável por diversas iniciativas, como o Pacto Global das Nações Unidas, os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio e também pela Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que contempla os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

No ano de 1999, durante a realização do Fórum Económico Mundial de Davos, Kofi Annan, secretário das Nações Unidas à data, propôs a criação do *Global Compact*, tendo este sido lançado oficialmente em 2000 (United Nations Global Compact, 2021). Esta iniciativa consiste num código de conduta para as organizações, de carácter voluntário, que pretende encorajá-las a adotar políticas de RSE e de sustentabilidade (United Nations Global Compact, 2021).

Em conformidade com o *United Nations Global Compact* (2021), este pacto encontra-se assente em dez princípios, que se agrupam em quatro áreas: Direitos Humanos; Práticas Laborais; Proteção Ambiental e Combate à Corrupção, tal como demonstra o Apêndice A. Acresce dizer que inicialmente era composto apenas por nove princípios, mas mais tarde foi acrescentado o princípio 10, referente ao combate à corrupção.

Estes princípios têm como alicerce diversas declarações universalmente aceites como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Declaração da Organização Internacional do Trabalho relativa aos princípios e Direitos Fundamentais e a Declaração do Rio sobre o Ambiente e Desenvolvimento (United Nations Global Compact, 2021).

Também no ano de 2000, durante a Cimeira do Milénio, é aprovada a Declaração do Milénio das Nações Unidas. Neste momento, cento e noventa e uma nações comprometeram-se com esta declaração, que sumariava diversos acordos internacionais que haviam sido assumidos na década anterior (Cetic, 2017). Mais se acrescenta que este documento versava oito objetivos, denominados de Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), a serem atingidos no ano de 2015, e que tinham como finalidade melhorar a condição humana dos mais vulneráveis (ONU, 2001).

Neste documento estavam implícitos alguns valores e princípios como a liberdade, a igualdade, a solidariedade, a tolerância, o respeito pela natureza e a responsabilidade comum e foram estabelecidos objetivos nas áreas do combate à pobreza, à fome, à doença, à iliteracia, à discriminação por género e à proteção ambiental (ONU, 2001).

O ano de 2015 fica marcado pela Cimeira da ONU para o Desenvolvimento Sustentável, onde é acordada a Agenda 2030. Este projeto consiste nas resoluções da ONU, para os quinze anos seguintes, intitulada de “Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável” e é constituída por um conjunto de dezassete objetivos – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) - e cento e sessenta e nove metas (Centro de Informação Regional das Nações Unidas para a Europa Ocidental, 2016).

Os ODS tiveram como ponto de partida o sucesso dos ODM, entre 2000 e 2015, e pretendem ir mais longe, tendo em vista a resolução das «necessidades das pessoas, tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento, enfatizando que ninguém deve ser deixado para trás» (Centro de Informação Regional das Nações Unidas para a Europa Ocidental, 2016).

Pode assumir-se como sendo uma «agenda alargada e ambiciosa» que tem em consideração os três pilares do desenvolvimento sustentável e questões como a erradicação da pobreza, combate às alterações climáticas, proteção ambiental, igualdade de género, paz universal, entre outras (Centro de Informação Regional das Nações Unidas para a Europa Ocidental, 2016, p.1). Assim, os dezassete ODS encontram-se no Apêndice B.

2.3.2.4 Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

Pode dizer-se que a OCDE apresenta o seu contributo para a área através de dois dos seus projetos, sendo que em 1976 surgem as *Guidelines for Multinational Enterprises*. Ao longo dos anos estas *guidelines* têm vindo a ser atualizadas, tendo ocorrido a mais recente atualização em 2011.

Estas linhas de orientação correspondem a «um conjunto de princípios e normas para serem voluntariamente seguidas pelas empresas multinacionais» e que pretendem apoiar as diversas áreas relacionadas com a RSE (Duarte & Rodrigues, 2012, p. 80).

Desta forma, pode dizer-se que estas diretrizes têm como objetivo assegurar que as atividades das empresas alvo «estão em harmonia com as políticas governamentais, de modo a fortalecer as bases de confiança mútua entre as empresas e a sociedade» (Duarte & Rodrigues, 2012, p.80), promovendo contribuições positivas por parte da empresa para o desenvolvimento económico, ambiental e social (OCDE, 2011).

Estas *guidelines* encontram-se divididas em onze partes: conceitos e princípios; políticas gerais; divulgação; direitos humanos; emprego e relações do trabalho; ambiente; combate à corrupção, à solicitação de suborno e à extorsão; interesses do consumidor; ciência e tecnologia; concorrência e tributação (OCDE, 2011).

Podemos assim concluir que os valores que estão na base deste documento são similares aos que alicerçaram outras iniciativas idênticas, como por exemplo o já referido *Global Compact*.

Para finalizar, é de referir que, na sequência dos esforços desenvolvidos pela OCDE por forma a acompanhar a temática da RSE, este organismo publicou, em 2018, o Guia da OCDE de Devida Diligência para uma Conduta Empresarial Responsável.

O objetivo deste documento é «fornecer apoio prático às empresas na implementação das Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais, apresentando informações em linguagem clara sobre suas recomendações de devida diligência e disposições associadas» (OCDE, 2018, p.3).

2.3.2.5 União Europeia

A nível da RSE a UE tem vindo a desenvolver um papel ativo ao longo dos anos, contando com diversas iniciativas e publicações, destacando-se em seguida o Livro Verde (2001), a Diretiva 2014/95/EU do Parlamento Europeu e do Conselho e algumas das Comunicações da Comissão Europeia, não retirando importância às demais ações.

Desta forma, em 2001, foi publicado o “Livro Verde: Promover um quadro europeu para a Responsabilidade Social das Empresas”, que se trata de uma das grandes contribuições da UE, quer a nível de desenvolvimento de práticas de RSE, quer da sua adoção pelas empresas. Isto porque, apesar das «empresas reconhecerem, cada vez mais, a sua responsabilidade social, em muitos casos, é necessário adotar procedimentos de gestão que reflitam esse reconhecimento» (CCE, 2001, p.16).

Esta publicação tinha como objetivo

lançar um amplo debate quanto às formas de promoção pela União Europeia da responsabilidade social das empresas tanto a nível europeu como internacional e, mais especificamente, quanto às possibilidades de explorar ao máximo as experiências existentes, incentivar o desenvolvimento de práticas inovadoras, aumentar a transparência, bem como a fiabilidade da avaliação e da validação (CCE, 2001, p.3).

Acresce ainda que esta iniciativa reconhece a importância dos três pilares da sustentabilidade, dimensões social, ambiental e económica, salientando que «a longo prazo, o crescimento económico, a coesão social e a proteção ambiental serão indissociáveis» (CCE, 2001, p.4).

Mais tarde, em 2002, é publicado um documento intitulado de “Comunicação da Comissão relativa à Responsabilidade Social das Empresas: Um contributo das empresas para o desenvolvimento sustentável”.

Esta publicação vem na sequência do Livro Verde dando-lhe seguimento, apresentando uma estratégia da UE para a promoção da RSE, fazendo referência que os programas de RSE impactam de forma positiva na gestão e na competitividade das empresas (CCE, 2002).

Anos mais tarde, em 2011, surge uma nova comunicação com o nome de “Responsabilidade Social das Empresas: uma nova estratégia da UE para o período 2011-2014”, onde se apresentava uma nova postura referente à RSE referindo-se a esta como sendo «responsabilidade das empresas pelo impacto que têm na sociedade», CE (2011, p.7).

Com a renovação dos esforços à promoção da RSE, a comissão pretende «criar condições propícias a um crescimento sustentável, a um comportamento responsável das empresas e à criação de emprego duradouros a médio e longo prazo» CE (2011, p.5).

Dois anos mais tarde, em 2013, através das Resoluções do Parlamento Europeu denominadas “Responsabilidade Social das Empresas: comportamento responsável e transparente das empresas e crescimento sustentável” e “Responsabilidade Social das Empresas: promoção dos interesses da sociedade e via para uma retoma sustentável e inclusiva”, a UE, de acordo com o Parlamento Europeu (2013),

reconhece a importância da divulgação de informações sobre a sustentabilidade, tais como os fatores sociais e ambientais pelas empresas, no intuito de identificar riscos de sustentabilidade e reforçar a confiança dos investidores e consumidores.

Consequentemente, surgiu a necessidade de se elaborar uma proposta legislativa que garantisse «condições equitativas e reduzisse a possibilidade de custos adicionais para as empresas transfronteiriças decorrentes dos diferentes requisitos nacionais referentes à divulgação de RSE em toda a UE» (Dyduch & Krasodomska, 2017, p.2).

Assim, surge a Diretiva 2014/95/UE, que trata da divulgação de informações não financeiras e que tem como objetivo melhorar a qualidade dos relatórios sobre RSE na Europa (Dyduch & Krasodomska, 2017).

De acordo com estes autores esta iniciativa legislativa é a mais significativa dentro da temática do relato ambiental, social e de *corporate governance* da década. De referir que esta diretiva prevê que para além das divulgações exigidas contabilisticamente, sejam divulgadas informações relacionadas com a RSE, nomeadamente informações referentes à área social, ambiental e de *corporate governance*.

2.3.2.6 *Integrated Reporting*

De acordo com Pereira e Carreira (2019),

O Relato Integrado nasceu no final de 2009 num encontro entre o FASB, o IASB e a ONU convocados pela *Accounting for Sustainability* e a GRI, com a intenção de criar um novo modelo de relato que incluísse informação de uma empresa que fosse aceite universalmente.

Na sequência disto, em 2010 é criado o *International Integrated Reporting Council* (IIRC), que tem como propósito a formulação de uma estrutura globalmente aceite para um processo do qual resulte a comunicação sobre a criação de valor a longo prazo como passo na evolução dos relatórios empresariais (IR, 2021).

Deste seu propósito surge o Relato Integrado ou *Integrated Reporting*. O *IR Framework*, o guia para a elaboração do IR, foi publicado pela primeira vez no ano de 2013, sendo revisto em janeiro de 2021.

Assim, pode dizer-se que o IR «surgiu da necessidade de uma abordagem mais integrada e equilibrada da divulgação existente» (Tavares & Azevedo, 2018, p.33). E, sucintamente, pode afirmar-se que reside «numa aglutinação entre a componente financeira e não financeira» (Tavares & Azevedo, 2018, p. 35).

Posto isto, o IR consiste numa «comunicação concisa sobre como a estratégia, *governance*, desempenho e perspetivas de uma organização, no contexto do seu ambiente externo, levam à criação, preservação ou destruição de valor a curto, médio e longo prazo» (IR, 2021, p. 10).

Os seus objetivos remetem-se à melhoria da qualidade da informação disponível, de maneira a permitir alocar capitais de forma mais eficiente e produtiva; à promoção de uma abordagem mais coesa e eficiente para os relatórios das empresas, baseando-se em diferentes vertentes de relatórios e comunique os diversos fatores que afetam materialmente a capacidade de criação de valor de uma organização ao longo do tempo; ao aumento da responsabilidade pelos diversos capitais (financeiro, intelectual, humano, entre outros) e promoção da compressão das suas independências; ao apoio do pensamento, tomada de decisão e das ações integradas com foco na criação de valor a curto, médio e longo prazo (IR, 2021).

O IR *Framework* não prevê a existência de indicadores, mas sim de capitais, financeiro, manufaturado, intelectual, social e relacional, humano e natural. Este conjunto de capitais «formam os principais componentes do relato empresarial, que garantem o relato da informação sobre a envolvente interna e externa (Monteiro *et al.*, 2019, p.22).

Salienta-se ainda que, de acordo com este *framework*, o IR é composto por oito elementos no que toca ao seu conteúdo, sendo estes baseados em seis princípios orientadores.

Estes elementos são colocados por forma de questões a serem respondidas e são os seguintes: visão geral organizacional e ambiente externo; *governance*; modelo de negócios; riscos e oportunidades; estratégia e alocação de recursos; desempenho; *outlook*; base de preparação e apresentação (IR, 2021, p. 38).

Por sua vez, os princípios orientadores destes relatórios «sustentam a preparação e apresentação de um relatório integrado, informando o conteúdo do relatório e a forma como a informação é apresentada» e dizem respeito ao foco estratégico e orientação futura; conectividade de informação; relacionamento dos *stakeholders*; materialidade; concisão; confiabilidade e integridade; e consistência e comparabilidade (IR, 2021, p. 25).

2.3.2.7 Global Reporting Initiative (GRI)

A GRI teve origem em Boston, no ano de 1997, através de uma iniciativa conjunta entre a *Coalition for Environmentally Responsible Economies* (CERES) e o *United Nations Environment Programme* (UNEP).

Nesta altura tratou-se de uma iniciativa pioneira no que toca à integração dos aspetos da sustentabilidade das empresas nos relatórios destas. Para além disto, esta organização pode ser considerada como um referencial de relato da informação sobre a sustentabilidade empresarial, podendo dizer-se também que é considerado o mais utilizado globalmente no relato da sustentabilidade. Velte e Stawinoga (2017) reforçam esta ideia, afirmando que hoje em dia é um dos referenciais mais utilizados.

A sua missão é satisfazer a necessidade de uma comunicação «clara e transparente» no que se refere à sustentabilidade, assim como a necessidade de se divulgar «globalmente uma estrutura de conceitos, uma linguagem coerente e uma métrica» (GRI, 2006, p.2). Para tal, este organismo oferece uma «estrutura confiável para a elaboração de relatórios de sustentabilidade» (GRI, 2006, p.2).

Desta forma pode dizer-se que o objetivo deste organismo consiste na contribuição para a melhoria dos relatórios de sustentabilidade elaborados pelas organizações (Oliveira, Campos, Sehnem, & Rossetto, 2014). Duarte e Rodrigues (2012, p.126), reforçam afirmando que o objetivo desta organização se prendia também ao facto de querer «realçar a qualidade, o rigor e a utilidade do relatório de sustentabilidade».

Tratando-se de uma organização com uma visão a longo prazo e também *multistakeholder*, o seu propósito consiste na elaboração e difusão das diretrizes para a elaboração dos relatórios de sustentabilidade, aplicáveis globalmente e de forma voluntária, pelas organizações que pretendam informar sobre os seus aspetos económicos, ambientais e sociais (GRI, 2002). Estas diretrizes são aplicáveis independentemente da dimensão, setor ou localização da entidade (GRI, 2013).

O primeiro conjunto de linhas de orientação de relatório GRI surge como um *Exposure Draft*, em 1999. Mais tarde, em 2000, é publicada a primeira versão das Diretrizes GRI (G1), que fornecia assim a primeira estrutura para relatórios de sustentabilidade. Desde então, as suas diretrizes têm vindo a ser atualizadas.

Sendo que, anos mais tarde, em 2016, são lançadas as primeiras normas para a elaboração de relatórios de sustentabilidade, desenvolvidas pelo *Global Sustainability Standards Board*, denominadas de *GRI Standards*. Esta atualização consiste numa reestruturação da G4, com o objetivo de que o conteúdo seja «mais claro e lógico, numa estrutura mais flexível e de fácil adaptação ao longo do tempo» (Monteiro *et al.*, 2018, p.18).

De referir ainda que, a evolução pode ser notada através da evolução dos seus indicadores, quer em número quer em âmbito. Esta situação vem demonstrar a preocupação deste organismo em acompanhar as necessidades de informação dos *stakeholders* das diversas organizações.

Assim, após o lançamento destas *guidelines*, surgiram novas atualizações sobre água e afluentes em 2018, saúde e segurança no trabalho em 2018, impostos em 2019 e, mais recentemente, sobre resíduos em 2020.

Para concluir, pode dizer-se que a GRI se tornou no principal referencial para a divulgação voluntária de informação, que descreve as principais incumbências no aumento da qualidade de informação prestada aos *stakeholders* e que origina diversos benefícios para as empresas aderentes (Halkos & Nomikos, 2021).

Da mesma maneira, conduz as organizações sobre a necessidade de informar sobre os seus resultados quer positivos, quer negativos resultantes das suas políticas de crescimento sustentável (Brown, De Jong & Lessidrenska, 2009 citado por Halkos & Nomikos, 2021).

Importa referir que, de acordo com Pereira e Carreira (2019, p. 6), a GRI é a organização que mais tem trabalhado para a «coerência e eficácia dos relatórios ambientais, sustentáveis e de RSE».

As diretrizes e os princípios da GRI

As *GRI Standards*, as diretrizes mais recentes da GRI, passaram a ser utilizadas a partir de 2018, sendo que era aconselhada a sua utilização antes dessa data. Sucintamente, estas *guidelines* são formadas por três *Universal Standards* e por três normas específicas, referentes a aspetos económicos, ambientais e sociais.

A GRI-101: Fundamentos é dividida em três pontos, o primeiro versa sobre os Princípios de Relato. Estes dizem-se fundamentais para que seja garantida a elevada qualidade no relato de sustentabilidade e devem ser aplicados no caso de a entidade declarar que o seu relatório está de acordo com o normativo GRI (GRI, 2016).

Os Princípios de Relato encontram-se divididos em dois grupos, os princípios para definição do conteúdo do relatório e os princípios para definição da qualidade do relatório, perfazendo um total de onze princípios. O primeiro grupo de princípios auxilia as organizações na decisão do conteúdo a constar no relatório, tendo em consideração a atividade e o impacto da organização, assim como as expectativas e interesses dos *stakeholders* (GRI, 2016). De acordo com a GRI (2016), neste grupo enquadram-se os seguintes princípios: Inclusão dos *Stakeholders*; Contexto da Sustentabilidade; Materialidade; e Completude.

Por sua vez, o segundo grupo de princípios corresponde às opções que asseguram a qualidade da informação relatada e também a forma de a apresentar corretamente (GRI, 2016).

Assim, para a GRI (2016), neste grupo enquadram-se os seguintes princípios: Exatidão; Equilíbrio; Clareza; Comparabilidade; Confiabilidade; e Tempestividade.

O segundo ponto diz respeito ao processo de relato tendo por base as normas GRI. Sendo que as organizações que pretendam declarar que aplicam as diretrizes da GRI deverão

cumprir com os requisitos previstos nesta secção, quer optem pela opção Essencial ou Abrangente de aplicação. O terceiro e último ponto desta norma, recai sobre a forma de declarar que uma organização aplica o normativo GRI.

As organizações poderão estar perante duas situações: utilizam as normas GRI integralmente para elaborar o relatório de sustentabilidade em conformidade com as mesmas ou utilizam normas selecionadas, ou parte do seu conteúdo, para fazer o relato sobre assuntos específicos. Qualquer que seja a situação existe uma declaração específica a fazer e é neste tópico que se encontram as indicações para tal.

A GRI-102: Conteúdos Gerais tem o objetivo de orientar o relato por forma a contextualizar a organização. Encontra-se dividida em seis aspetos que se subdividem em diversos indicadores que permitem dar a conhecer a entidade numa primeira fase do relato. Assim, o Apêndice C, esquematiza a norma em questão.

A GRI-103: Forma de Gestão, diz respeito às orientações sobre a forma como a entidade gere os aspetos materiais em relação à dimensão económica, ambiental e social.

As normas específicas do normativo GRI veem-lhes dedicado o próximo tópico.

Os indicadores de desempenho

Os indicadores de desempenho e, conseqüentemente, as informações sobre os quais que uma organização deve relatar no seu relatório de sustentabilidade, elaborado de acordo com a estrutura GRI, são abordados em três normas específicas, a GRI-200: Indicadores de Desempenho Económico, a GRI-300: Indicadores de Desempenho Ambiental e a GRI-400: Indicadores de Desempenho Social. Estes indicadores correspondem a «informações qualitativas ou quantitativas sobre conseqüências ou resultados associados à organização que sejam comparáveis» (GRI, 2006, p.40).

A estrutura da GRI tem, ao longo dos anos, tal como já referido, sido atualizada. As novas publicações, com vista a melhorar o relato de sustentabilidade, assim como aumentar a confiança dos *stakeholders*, têm visto os aspetos e indicadores, das anteriores publicações, serem reestruturados.

Desta forma, ao longo das diferentes revisões efetuadas às estruturas GRI pode observar-se uma oscilação no que concerne ao número de aspetos que compõem estas *guidelines*, assim como ao número de indicadores.

Assim, a Tabela 2.2, reflete as alterações, no número de aspetos e indicadores dos três desempenhos, ocorridas ao longo dos anos.

Tabela 2.2 - Evolução dos aspetos e indicadores da estrutura GRI

Ano	GRI	Desempenho Económico		Desempenho Ambiental		Desempenho Social		Total de Indicadores
		Aspetos	Indicadores	Aspetos	Indicadores	Aspetos	Indicadores	
2000	G1	9	23	9	36	13	37	96
2002	G2	5	10	7	16	16	24	50
2006	G3	3	9	9	30	22	40	79
2011	G3.1	3	9	9	30	25	45	84
2013	G4	4	9	12	34	30	48	91
2016	GRI Standards	6	13	8	30	19	34	77
2018	GRI Standards Atualização	6	13	8	32	19	40	85
2019	GRI Standards Atualização	7	17	8	32	19	40	89

Fonte: Adaptado de Carvalho *et al.* (2012); GRI (2011); GRI (2013); GRI (2016).

Como se pode observar pelos dados expostos, até ao ano de 2016, enquanto que os desempenhos ambiental e social observaram um reforço da sua importância no relato sobre RSE, o desempenho económico ia sofrendo uma redução.

Na base das motivações para tais alterações pode indicar-se alguns aspetos. No referente à diminuição dos aspetos económicos necessários de constar nos relatórios pode dizer-se que os *stakeholders* têm à sua disposição outros instrumentos que lhes facultem informações sobre a posição económico-financeira da entidade, como os relatórios e contas (Moneva, 2005 citado por Carvalho *et al.*, 2012).

Os mesmos autores referem que, quanto ao reforço de indicadores a relatar sobre o desempenho ambiental este deve-se essencialmente ao aumento da divulgação sobre a emissão de gases do efeito de estufa e também à implementação do protocolo de Quioto. No entanto, estes últimos indicadores, aquando da publicação das *GRI Standards*, viram os seus indicadores sofrerem uma ligeira diminuição. Por oposição, os indicadores referentes ao desempenho económico aumentaram, o que pode espelhar uma maior preocupação por parte de aspetos que, apesar de económicos, não são espelhados nas DF's das entidades.

Ainda sobre o desempenho ambiental e sobre o desempenho social, pode dizer-se que o maior número de indicadores a divulgar sobre eles se deve à visibilidade e à proporção que estes assuntos têm conquistado no seio da sociedade.

De seguida abordam-se os atuais indicadores das *GRI Standards*.

De acordo com a GRI (2006, p.26),

A dimensão económica refere-se aos impactos da organização sobre as condições económicas dos seus *stakeholders* e sobre os sistemas económicos. Os indicadores económicos refletem o fluxo de capital entre diferentes *stakeholders* e os principais impactos económicos da organização sobre a sociedade.

O relato sobre o desempenho económico das entidades realiza-se de acordo com as diretrizes GRI 200. Estas diretrizes preveem a divulgação de informações específicas sobre os aspetos económicos das entidades e refletem-se em seis assuntos que se dividem em vários tópicos, tal como se pode observar no Apêndice D.

Por sua vez, a dimensão ambiental reflete os impactos da organização sobre os sistemas vivos e não vivos, nomeadamente o impacto nos ecossistemas, os consumos, as emissões para a atmosfera, entre outros aspetos (GRI, 2006).

O relato sobre o desempenho ambiental das entidades deverá ir de encontro ao preconizado nas diretrizes GRI 300. Nestas *guidelines* versam as principais questões ambientais sobre as quais a empresa deve relatar, como energia, água, biodiversidade, emissões, resíduos, entre outros, tal como se pode observar no Apêndice E.

Por fim, a dimensão social espelha os impactos da organização nos sistemas sociais, centrando-se, por exemplo, em questões relacionadas com direitos humanos e práticas laborais (GRI, 2006). O relato sobre o desempenho social das entidades vê as suas indicações versadas na GRI 400. Aqui encontram-se os indicadores que devem ser comunicados pela empresa referentes às questões sociais, como se observa no Apêndice F.

2.4 Fatores que influenciam o relato da RSE: evidência empírica existente

Importa salientar a ideia de base de que o nível de relato sobre RSE pode ser influenciado por diversos fatores.

Desta forma, apresentam-se de seguida cinco fatores passíveis de influenciar ou de estar associadas ao nível de relato sobre RSE de uma entidade. Abordar-se-á dois fatores referentes às características da empresa, a dimensão e o setor de atividade; dois fatores

referentes ao desempenho económico-financeiro da empresa, a rendibilidade e o endividamento; e, por fim, um fator referente ao contexto da entidade, o país de origem. Para além disso far-se-á uma breve referência à evolução do relato sobre RSE em termos temporais.

Iniciando pela evolução temporal do relato, de acordo com a KPMG (2020) o relato de sustentabilidade tem vindo a crescer ao longo dos anos.

No relatório elaborado por esta entidade encontra-se graficamente demonstrado a evolução deste tipo de relato ao longo dos anos entre as empresas pertencentes ao N100 e G250, apresentando em 2020 uma taxa de reporte de 80% e 96%, respetivamente. Em 2011, as empresas pertencentes ao N100 e G250, apresentavam uma taxa de reporte de 64% e 95%, respetivamente. Se se observar períodos anteriores como 2002, as empresas pertencentes ao N100 e G250, apresentavam uma taxa de reporte de 18% e 45%, respetivamente.

Domingos (2010), estudou a evolução do relato das empresas pertencentes à *Euronext* Lisboa e que aplicavam as diretrizes GRI, no período de 2006 a 2008, concluindo que ao longo de período de estudo a divulgação de informações sobre RSE apresentou um evolução.

Campbell (2004) desenvolveu um estudo sobre dez empresas do Reino Unido, entre 1974 e 2000, onde pôde verificar que o nível de relato sobre RSE teve um crescimento reduzido até ao final dos anos oitenta, mas a partir desta data verificou um aumento significativo.

Feita esta sucinta referência à evolução temporal do nível de relato sobre RSE, expõem-se de seguida os determinantes acima referidos.

2.4.1 Dimensão

Tal como já referido anteriormente, ao longo dos anos tem-se vindo a observar um aumento da complexidade do mundo empresarial, em consequência da globalização dos negócios assim como do progresso tecnológico e dos meios de comunicação.

Estes aspetos acarretaram um aumento da visibilidade das empresas em relação aos seus *stakeholders*. Assim, as organizações de maior dimensão e, por conseguinte, com maior visibilidade encontram-se mais expostas ao escrutínio dos seus *stakeholders*, assim como a eventuais reações adversas destes (Branco & Rodrigues, 2008).

Posto isto, diversos estudos evidenciam a relação positiva entre o relato sobre RSE e a dimensão da entidade que relata, como é o caso dos estudos de autores como Ahmad, Rashid e Gow (2017), Barako (2007), Branco e Rodrigues (2008), Dias, Rodrigues e Craig (2017), Dienes e Velte (2016), Gamerschlag, Moeller e Verbeeten (2011), Giannarakis (2014), Habbash (2016), Issa (2017), Joshi e Hyderabad (2019), Kansal, Naser e Hassan (2013), Reverte (2009), Sáenz, García e Alejandro (2019), Wachira (2017) e Wuttichindanon (2017).

Isto significa que quanto maior a organização maior a quantidade de informação sobre RSE que esta divulga.

Tal facto acontece, pois, empresas de maiores dimensões «estão mais sujeitas ao ressentimento público, hostilidade por parte dos consumidores, conflitos laborais e a uma maior atenção por parte das organizações reguladoras» (Reverte, 2009, p. 354).

Para além disto, estas empresas são alvo de «maior monitorização pelos mercados de capitais quando comparadas com organizações de menor dimensão» (Naser & Hassan, 2013, p. 61). Sáenz *et al.* (2019) acrescentam ainda que estas organizações de maiores dimensões assumem a sua RSE motivadas pela visibilidade deste assunto e, consequentemente, serem mais suscetíveis a sofrerem danos na sua reputação.

Branco e Rodrigues (2008) reforçam esta ideia, afirmando que as entidades de maiores dimensões podem considerar a RSE e a sua divulgação como uma forma de melhorar a sua reputação empresarial.

Acrescentar ainda que de acordo com Naser e Hassan (2013, p. 61) é esperado que empresas de maiores dimensões disponham de mais recursos humanos e financeiros para «compilar, analisar e divulgar informações» do que as empresas de menores dimensões. Os mesmos autores acrescentam ainda que havendo mais recursos é expectável que sejam contratadas grandes empresas de auditoria internacionais o que irá provavelmente forçar a um melhor relato.

Por outro lado, alguns estudos discordam do exposto, evidenciando uma ausência de relação entre a dimensão e o nível de relato sobre RSE, como os estudos desenvolvidos por Dyduch e Krasodomska (2017) e Legendre e Coderre (2013).

De referir que a dimensão da empresa pode ser medida através de diversos fatores como o número de funcionários, o volume de negócios, o total do ativo ou até pela capitalização bolsista.

Para concluir, é de referir que a existência de uma relação positiva entre a dimensão e o relato sobre RSE vai ao encontro da teoria dos *stakeholders*, na medida em que tendo mais *stakeholders* é expectável que as empresas de maiores dimensões divulguem mais informações e também da teoria da legitimidade, na medida em que empresas de dimensões superiores tendem a divulgar mais informações a fim de legitimar as suas ações (Wachira, 2017).

2.4.2 Setor de atividade

Um outro fator como possível de influenciar a divulgação de informações sobre RSE é o setor de atividade a que as entidades pertencem.

De acordo com Branco e Rodrigues (2008), os setores com uma maior visibilidade pública, ou com um impacto ambiental mais relevante, ou cuja imagem pública seja menos favorável, relatam mais informações relativas à RSE em comparação com empresas de outros setores. Para estes autores a pertença a determinado setor de atividade relaciona-se com o relato de determinadas categorias da RSE.

Assim, empresas com maior impacto ambiental são mais propensas a relatar informações ambientais (Branco & Rodrigues, 2008). Empresas cujo setor acarreta uma maior visibilidade entre os consumidores finais são mais propensas a fornecer informações sobre questões sociais, como o envolvimento da comunidade (Branco & Rodrigues, 2008).

Não obstante, a forma de como as empresas são classificadas para estudar esta relação não se apresenta consensual na literatura, existindo diferentes posições. Branco e Rodrigues (2008) dividem as empresas em dois grupos, as que possuem proximidade com o consumidor e as que são ambientalmente sensíveis. Por sua vez, Reverte (2009) divide as empresas em dois grupos, as ambientalmente sensíveis e as que são ambientalmente menos sensíveis.

Reverte (2009) afirma que as entidades do setor industrial e, conseqüentemente, com maior impacto ambiental, têm um maior nível de relato comparando com entidades de outros setores.

Reverte (2009) acrescenta ainda que empresas do setor minério, petróleo e indústrias químicas enfatizam informações sobre questões ambientais, de saúde e segurança enquanto que o setor financeiro e serviços relatam mais sobre questões sociais e ações filantrópicas.

De salientar ainda que, de acordo com Legendre e Coderre (2013, p. 185), «empresas que operam em setores de alto risco, como aquelas com altos níveis de risco político, alta visibilidade do consumidor ou intensa competição, são mais propensas a sofrer pressão por parte dos *stakeholders*».

Legendre e Coderre (2013) referem ainda que, de acordo com diversos estudos anteriores, as empresas pertencentes aos setores de alto risco divulgam uma maior quantidade e qualidade de informações nos seus relatórios, encontrando evidências disso no seu próprio estudo.

Gamerschlag *et al.* (2011) referem que o setor de atividade influencia o relato sobre RSE, indicando que as entidades cujo setor é considerado poluente tendem a ter um nível de divulgação ambiental superior. Para além disso referem que empresas pertencentes ao setor energético e de consumo divulgam mais informações sobre a globalidade dos aspetos de RSE.

Dyduch e Krasodomska (2017), encontraram também uma relação positiva entre estes dois aspetos, referindo que os seus resultados apontavam a que empresas cujo impacto ambiental é negativo forneçam um relato de melhor qualidade.

Para além dos autores suprarreferidos, outros verificaram a existência de uma relação positiva entre o setor de atividade e o nível de relato sobre RSE tais como Dias *et al.* (2017), Issa (2017), Kansal *et al.* (2014), Reverte (2009) e Wachira (2017). Por outro lado, Habbash (2016) não encontrou evidências da existência desta relação.

2.4.3 Rendibilidade

Um outro determinante apontado como possível influenciador do relato sobre RSE remete-se à rendibilidade das empresas.

No que toca a este determinante está-se perante diversas abordagens ao assunto, nomeadamente a existência de uma relação positiva entre a rendibilidade e o relato sobre

RSE, a existência de uma relação negativa entre a rendibilidade e o relato sobre RSE ou ainda a inexistência de uma relação entre as duas coisas.

Começando pela relação positiva entre a rendibilidade e o relato sobre RSE, diversos autores evidenciaram-na através dos seus estudos, como por exemplo Ahmad *et al.* (2017), Barako (2007), Dienes e Velte (2016), Issa (2017) e Wachira (2017).

Alguns aspetos poderão estar na base deste pressuposto, de acordo com Ahmad *et al.* (2017) as ações relacionadas com a RSE envolvem custos pelo que as empresas com maior rendibilidade estarão mais aptas a suportar estes custos e assim divulgar as suas informações sobre RSE.

Para Naser e Hassan (2013, p.58), a rendibilidade deve ser observada como um indicador do desempenho da empresa e desta forma é esperado que empresas com uma rendibilidade mais elevada sejam mais propensas ao relato sobre RSE a fim de demonstrar a «eficácia da gestão».

Para além disso, de acordo com Meek, Roberts e Gray (1995, citados por Domingos, 2010), as empresas com uma rendibilidade superior estão mais propensas a divulgar uma maior quantidade de informação a fim de se diferenciarem das empresas com rendibilidades menores, e dessa forma atraírem potenciais investidores.

Em oposição a esta abordagem, autores como Joshi e Hyderabad (2019), encontraram através do seu estudo a existência de uma relação inversa e pouco significativa entre a rendibilidade e o relato sobre RSE. Por sua vez, Naser e Hassan (2013) encontraram uma negativa e significativa relação entre os dois aspetos.

Esta relação pode assentar no facto das empresas com rendibilidades inferiores poderão apostar na divulgação de informações com o objetivo de explicarem as razões de serem menos rentáveis e também de demonstrarem as suas expectativas de crescimento futuro (Lang & Lundhlo, 1993, citado por Domingos, 2010).

Por fim, é possível também encontrar estudos de diversos autores como Domingos (2010), Dyduch e Krasodomska (2017), Gamerschlag *et al.* (2011); Giannarakis (2014), Habbash (2016), Legendre e Coderre (2013), Sáenz *et al.* (2019), Reverte (2009) e Wuttichindanon (2017), que concluem que não existe relação significativa entre os dois aspetos.

Posto isto, diversos podem ser os métodos de mensuração da rendibilidade das empresas, poder-se-á estar perante a utilização da Rendibilidade do Ativo (ROA), da Rendibilidade do Capital Próprio (ROE), da Rendibilidade das Vendas ou até do Resultado Líquido. De referir que a utilização de diferentes métodos de mensuração da rendibilidade das entidades poderá estar na base da divergência de resultados encontrada na literatura (Bussoli & Conte, 2018).

Em suma, a relação positiva entre a rendibilidade e o relato sobre RSE pode explicar-se à luz da teoria da legitimidade, isto porque empresas mais lucrativas tendem a divulgar mais informações a fim de justificar os seus lucros; por outro lado pode também ser explicada à luz da teoria da agência dado que os gestores destas empresas tendem a divulgar mais informações para justificar a sua remuneração (Wachira, 2017).

2.4.4 Endividamento

O endividamento é outra das variáveis que poderá estar associada ao nível de divulgação sobre RSE.

À semelhança da variável anterior também neste caso a literatura se encontra dividida havendo autores que comprovaram a existência de uma relação positiva, outros uma relação negativa e até quem não tenha encontrado evidencia de qualquer relação entre o endividamento e o nível de relato sobre RSE.

Autores como Sáenz *et al.* (2019) e Issa (2017) evidenciaram uma relação positiva entre os dois aspetos. Dyduch e Krasodomska (2017, p.8), remetem o relato sobre RSE à necessidade das organizações em reduzir os custos de agência.

Por outro lado, autores como Habbash (2016), Joshi e Hyderabad (2019) e Kansal *et al.* (2014) evidenciaram através dos seus estudos a existência de uma relação negativa entre o endividamento de uma empresa e o seu relato sobre RSE.

Por fim, diversos autores não encontraram evidencias da existência de relação entre os dois aspetos como é o caso de Dyduch e Krasodomska (2017), Giannarakis (2014), Reverte (2009), Wuttichindanon (2017).

Assim, resta dizer que poderá utilizar-se diversificadas bases de mensuração do endividamento de uma empresa como o Passivo, o Passivo/Ativo, o Passivo/Capital Próprio, o Ativo/Capital Próprio ou até o Passivo não corrente/Capital Próprio.

2.4.5 Localização geográfica

Para terminar, a localização geográfica é também considerada como um fator de influência do relato sobre RSE, apesar de pouco referenciada na literatura consultada.

Assim, de acordo com Gray, Kouhy e Lavers (1995, citado por Barros, 2008) as diferenças de conteúdos bem como a quantidade e tipo de informações divulgadas pelas empresas variam consoante o país onde estas divulgações são realizadas.

Legendre e Coderre (2013) reforçam esta ideia, afirmando que a cultura empresarial de cada país tem influência nas práticas do relato sobre sustentabilidade.

Wachira (2017) também refere que o país onde atua a empresa influencia o relato desta. Para além dos aspetos culturais de cada país também as disposições legais influenciam o relato sobre RSE.

Neste sentido, Adnan, Hay e Staden (2018), encontraram diferenças significativas nos relatórios sobre RSE entre os países. De acordo com estes autores, empresas do Reino Unido fornecem uma maior qualidade e quantidade de informações nos seus relatórios; as empresas da China oferecem o mínimo de informações sobre RSE; e as empresas da Malásia demonstraram uma maior quantidade de informações sobre RSE nos seus relatórios.

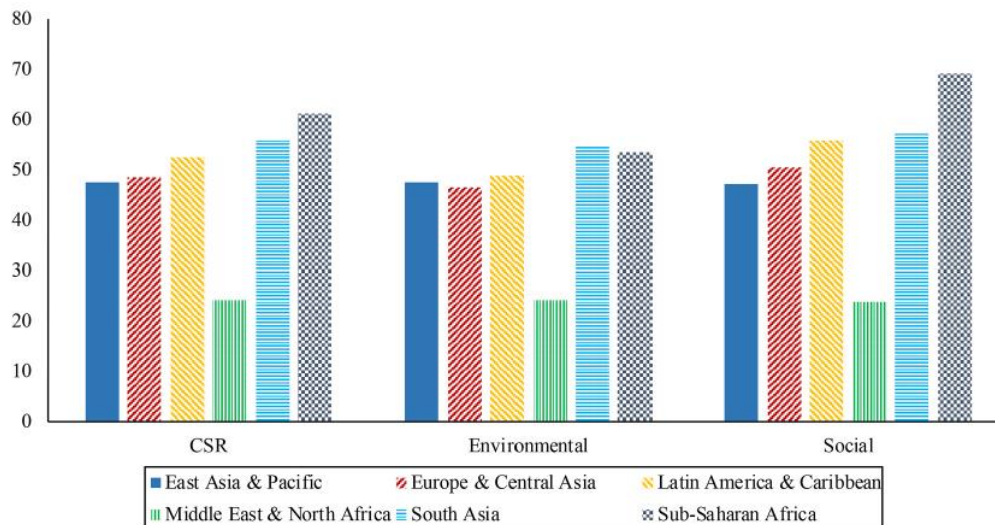
Neste estudo foi possível concluir que a qualidade e a quantidade de informação relatada pelas empresas em cada país são diferentes e estão sob influencias culturais do país em questão (Adnan, Hay & Staden, 2018). Isto significa que os fatores culturais de cada país podem ser um fator explicativo das diferenças existentes entre relatórios de diferentes países (Adnan, Hay & Staden, 2018).

Adnan, Hay e Staden (2018, p. 829), acrescentam ainda que «isso tem implicações importantes, ou seja, as diferenças culturais são mais fortes do que as pressões institucionais».

Boubakri, Ghoul, Guedhami e Wang (2020), desenvolveram um estudo, onde analisaram as diferenças do nível de relato sobre RSE de país para país, tendo observado uma elevada diferença entre o relato realizado em Africa do Sul (com a pontuação mais elevada na amostra em estudo, 61.2) e o Qatar (com a pontuação mais baixa na amostra em estudo, 15.0). Em relação ao que acontece com o nível de divulgação sobre RSE catalogado por

região geográfica, tal como se pode observar no Gráfico 2.1, existem algumas diferenças significativas entre as áreas geográficas a que pertencem os países da amostra.

Gráfico 2.1- Nível de relato sobre RSE por região geográfica



Fonte: Boubakri *et al.* (2020)

Por fim, em relação ao impacto que as características de cada país - aspetos macroeconómicos, culturais e instituições políticas e legais - Boubakri *et al.* (2020) concluíram que o relato sobre RSE está significativamente associado à abertura da economia, ao desenvolvimento dos mercados financeiros, à cultura e às instituições políticas e legais do país.

Capítulo 3 – Metodologia

Neste capítulo, respeitante ao enquadramento metodológico, será abordada a questão de investigação, bem como as questões derivadas. Para além disso abordar-se-á qual o objeto e objetivos do estudo.

Acresce ainda a formulação das hipóteses de estudo para que se possa responder às questões colocadas, assim como a definição da população e amostra, as variáveis, a técnica de recolha de dados e por fim os métodos estatísticos a utilizar para tratamento e análise dos dados.

3.1 Questão de Investigação e Questões Derivadas

Após esta breve introdução é de referir que a pergunta de base para esta investigação e à qual se pretende dar resposta é a seguinte:

“Quais os fatores que têm afetado a divulgação de RSE nas empresas cotadas em Portugal, Espanha e França, entre 2017 e 2019?”

Na sequência desta questão de investigação surgem as denominadas questões derivadas, enumeradas em seguida:

1. Como evoluiu a divulgação de RSE ao longo do período?
2. Qual a dimensão (ambiental, social ou económica) mais divulgada?
3. A dimensão afeta a divulgação de RSE?
4. A rendibilidade afeta a divulgação de RSE?
5. O endividamento afeta a divulgação de RSE?
6. O setor de atividade afeta a divulgação de RSE?
7. O índice onde se encontra cotada a entidade afeta a divulgação de RSE?

Estas questões conduzem à fixação dos objetivos desta investigação, assim como à formulação das hipóteses de estudo apresentadas ao longo das próximas secções, por esta mesma ordem.

3.2 Objeto e Objetivos

O presente trabalho tem como objeto a divulgação de informação relacionada com a RSE efetuada pelas entidades com valores mobiliários admitidos à negociação nos seguintes

índices de mercados financeiros regulamentados da UE: *Portuguese Stock Index (PSI)-20*, *Iberian Index (IBEX)-35* e *Cotation Assistée en Continu (CAC)-40*.

A análise a efetuar incide sobre a informação divulgada pelas entidades referidas durante o triénio 2017/2019.

Assim sendo, o principal objetivo desta investigação consiste em analisar o nível de divulgação da informação sobre RSE, efetuada através da estrutura da GRI, pelas empresas cotadas nos 3 índices europeus referenciados anteriormente.

Pretende-se ainda verificar se alguns fatores como o país de origem, o setor de atividade, a dimensão, a rendibilidade ou o endividamento são espelho de uma maior ou menor divulgação.

Um outro aspeto relevante de ser analisado consiste na verificação de que tipos de indicadores são mais divulgados pelas empresas (económicos, sociais ou ambientais).

3.3 Hipóteses de Estudo

Tendo em consideração a revisão de literatura efetuada e com intuito de permitir responder às questões de partida derivadas e à questão de investigação e, desta forma, cumprir com os objetivos propostos, foram formuladas as seguintes hipóteses:

Hipótese 1 – Existe uma evolução positiva relativamente ao volume de informação divulgada relacionada com a RSE entre 2017 e 2019, segundo os indicadores GRI.

H1.1- Existe uma evolução positiva relativamente ao volume de informação divulgada relacionada com a RSE entre 2017 e 2019, segundo os indicadores GRI em Portugal.

H1.2 – Existe uma evolução positiva relativamente ao volume de informação divulgada relacionada com a RSE entre 2017 e 2019, segundo os indicadores GRI em Espanha.

H1.3 – Existe uma evolução positiva relativamente ao volume de informação divulgada relacionada com a RSE entre 2017 e 2019, segundo os indicadores GRI em França.

Hipótese 2- Existe uma relação positiva entre a dimensão da entidade e a divulgação das informações sobre RSE.

H2.1 – Existe uma relação positiva entre a dimensão da entidade e a divulgação das informações sobre RSE, em Portugal.

H2.2 – Existe uma relação positiva entre a dimensão da entidade e a divulgação das informações sobre RSE, em Espanha.

H2.3 – Existe uma relação positiva entre a dimensão da entidade e a divulgação das informações sobre RSE, em França.

Hipótese 3- Existe uma relação positiva entre a rendibilidade e a divulgação das informações sobre RSE.

H3.1 – Existe uma relação positiva entre a rendibilidade e a divulgação das informações sobre RSE, em Portugal.

H3.2 – Existe uma relação positiva entre a rendibilidade e a divulgação das informações sobre RSE, em Espanha.

H3.3 – Existe uma relação positiva entre a rendibilidade e a divulgação das informações sobre RSE, em França.

Hipótese 4 - Existe uma relação positiva entre o nível de endividamento da entidade e a divulgação das informações sobre RSE.

H4.1 – Existe uma relação positiva entre o endividamento/ financiamentos obtidos da entidade e a divulgação das informações sobre RSE, em Portugal.

H4.2 – Existe uma relação positiva entre o endividamento/ financiamentos obtidos da entidade e a divulgação das informações sobre RSE, em Espanha.

H4.3 – Existe uma relação positiva entre o endividamento/ financiamentos obtidos e a divulgação das informações sobre RSE, em França.

Hipótese 5 – Existe uma relação entre o tipo de setor de atividade de uma entidade e a divulgação de informações sobre RSE.

H5.1 – Existe uma relação entre o tipo de setor de atividade de uma entidade e a divulgação das informações sobre RSE, em Portugal.

H5.2 – Existe uma relação entre o tipo de setor de atividade de uma entidade e a divulgação das informações sobre RSE, em Espanha.

H5.3 – Existe uma relação entre o tipo de setor de atividade de uma entidade e a divulgação das informações sobre RSE, em França.

Hipótese 6 – Existe uma relação entre o índice onde se encontram cotadas as entidades e a divulgação de informação sobre RSE.

3.4 Definição da População e Dimensão da Amostra

A população do estudo compreende as entidades com valores mobiliários admitidos à negociação no PSI 20, IBEX 35 e CAC 40, no período de 2017 a 2019, inclusive.

No que toca à definição da população, alguns fatores foram tidos em consideração. Como ponto de partida, pretendia-se elaborar um estudo que tivesse em consideração o panorama nacional e consequentemente de alguns países europeus mais próximos geograficamente, facto pelo qual surge a escolha de Portugal, Espanha e França.

A escolha das empresas recaiu sobre as que constavam nos principais índices bolsistas dos países em questão visto que se tratam das que têm mais impacto nas respetivas economias e desta forma exercem mais pressão sobre a sociedade, bem como são as mais expostas ao escrutínio desta.

Não obstante, a amostra apenas contempla as entidades destes índices que neles estiveram cotadas durante os três anos em análise, possuem o ano civil como referência, possuem o seu relato em euros, têm os seus relatórios disponíveis *online* e aplicam o referencial GRI nos três anos em análise, cumulativamente.

Iniciou-se pela observação de quais as empresas que se encontravam cotadas nos índices nos três períodos em estudo e obteve-se um total de 17 empresas portuguesas, 31 empresas espanholas e 33 empresas francesas.

Esta pesquisa teve por base as *factsheets* da Euronext referentes ao PSI-20 e CAC-40, para além disso recorreu-se a notícias publicadas.

Para constatar a composição do IBEX-35 utilizou-se o seu Relatório Anual de 2019, do qual foi possível extrair as entradas e saídas deste índice desde a sua constituição.

Posteriormente, procurou-se verificar quais as que cumpriam as restantes condições, removendo-se a empresa *Pharol* da lista das empresas portuguesas por não ter referência à GRI nos seus relatórios disponíveis *online*; removeram-se as empresas *Pernod Ricard*, *Sodexo*, *Siemens Gamesa e Inditex* pois o seu período de relato é diferente do ano civil; removeu-se a empresa *Total*, uma vez que as suas DFs se encontravam expressas em dólares; removeram-se as empresas *Aena*, *Viscofan*, *Airbus*, *AXA*, *Bouygues*, *Capgemini*,

Engie, Renault, Safran, TechnipFMC e Veolia Environnement, por não haver referência à GRI nos seus relatórios em pelo menos um dos anos em análise ou havendo referência à GRI esta não era no sentido de aplicação dos seus referenciais.

De referir ainda que não foram tidas em conta as empresas que aplicavam o referencial GRI em apenas uma das dimensões, em pelo menos um dos anos, como é o caso da *Mota-Engil*.

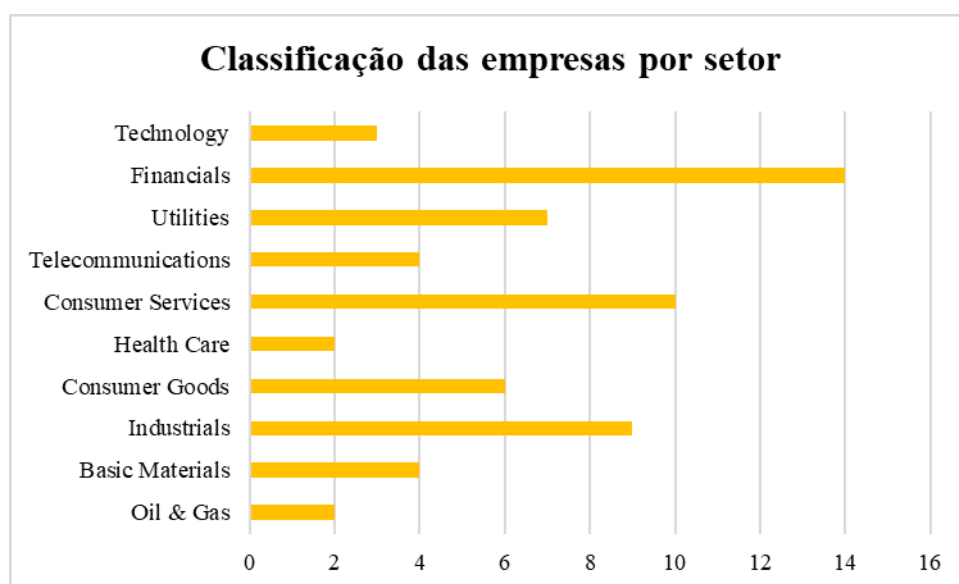
Posto isto, a amostra perfaz um total de 61 empresas, dividindo-se em 15 empresas portuguesas, 24 empresas espanholas e 22 empresas francesas.

Para a classificação por setor de atividade em que a empresa se encontra inserida foi tido em consideração o sistema de classificação *Industry Classification Benchmark (ICB)*. De fazer notar que é considerada a macro classificação constante neste índice denominada de *Industry*, por forma a mitigar a existência setores constituídos por apenas uma empresa.

Assim, de acordo com o ICB existem dez denominações segundo a classificação *Industry*: *Oil & Gas; Basic Materials; Industrials; Consumer Goods; Health Care; Consumer Services; Telecommunications; Utilities; Financials; e Technology*.

A classificação por setores das empresas constantes na amostra encontra-se exemplificada no Gráfico 3.1.

Gráfico 3.1 - Composição da amostra por setor



A fim de detalhar, por país, os dados constantes do Gráfico 3.1. apresenta-se em seguida a Tabela 3.1.

Tabela 3.1- Constituição da amostra por setores

Classificação por setores de acordo com ICB	Nº de Empresas Portuguesas	%	Nº de Empresas Espanholas	%	Nº de Empresas Francesas	%
Oil & Gas	1	6,67%	1	4,17%	0	0,00%
Basic Materials	3	20,00%	1	4,17%	0	0,00%
Industrials	1	6,67%	3	12,50%	5	22,73%
Consumer Goods	1	6,67%	0	0,00%	5	22,73%
Health Care	0	0,00%	1	4,17%	1	4,55%
Consumer Services	3	20,00%	2	8,33%	5	22,73%
Telecommunications	1	6,67%	2	8,33%	1	4,55%
Utilities	3	20,00%	4	16,67%	0	0,00%
Financials	2	13,33%	8	33,33%	4	18,18%
Technology	0	0,00%	2	8,33%	1	4,55%
Total	15	100,00%	24	100,00%	22	100,00%

As empresas constantes da amostra encontram-se no Apêndice H, classificadas por país e setor.

3.5 Definição das variáveis

Para que os objetivos propostos sejam cumpridos é fundamental a definição das variáveis de estudo. Assim, é necessário expor o que se considera como variáveis dependentes e independentes.

Considera-se como variável dependente o Índice de Divulgação da RSE, que se abordará nos pontos seguintes e que representa o volume de informação divulgada pelas diferentes entidades.

Este índice permitirá fazer comparações ao nível das diferentes componentes (económica, ambiental e social), bem como do volume total de informação divulgada, tendo em consideração o período temporal analisado.

No que toca aos fatores que potencialmente influenciam o nível de relato da RSE serão utilizados a dimensão, a rendibilidade, o endividamento, o setor de atividade e o país de origem, sendo estes fatores designados como variáveis independentes.

A dimensão de uma entidade é umas variáveis mais referenciadas na literatura como sendo determinante no nível de relato sobre RSE. Tal como observado na revisão de literatura, a dimensão pode ser mensurada recorrendo a diversos fatores como o volume de negócios, o número de funcionários, o total do ativo e também a capitalização bolsista.

De acordo com Branco e Rodrigues (2008) não existem fundamentos teóricos que justifiquem a utilização de uma determinada medida de mensuração em detrimento de

outras, assim no âmbito desta investigação utilizar-se-á o Total do Ativo como medida de mensuração da variável dimensão, no entanto ter-se-á em consideração a aplicação do logaritmo natural (ln) do Ativo Total, a fim de mitigar os efeitos da existência de diferentes níveis de grandeza.

A utilização do Ativo Total é corroborada por diversos autores como Joshi e Hyderabad (2019); Giannarakis (2014); Branco e Rodrigues (2008); Barako (2007). Por sua vez, a aplicação do ln é uma abordagem seguida por autores como Sáenz *et al.* (2019); Naser e Hassan (2013); Ahmad *et al.* (2017).

À semelhança da variável dimensão, também a variável rendibilidade pode ser mensurada utilizando diferentes fatores como, o Resultado Líquido (RL), o *Return on Assets* (ROA), o *Return on Equity* (ROE) ou a Rendibilidade das Vendas.

No âmbito desta investigação, utilizar-se-á o ROA e ROE, cujas fórmulas de cálculo são as seguintes, respetivamente:

$$ROA = \frac{RL}{\text{Ativo de Exploração}^{*1}} \quad (3.1)$$

$$ROE = \frac{RL}{\text{Capital Próprio}} \quad (3.2)$$

Autores como Wuttichindanon (2017) e Branco e Rodrigues (2008) utilizam como referência para a mensuração da rendibilidade o ROA. Por outro lado, autores como Joshi e Hyderabad (2019); Issa (2017); Giannarakis (2014); Legendre e Coderre (2013) e Barako (2007) utilizam o ROE com variável de medida da rendibilidade empresarial.

Em relação ao endividamento existem diversas formas de o avaliar, como utilizar os rácios do Passivo/Ativo, do Passivo/Capital Próprio, do Ativo/Capital Próprio ou até o Passivo não corrente/Capital Próprio.

¹ *Na prática utiliza-se o Ativo Total dado considerar-se que as diferenças são imateriais na maioria das empresas (Breia, Mata & Pereira, 2014).

Neste caso em concreto, ter-se-á como base de mensuração do endividamento, o quociente entre o valor do passivo e do capital próprio, à semelhança do realizado por Kansal *et al.* (2014).

No que concerne à variável relativa ao setor de atividade, tal como referido anteriormente, ter-se-á em consideração a classificação do ICB.

Ao contrário do apresentado na revisão de literatura não se irá utilizar agrupar os setores de atividade consoante a sua sensibilidade ambiental, mas sim analisá-los individualmente dado que em análise está a divulgação sobre RSE e não apenas a divulgação de aspetos relacionados com a dimensão ambiental.

Por fim, quanto à variável país utilizar-se-á uma variável categórica, correspondendo o número um às empresas portuguesas, o número dois às empresas espanholas e o número três às empresas francesas.

3.6 Técnicas do Método de Pesquisa/ Recolha de Dados

O ponto de partida da pesquisa para esta investigação corresponde a um estudo exploratório da literatura existente. Através da consulta de artigos científicos publicados, dissertações de mestrado, artigos provenientes de congressos e conferências, livros e *websites* oficiais de diversos organismos relevantes ao estudo, pretendeu-se obter informações pertinentes sobre o objeto de estudo.

Posteriormente, e atendendo aos objetivos da investigação, desenvolver-se-á uma investigação qualitativa.

Assim, no âmbito da evidência empírica a técnica a utilizar é a Análise de Conteúdo. Posteriormente adotar-se-á uma abordagem quantitativa na medida em que, com base nos dados recolhidos através da análise de conteúdo, será construído um Índice de Divulgação de RSE.

A Análise de Conteúdo é uma técnica de obtenção de dados que consiste na codificação de informações qualitativas em categorias escaladas quantitativamente, composta por vários níveis de complexidade (Abbott & Monsen, 1979).

Por sua vez, Branco e Rodrigues (2007), assumem esta técnica como sendo a classificação das informações divulgadas em várias categorias de itens correspondentes aos aspetos da RSE que se pretende estudar.

A forma mais simples da aplicação da Análise de Conteúdo consiste em verificar a presença ou ausência de informação (Branco & Rodrigues, 2008).

Perante este cenário cada categoria vai ser analisada de forma dicotómica, assim caso se esteja perante a presença da informação atribui-se a pontuação um, se se estiver perante a ausência de informação atribui-se a pontuação de zero (Abbott & Monsen, 1979).

De acordo com Branco e Rodrigues (2007), esta é a técnica utilizada mais comumente na investigação sobre RSE.

Posto isto, a análise de conteúdo foi efetuada aos Relatórios e Contas, Relatórios de Sustentabilidade (ou de RSE), Relatórios de Gestão e Relatórios Integrados das empresas pertencentes à amostra, para além disso utilizaram-se também as tabelas de referência GRI publicadas pelas empresas ou disponíveis online.

Estando na presença de todos os documentos necessários e disponibilizados pelas entidades, estes foram analisados por forma a determinar qual a pontuação a atribuir aos indicadores correspondentes aos desempenhos económico, ambiental e social. Será efetuada uma classificação dicotómica, à semelhança do suprarreferido, atribuindo-se “0” quando não existe divulgação de informação sobre determinado indicador e “1” quando existe divulgação de informação sobre determinado indicador.

Para esta análise e conseqüente atribuição de pontuação será tido em consideração as diretrizes GRI, G4 (2013), GRI Standards (2016) e as suas atualizações posteriores, consoante a sua aplicação pelas entidades.

Desta forma, transformar-se-á as informações sobre RSE constantes nos relatórios em dados quantitativos, construindo assim quadros de recolha. Com base nestes quadros de recolha construir-se-á o referido Índice de Divulgação de RSE.

De referir ainda que os dados necessários à mensuração das variáveis independentes foram recolhidos das DFs constantes nos relatórios e contas das entidades em análise.

3.7 Técnicas e Métodos Estatísticos

Na sequência dos dados recolhidos através da análise de conteúdo foram utilizadas técnicas de estatística descritiva e de análise exploratória, à semelhança de alguns estudos consultados.

Inicia-se a análise pela aplicação de métodos de análise univariada, onde as variáveis são tratadas separadamente, seguida de métodos de análise bivariada com o intuito de verificar a existência, ou não, de relação entre duas variáveis e, por fim, métodos de análise multivariada onde se procura estabelecer relações entre mais de do que duas variáveis.

Como ferramentas de suporte a estas análises foram utilizadas o Microsoft *Excel* 2016 e o *Software SPSS 27*.

3.7.1 Construção do Índice de Divulgação sobre RSE

Tal como referido anteriormente, partindo da análise de conteúdo dos relatórios das empresas constantes na amostra construíram-se os quadros de recolha.

Estes quadros de recolha resultam, em primeiro lugar, da listagem dos indicadores GRI referentes às três dimensões da RSE, económica, ambiental e social, tendo por base as diretrizes G4 e as *GRI Standards*.

Seguidamente foram atribuídas as pontuações zero e um, em função da não divulgação ou divulgação dos indicadores das *guidelines* da GRI, respetivamente.

Posteriormente, tendo em consideração os dados recolhidos foram calculados os índices não ponderados de desempenho, por forma a analisar o relato da RSE. Pode assumir-se que a informação sobre a empresa é utilizada de um modo agregado através deste índice, tornando-se este a variável dependente desta investigação, tal como já referido.

O índice de divulgação de RSE é obtido tendo em consideração, o total indicadores de desempenho económico, indicadores de desempenho ambiental e indicadores de desempenho social, atribuindo-lhes a pontuação zero ou um.

Desta forma, os índices de divulgação de cada uma das três dimensões da RSE, são obtidos através do somatório das pontuações atribuídas aos indicadores dessa dimensão dividindo pelo número máximo de indicadores dessa mesma dimensão.

De referir que o Índice Global de Divulgação de RSE é dado pela soma dos índices de divulgação de cada uma das dimensões da RSE (social, ambiental e económica).

3.7.2 Análise Univariada

Após os passos anteriormente referidos, nomeadamente, a realização análise de conteúdo, a construção dos quadros de recolha e a construção, formulação e cálculo dos índices de divulgação foram aplicadas técnicas de análise univariada.

A análise univariada prevê o tratamento de cada variável isoladamente antes de estas se cruzarem entre si.

Para este tratamento recorre-se à estatística descritiva, ou seja, calculam-se as principais características amostrais consoante sejam mais adequadas às variáveis em causa, como por exemplo a média, a mediana, a moda, os mínimos e máximos, os quartis, a variância ou o desvio padrão, entre outras.

Os dados provenientes destes cálculos são por norma organizados em tabelas de frequências e representados graficamente, e procura-se a obtenção de «pistas e evidências» (Domingos, 2010, p. 40).

Nesta investigação, ter-se-á em consideração o cálculo da média, sendo esta a medida de tendência central, e o cálculo do desvio padrão como medida de dispersão.

As suas apresentações far-se-ão através de gráficos e tabelas que permitam analisar o nível de relato sobre RSE do período em análise e observar-se alguns aspetos primordiais que permitam chegar aos objetivos pretendidos.

3.7.3 Análise Bivariada

Na sequência da análise univariada, foi efetuada a análise bivariada dos dados com o objetivo de responder às hipóteses de investigação propostas. A análise bivariada consiste essencialmente em apurar se existe, ou não, uma relação entre duas variáveis, podendo então estabelecer-se uma relação causa/efeito entre duas variáveis (Domingos, 2010).

Assim, nesta investigação a análise bivariada terá como propósito entender a relação entre o nível de relato sobre RSE e os fatores passíveis de o influenciar (variáveis independentes), ou seja, o coeficiente de correlação entre as variáveis.

De acordo com Reis (1997, citado por Dias, 2009, p. 36), «são exemplos típicos de métodos de análise bivariada o teste para a independência de duas variáveis, através dos coeficientes de correlação linear de *Pearson*, *Spearman*, ou *Kendall's Tau_b*».

Neste caso em particular, utilizar-se-á a correlação linear *Pearson*, com testes de significância *Two-tailed*.

3.7.4 Análise Multivariada

Por último, realizar-se-á uma análise multivariada dos dados recolhidos. Este método de análise consiste em apurar a existência, ou não, da relação entre mais do que duas das variáveis em estudo.

Conforme Domingos (2010, p. 42), este método apresenta duas vantagens em comparação com a análise univariada e bivariada, «ao trabalhar várias variáveis em simultâneo, permite, através da neutralização de variáveis, perceber o seu comportamento e até que ponto umas explicam outras e simplifica a estrutura dos dados e sintetiza as informações quando o número de variáveis envolvidas é grande, facilitando o entendimento do relacionamento existente entre as várias variáveis em estudo».

Por sua vez, Moita Neto (2004, citado por Dias, 2009) referencia a existência de diversos métodos de análise multivariada com diferentes finalidades cada, consoante o que se pretende investigar sobre os dados em análise.

No presente estudo foi definida a utilização da regressão linear múltipla, com o intuito de ir ao encontro dos objetivos propostos. Para representação deste modelo pode observar-se a seguinte fórmula:

$$Y_i = \beta_0 + \beta_1 X_{1,i} + \beta_2 X_{2,i} + \dots + \beta_k X_{k,i} + \mu_i \quad (3.3)$$

Onde:

- Y_i - Variável dependente
- $X_{1,i} + X_{2,i} + X_{3,i} + \dots + X_{k,i}$ - Variáveis explicativas ou independentes
- $\beta_1 + \beta_2 + \beta_3 + \dots + \beta_k$ - Coeficientes estimados da regressão linear
- μ_i - Erro

Assim, tendo a fórmula suprarreferida em consideração, a análise multivariada do presente estudo, através da regressão linear múltipla pode ser expressa da seguinte forma:

$$ID = \beta_0 + \beta_1 Dimensão, i + \beta_2 Rendibilidade, i + \beta_3 Endividamento, i + \beta_4 Setor, i + \beta_5 País, i + \mu_i \quad (3.4)$$

Pretende-se, assim, observar o relacionamento entre as diversas variáveis independentes e o nível de relato sobre RSE das empresas pertencentes à amostra.

Capítulo 4 – Estudo Empírico

Neste capítulo será efetuada a análise e discussão dos resultados. Assim, recolhidas as informações necessárias e construídos os quadros de recolha, procedeu-se ao cálculo dos sub-índices de divulgação, nomeadamente o IDE referente à divulgação económica, IDA referente à divulgação ambiental e IDS referente à divulgação social, assim como ao cálculo do IDG referente ao índice de divulgação global.

Para além disso, foram também recolhidos os dados necessários ao cálculo das variáveis independentes.

Dada por concluída a recolha de dados, serão aplicados métodos de análise univariada, de seguida métodos de análise bivariada e, por fim, aplicam-se métodos de análise multivariada tendo como objetivo responder às hipóteses de investigação e consequentemente à questão de investigação formulada.

4.1 Análise Univariada

Nesta secção, que visa a análise descritiva dos dados recolhidos, é de salientar primeiramente que nem toda a amostra utiliza as mesmas diretrizes GRI. Desta forma, estamos perante empresas que no primeiro ano de análise utilizavam as G4 e subsequentemente fizeram a atualização para as *GRI Standards* ou empresas que mantiveram a utilização das G4.

Todavia, este aspeto não influencia a nossa análise dado que o valor do índice de divulgação corresponde ao número de aspetos divulgados face ao número total de aspetos, representando um peso relativo dessa mesma divulgação, conforme referido anteriormente.

Nas Tabelas 4.1, 4.2 e 4.3 este aspeto é observável na medida em que se apresenta as percentagens das empresas que utilizam determinada versão do referencial, em função do número de empresas correspondentes ao índice bolsista a que pertencem e em função da totalidade de empresas da amostra.

Tabela 4.1 - % de utilização das diretrizes GRI nas empresas portuguesas

	2017		2018		2019	
	% PSI 20	% da amostra	% PSI 20	% da amostra	% PSI 20	% da amostra
G4	20,00%	4,92%	6,67%	1,64%	6,67%	1,64%
GRI Standards	80,00%	19,67%	93,33%	22,95%	93,33%	22,95%

Analisando a Tabela 4.1, correspondente às empresas pertencentes ao índice PSI 20, observa-se que existe uma diminuição do número de empresas que seguem a G4 e, consequentemente, o aumento de empresas que utilizam as *GRI Standards*.

No ano de 2017, três empresas portuguesas aplicavam o normativo G4, o que corresponde a 20% das empresas deste mesmo índice. No entanto, no ano seguinte apenas os CTT – Correios de Portugal, S.A. aplicavam este normativo, correspondendo a 6,67% das empresas cotadas neste índice. Esta situação manteve-se no ano de 2019.

Desta forma pode dizer-se que, no que concerne às empresas portuguesas pertencentes à amostra, que aplicam as diretrizes G4, estas representam, inicialmente, 4,92% da amostra total, sendo esta situação alterada em 2018 e 2019 passando a ser apenas 1,64%, em ambos os anos.

Assim, pode também dizer-se que no ano de 2017 as empresas portuguesas que aplicavam as *GRI Standards* representavam 19,67% da totalidade da amostra e no ano de 2018 e 2019 representavam 22,95%.

Na Tabela 4.2, observa-se as alterações percentuais da aplicação dos normativos GRI nas empresas espanholas.

Tabela 4.2 - % de utilização das diretrizes GRI nas empresas espanholas

	2017		2018		2019	
	% IBEX 35	% da amostra	% IBEX 35	% da amostra	% IBEX 35	% da amostra
G4	33,33%	13,11%	4,17%	1,64%	0,00%	0,00%
GRI Standards	66,67%	26,23%	95,83%	37,70%	100,00%	39,34%

Neste caso, no ano de 2017, existiam oito empresas que aplicavam as G4, o que corresponde a cerca de 33% das empresas do IBEX 35 pertencentes à amostra e cerca de 13% das empresas do total da amostra. No ano seguinte, apenas uma empresa espanhola da amostra, o Bankinter, S.A., aplicava as G4, o que corresponde a cerca de 4% das

empresas do IBEX 35 relevantes para este estudo e cerca de 1,6% das empresas em análise. Em 2019, a totalidade destas empresas aplicava as GRI Standards, o que corresponde a 39,34% do total das empresas da amostra.

Em relação às empresas francesas, a Tabela 4.3. apresenta as percentagens de aplicação das duas diretrizes GRI já referidas ao longo do período em análise.

Tabela 4.3 - % de utilização das diretrizes GRI nas empresas francesas

	2017		2018		2019	
	% CAC 40	% da amostra	% CAC 40	% da amostra	% CAC 40	% da amostra
G4	31,82%	11,48%	9,09%	3,28%	9,09%	3,28%
GRI Standards	68,18%	24,59%	90,91%	32,79%	90,91%	32,79%

No primeiro ano em análise, sete das empresas da amostra pertencentes ao CAC 40 aplicavam as diretrizes G4, o que representa 31,82% das empresas deste índice e 11,48% da totalidade da amostra.

No entanto, no ano seguinte cinco destas empresas passaram a utilizar as GRI Standards, o mesmo se manteve no ano de 2019. Isto significa que tanto em 2018 como em 2019, apenas duas empresas aplicavam as G4, ou seja, cerca de 9% das empresas constantes no CAC 40 aplicavam as G4 e por oposição cerca 91% aplicavam as GRI Standards.

Na totalidade da amostra, estas duas empresas representam cerca de 3%. Por conseguinte, as restantes vinte empresas deste índice tidas em consideração correspondem a 32,79% da amostra total.

Desta forma é de referir que independentemente do índice bolsista em estudo, observa-se uma evolução positiva por parte das empresas na aplicação das diretrizes GRI. Isto deve-se ao facto de nos três países se observar uma queda na aplicação das G4, face à preferência pelas *GRI Standards*, ou seja, em 2017 cerca de 30% das empresas da amostra aplicavam as G4, no ano seguinte apenas 6,56% o fazia e, no último ano em análise, apenas 4,92%.

Estas percentagens espelham o facto de no ano de 2017 existirem dezoito empresas da amostra a aplicarem as G4, passando no ano seguinte a quatro empresas e em 2019 apenas três empresas.

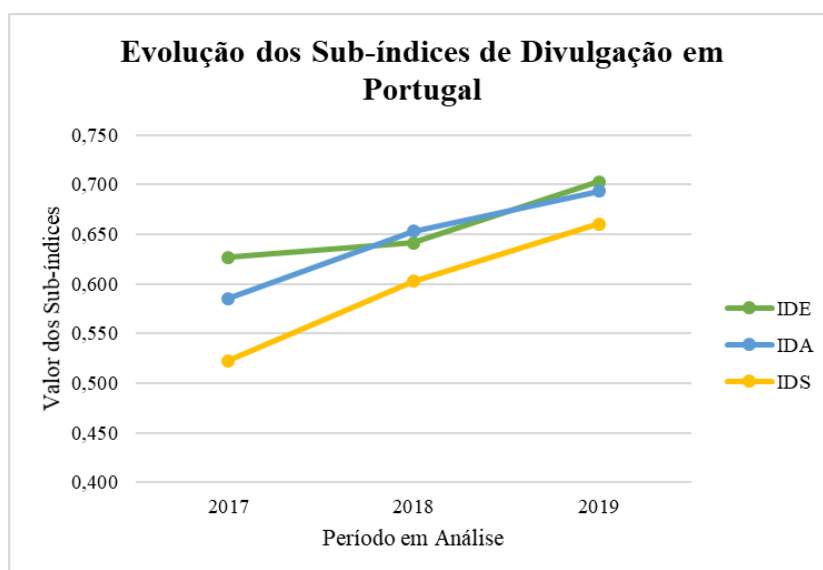
Este aspeto demonstra preocupação por parte das empresas em manterem os seus relatórios atualizados a par com as atualizações dos referenciais GRI e, conseqüentemente, em torna-los mais completos para os seus *stakeholders*.

Posto isto, e na sequência deste capítulo, consideraram-se os sub-índices de divulgação (IDE, IDA, IDS) e o IDG de todas as empresas constituintes da amostra, tal como se observa no Apêndice I.

Tendo por base os valores globais obtidos foram calculados os respetivos valores médios em função do ano e do país a que pertencem as empresas, por forma a construir diversos gráficos e tabelas que permitam a realização de uma análise evolutiva e comparativa entre países ao longo do período temporal em estudo.

Começando a análise pelas empresas pertencentes ao PSI-20, observando o Gráfico 4.1., pode verificar-se uma evolução positiva dos três sub-índices ao longo do período em análise.

Gráfico 4.1- Evolução dos Sub-índices de Divulgação em Portugal



No entanto, os três sub-índices não evoluem da mesma forma ao longo do tempo. Para uma análise mais detalhada, apresenta-se a Tabela 4.4.

Tabela 4.4 - Valores dos Sub-índices e das variações ocorridas nas empresas do PSI 20

Empresas PSI-20							
	2017	2018	2019	Média	Variação 2017-2018	Variação 2018-2019	Variação 2017-2019
IDE	0,627	0,641	0,703	0,657	1,42%	6,15%	7,58%
IDA	0,585	0,653	0,693	0,644	6,74%	4,04%	10,78%
IDS	0,523	0,603	0,660	0,595	8,00%	5,75%	13,75%

Assim, analisando conjuntamente o Gráfico 4.1 e Tabela 4.4, observam-se alguns aspetos no que se refere ao nível de relato, em média, das empresas portuguesas em estudo relativamente a cada ano, assim como a evolução dos sub-índices de 2017 a 2019.

O primeiro aspeto passível de ser observado prende-se com o facto de, em média, as empresas portuguesas deterem um nível de divulgação relacionado com a dimensão económica superior aos demais, à exceção do ano de 2018 em que o nível de divulgação da dimensão ambiental apresenta o valor mais elevado.

Além disso, observa-se também que, em média, as empresas portuguesas tiveram um aumento do nível de divulgação de informação relacionada com o pilar económico, sendo este de 1,4% de 2017 para 2018 e de 6,2% de 2018 para 2019, aproximadamente.

Por oposição, verifica-se que a dimensão social, nos três anos, é, em média, a menos divulgada pelas empresas portuguesas.

Não obstante, e tendo em consideração que os três sub-índices apresentam variações positivas, o IDS é o sub-índice que observa uma variação mais significativa de 2017 a 2019.

Desta forma, pode dizer-se que a dimensão social, apesar de ser a que, em média, é menos divulgada pelas empresas portuguesas, é a que apresenta um crescimento superior.

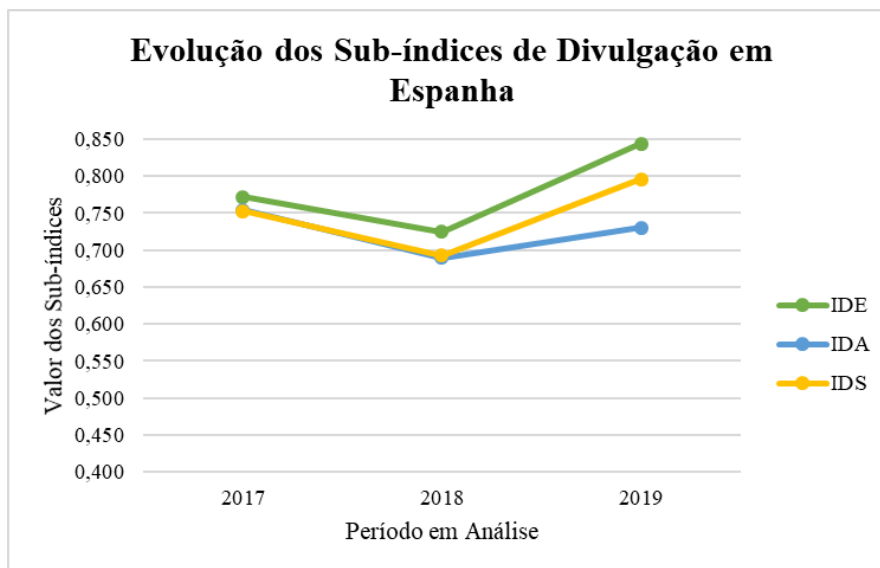
Sobre o relato da dimensão ambiental destas empresas, expressado pelo IDA, observam-se variações positivas ao longo dos anos, sendo esta ligeiramente superior de 2017 para 2018.

Assim, fica patente, que as empresas portuguesas apresentam uma evolução positiva do volume de informação divulgada sobre RSE ao longo do período em análise.

Analisando agora as empresas pertencentes ao IBEX-35, observam-se algumas diferenças quando comparadas com empresas portuguesas.

Para proceder à análise dos dados referentes a estas empresas tem-se em consideração o Gráfico 4.2.

Gráfico 4.2 - Evolução dos Sub-índices de Divulgação em Espanha



Em primeiro lugar, observa-se que no primeiro ano em análise, as empresas pertencentes ao IBEX-35 apresentavam, em média, valores superiores dos seus sub-índices, em comparação com as empresas portuguesas.

No entanto, e ao contrário da evolução observada nas empresas portuguesas, de 2017 para 2018 observa-se um decréscimo do nível de informação divulgado pelas empresas espanholas, sendo que posteriormente de 2018 para 2019 este já apresenta uma variação positiva.

Para que se possa analisar com maior detalhe os aspetos referidos, apresenta-se a Tabela 4.5.

Tabela 4.5 - Valores dos Sub-índices e das variações ocorridas nas empresas do IBEX 35

Empresas IBEX-35							
	2017	2018	2019	Média	Varição 2017-2018	Varição 2018-2019	Varição 2017-2019
IDE	0,772	0,724	0,844	0,780	-4,74%	11,97%	7,24%
IDA	0,754	0,690	0,730	0,725	-6,41%	4,02%	-2,39%
IDS	0,753	0,693	0,796	0,747	-6,01%	10,34%	4,33%

Iniciando a análise pelo IDE, observa-se que, à semelhança do que acontece com as empresas portuguesas, este é o sub-índice com maior expressão ao longo dos três anos em análise, sendo este o sub-índice que de 2017 para 2018 apresenta uma menor diminuição e no ano seguinte é o que apresenta uma maior variação positiva.

Observa-se ainda que, em média, o sub-índice com menor expressão é o IDA. Esta expressão mais reduzida acentua-se no ano de 2019, sendo que em 2017 apresenta um valor imaterialmente superior e em 2018 apresenta um valor inferior, também ele imaterial.

Acresce ainda que o IDA é o sub-índice que apresenta uma variação negativa entre 2017 e 2019. Ainda assim, quando comparado com as empresas do PSI 20, o valor obtido para as empresas do IBEX-35, apresenta, em média, um valor superior. Este resultado significa que, em média, as empresas espanholas relatam mais informação sobre a dimensão ambiental do que as empresas portuguesas, sendo que o mesmo se verifica com as restantes dimensões.

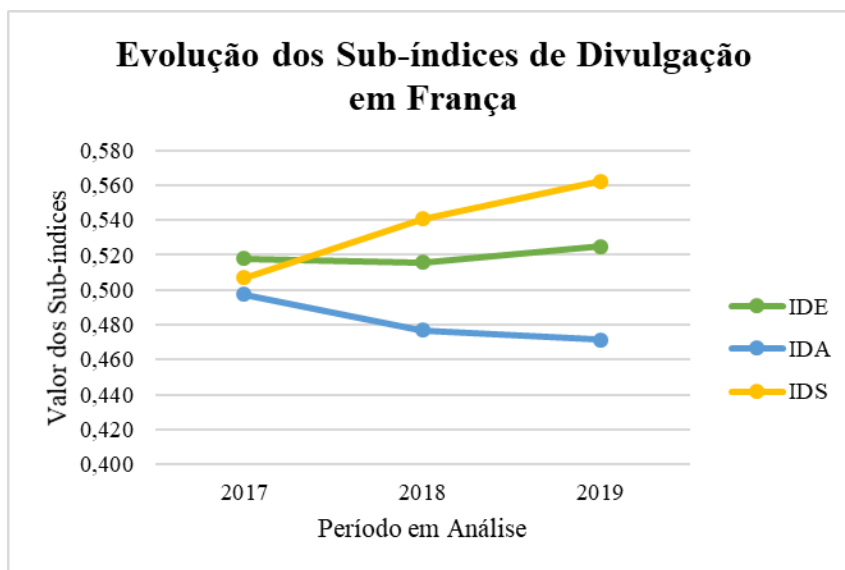
À semelhança do descrito sobre o IDE e o IDA, também o IDS das empresas espanholas, apresenta uma redução de 2017 para 2018, sendo que no ano seguinte apresenta um aumento, fazendo com que a variação global do período em análise relativa a este sub-índice apresente uma evolução positiva.

Para concluir a análise dos sub-índices relacionados com as empresas integrantes do IBEX 35, pode dizer-se que o IDE e o IDS apresentam um aumento de cerca de 7,2% e 4,3%, respetivamente, no período em análise. Por oposição, o IDA apresenta uma evolução negativa no mesmo período de cerca de 2,4%.

No que concerne às empresas integrantes do CAC 40, com o auxílio do Gráfico 4.3, observa-se que, em média, estas empresas apresentam níveis de divulgação de informação sobre RSE inferiores aos observados nas empresas integrantes do PSI 20 e do IBEX 35.

Para além disso, e também ao contrário do já observado, a evolução dos sub-índices referentes às empresas integrantes do CAC 40 não variam em consonância entre si. Assim, enquanto que nas empresas portuguesas e espanholas, os sub-índices variavam de ano para ano no mesmo sentido, neste caso tal não acontece.

Gráfico 4.3 - Evolução dos Sub-índices de Divulgação em França



Tal como demonstra o Gráfico 4.3, enquanto que o IDS aumenta ao longo do tempo, o IDE apresenta uma variação negativa de 2017 para 2018 e posteriormente apresenta uma variação positiva de 2018 para 2019 e, por fim, o IDA apresenta uma variação negativa ao longo do tempo.

Para completar a análise dos sub-índices das empresas francesas apresenta-se a Tabela 4.6, que ilustra, com maior rigor, as alterações ocorridas no período em análise.

Tabela 4.6 - Valores dos Sub-índices e das variações ocorridas nas empresas do CAC 40

Empresas CAC-40							
	2017	2018	2019	Média	Varição 2017-2018	Varição 2018-2019	Varição 2017-2019
IDE	0,518	0,516	0,525	0,520	-0,19%	0,90%	0,71%
IDA	0,497	0,477	0,472	0,482	-2,04%	-0,54%	-2,59%
IDS	0,507	0,541	0,562	0,537	3,37%	2,15%	5,52%

Iniciando a análise pelo IDE, enquanto que nas empresas portuguesas e espanholas este era, em média, o sub-índice com uma maior expressão, nas empresas francesas tal não se verifica.

Neste conjunto de empresas, apesar de no global este sub-índice apresentar uma evolução positiva entre 2017 e 2019, isto não se verifica de ano a ano. Ainda assim, e dada a pouca expressão das alterações ocorridas ao nível deste sub-índice pode afirmar-se que foi o que se manteve mais constante quando analisada a totalidade da amostra.

Referente ao IDA pode dizer-se que nas empresas do CAC 40 este é o sub-índice com menor expressão e com uma variação negativa ao longo do tempo. Isto quer dizer que a dimensão ambiental é a menos divulgada pelas as empresas francesas e que estas têm vindo a diminuir a quantidade de informação que divulgam, tendo existido uma variação negativa de aproximadamente 2,6%.

Ainda que com valores inferiores ao verificado nas empresas portuguesas e espanholas, o IDS é o sub-índice que, em média, tem uma maior expressão no relato sobre RSE das empresas francesas.

De acordo com o Gráfico 4.3 e com a Tabela 4.6, este é o único sub-índice que apresenta uma evolução positiva nas empresas constantes do CAC 40, apresentando um aumento de cerca de 5,5% entre 2017 e 2019.

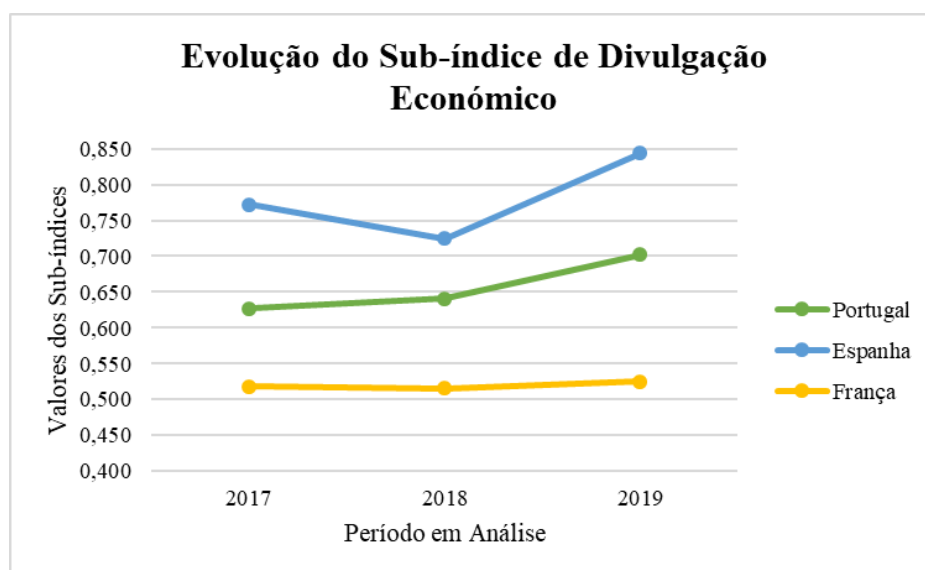
Posto isto, no que concerne às empresas cotadas no CAC 40, verifica-se um aumento do volume de informação divulgada sobre RSE de 2017 a 2019, nas dimensões económica e social, ainda que na primeira tenha ocorrido uma ligeira diminuição em 2018. No âmbito da dimensão ambiental, as mesmas empresas apresentam uma diminuição na quantidade de informação divulgada.

Após a análise dos sub-índices de acordo com o índice/país onde as empresas se encontram integradas é pertinente realizar uma análise em função de cada sub-índice ao longo do tempo em cada país.

Assim, apresentar-se-á de seguida três gráficos, com o objetivo de comparar o nível de informação divulgada relativamente a cada dimensão consoante o país a que pertencem ao longo de período em estudo.

No Gráfico 4.4 é possível observar a evolução o IDE nas empresas dos três países, ao longo do triénio em análise.

Gráfico 4.4 - Evolução do Sub-índice de Divulgação Económico



Tal como já referenciado anteriormente, este sub-índice apresenta, em média, uma variação positiva entre 2017 e 2019 nos três países analisados. No entanto, ao longo deste período a evolução deste indicador não é igual de país para país nem de ano para ano.

No que se refere às empresas portuguesas, existiram variações positivas em todos os anos em análise, ainda que em proporções diferentes. Explicitando, de 2017 para 2018 existiu um aumento de cerca de 1,4% e, no ano seguinte, existiu um aumento de cerca de 6,2%.

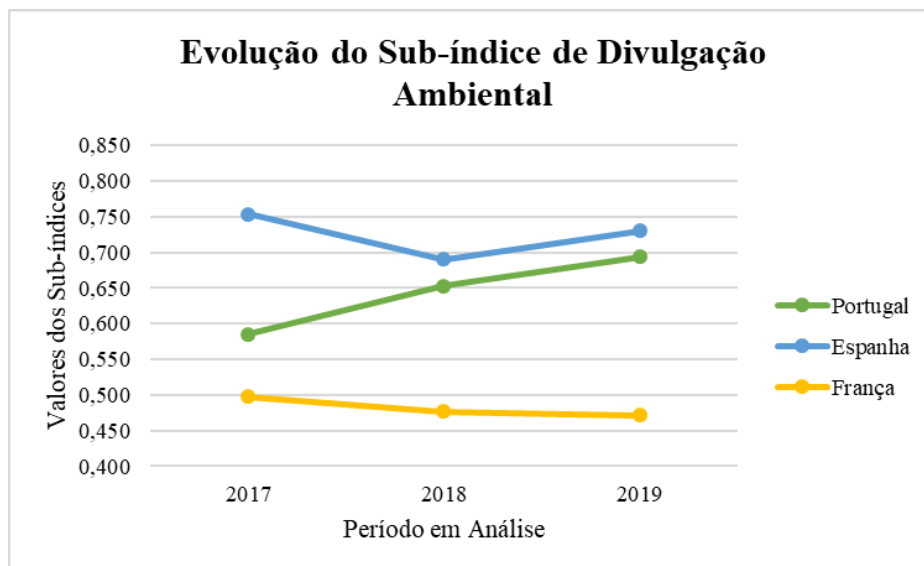
Por sua vez, as empresas espanholas e francesas, apresentaram de 2017 para 2018 uma diminuição no IDE sendo que no ano seguinte, apresentaram um aumento do valor deste sub-índice. De referir que as variações do IDE das empresas espanholas foram, em ambos os anos, mais expressivas do que as restantes, sendo que de 2017 para 2018 sofreu uma diminuição de 4,7% e de 2018 para 2019 sofreu um aumento de quase 12%.

Analisando agora a divulgação de informação relacionada com a dimensão económica, as empresas espanholas apresentam, em média, um valor superior de IDE. Este grupo de empresas, apresenta uma média de IDE de 0,78 para o triénio de 2017 a 2019, por oposição ao IDE de 0,66 das empresas portuguesas e 0,52 das empresas francesas.

Para além disso, é possível de observar que no período em análise a variação no nível de relato das informações sobre aspetos económicos, é mais expressiva nas empresas portuguesas, tendo estas tido um crescimento de aproximadamente 7,6% de 2017 para 2019. Por outro lado, as empresas espanholas viram, em média, o seu IDE aumentar cerca de 7,2% e as empresas francesas viram o IDE aumentar apenas 0,71%.

De seguida, no Gráfico 4.5, observa-se o que acontece ao nível do IDA nas empresas dos três países ao longo do período analisado.

Gráfico 4.5 - Evolução do Sub-índice de Divulgação Ambiental



Como observado anteriormente, nas empresas portuguesas o IDA apresenta uma evolução positiva ao longo do período analisado, por outro lado nas empresas francesas este índice apresenta diminuições ao longo do período. Por último, nas empresas espanholas verifica-se uma diminuição do IDA em 2018, todavia em 2019 este valor volta a aumentar.

Na sequência do exposto, e da análise das Tabelas 4.4, 4.5 e 4.6, pode afirmar-se que as empresas portuguesas apresentam uma evolução positiva mais acentuada que as restantes, tendo, em média, aumentado o seu IDA em cerca de 10,8% de 2017 para 2019.

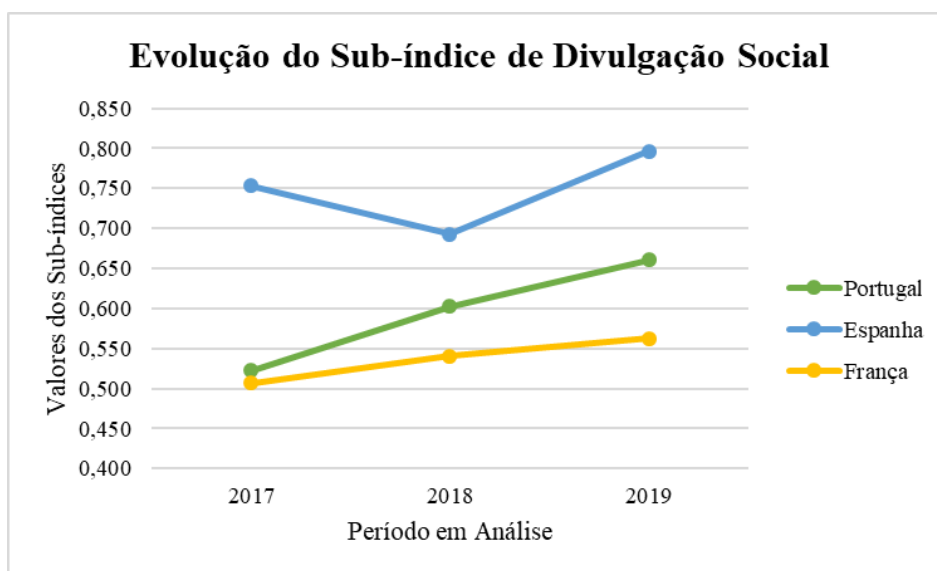
Por outro lado, as empresas francesas, apresentaram uma diminuição de cerca de 2,6% do seu IDA, de 2017 para 2019. As empresas espanholas, por sua vez, apresentaram uma diminuição do IDA de 6,4% no ano de 2018, tendo este aumentado cerca de 4% no ano seguinte, não sendo este valor suficiente para reverter a diminuição ocorrida no ano anterior e, desta forma, apresenta no global uma diminuição do IDA de cerca de 2,4%.

Não obstante, no que concerne às empresas espanholas, em média, estas são as que apresentam um maior nível de informação relacionada com dimensão ambiental no

período analisado. Em sentido oposto, as empresas francesas são as que, em média divulgam menos informação ambiental.

Em seguida, apresenta-se o Gráfico 4.6 que visa a análise e comparação do IDS ao longo do período analisado.

Gráfico 4.6 - Evolução do Sub-índice de Divulgação Social



À semelhança do já observado anteriormente nos outros índices, novamente as empresas portuguesas apresentam, em média, uma evolução positiva do IDS, tendo-se observado uma variação positiva de 13,8% entre 2017 e 2019.

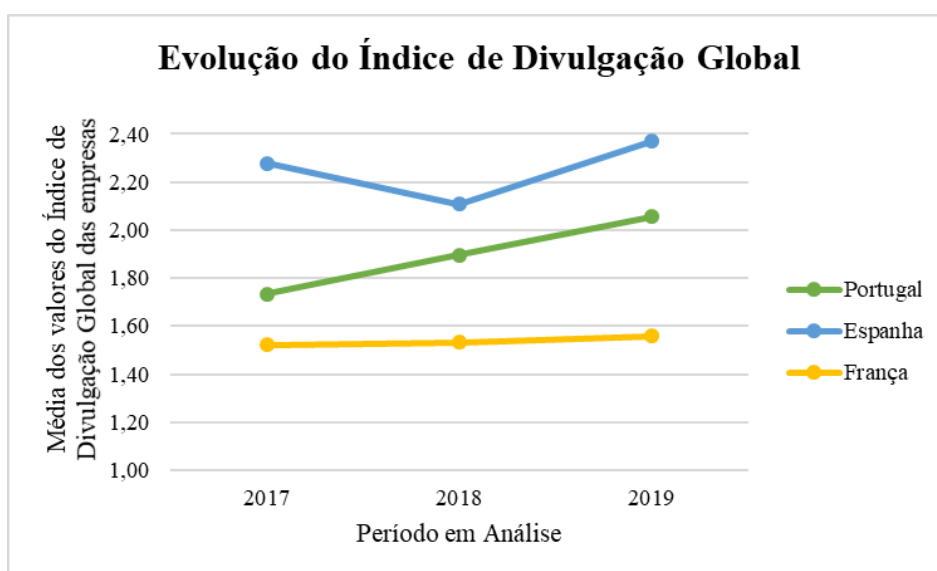
Nas empresas espanholas, tal como acontece com o IDA, o IDS apresenta, em média, uma diminuição de 2017 para 2018 e um aumento no ano seguinte. Neste caso, em 2018 verificou-se uma diminuição de cerca de 6% face a 2017 e em 2019 um aumento de cerca de 10,3% face a 2018. Dado este aumento ser superior à diminuição verificada anteriormente faz com que se tenha assistido a uma variação global de cerca de 4,3%.

Nas empresas francesas, pode observar-se que o relato sobre a dimensão social tem vindo a aumentar ao longo dos anos, dado que em 2017 apresentavam, em média, um IDS de 0,51 e no ano seguinte observou-se um aumento deste de cerca de 3,4%. Em 2019 voltou a verificar-se um aumento de cerca de 2,2% atingindo este índice, em média, um valor de 0,56.

De referir ainda que apesar do IDS das empresas portuguesas e das empresas francesas apresentarem um aumento mais significativo, são as empresas espanholas que apresentam um IDS, em média, mais elevado em qualquer um dos anos. O que significa que apesar do relato sobre informações de cariz social ter vindo a aumentar em Portugal e em França, as empresas espanholas continuam a divulgar um maior volume de informação.

Após a análise em separado dos sub-índices, apresenta-se o Gráfico 4.7 para que se possa efetuar uma abordagem global, através do IDG, ao nível de informação divulgada pelas empresas portuguesas, espanholas e francesas.

Gráfico 4.7 - Evolução do Índice de Divulgação Global



Como seria de esperar, dado o observado nos gráficos anteriores, as empresas espanholas apresentam um nível de divulgação superior às empresas portuguesas e francesas.

Não obstante, e tal como acontecera ao IDA e IDS, as empresas espanholas, em média, viram o seu nível de relato diminuir em 2018 e para posteriormente voltar a aumentar em 2019.

Assim, em 2018 as empresas espanholas viram o seu IDG reduzir, em média, cerca de 17,1% e em 2019 aumentar cerca de 26,3%.

Dado o sentido positivo dos sub-índices das empresas portuguesas em todos os anos do período em análise, também o IDG apresenta uma variação positiva de ano para ano, e de 2017 para 2019 observou um aumento de cerca de 32,1%, sendo esta a variação mais significativa observada.

As empresas francesas, apresentam também, em média, um aumento do IDG, ainda que em proporções menores face aos restantes países. Assim, de 2017 para 2019 o IDG aumentou, em média, cerca de 3,6%.

Para concluir a análise univariada, resta apresentar a Tabela 4.7 que sumariza as estatísticas descritivas das variáveis independentes quantitativas (Dimensão, Rendibilidade e Endividamento).

Tabela 4.7 - Estatísticas Descritivas das variáveis independentes da amostra

		Estatísticas Descritivas					
		Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão	Curtose	
		Estatística	Estatística	Estatística	Estatística	Estatística	Erro Padrão
Dimensão	Ln Total de Ativo	19,895	28,403	23,910	1,876	0,126	0,357
Rendibilidade	ROA	-0,065	0,387	0,045	0,048	14,911	0,357
	ROE	-0,150	0,493	0,123	0,085	4,123	0,357
Endividamento	Passivo/Cap.Prop	0,076	23,952	4,088	5,318	3,425	0,357

Desta forma, é possível observar que a dimensão das empresas constituintes da amostra varia entre 19,895 e 28,403, sendo que a média das sessenta e uma empresas é de 23,910.

Em relação à rendibilidade das empresas, pode dizer-se que os valores entre os quais esta varia são relativamente similares, ou seja, quer a rendibilidade medida pelo ROA, quer pelo ROE apresentam valores mínimos e máximos próximos.

Esta afirmação é sustentada pelos valores de desvio padrão destes dois indicadores, que demonstram uma reduzida dispersão de valores entre as diversas entidades.

Em relação ao endividamento, esta é a variável que apresenta uma maior amplitude de valores entre as empresas da amostra. Isto significa que se está perante uma amostra na qual existem empresas com um endividamento bastante reduzido e por oposição existem empresas com valores de endividamento bastante mais superiores.

Por esta razão é a variável que apresenta um maior valor de desvio padrão, ou seja, é a variável que apresenta uma maior dispersão de valores de entre a amostra.

De referir que esta variável apresenta um mínimo de 0,076 e um máximo de 23,952, assim como uma média de 4,088.

Em relação à curtose é de referir que em todos os casos esta é superior a zero, o que indica que a distribuição dos dados, graficamente, apresenta uma linha mais afunilada e concentrada do que a distribuição normal, dizendo-se ainda que é uma distribuição de caudas pesadas.

4.2 Análise Bivariada

Neste tópico desenvolver-se-á a análise bivariada dos dados recolhidos. Salientar que, conforme já referido, esta análise permite observar o comportamento de duas variáveis na presença uma da outra. Neste caso, e tal como indicado no capítulo anterior utilizar-se-á o coeficiente de correlação linear de *Pearson*.

Apesar do objetivo ser efetuar a análise da existência, ou não, de uma relação entre as variáveis independentes (Setor, Dimensão, Rendibilidade – ROA e ROE – e Endividamento) e o nível de divulgação dos aspetos relacionados com a RSE (IDE, IDA, IDS e ID), outras relações entre variáveis podem ser evidenciadas.

Posto isto, e a fim de responder às hipóteses de investigação previamente enunciadas, agruparam-se as empresas por país de origem a fim de se realizar uma análise bivariada relativa a cada país e desta forma perceber se o facto de pertencerem a países diferentes pode ser considerado um fator que influencia o relato de informações sobre RSE.

Para além disso, procedeu-se também a uma análise bivariada sem efetuar a referida separação da amostra.

Iniciando a análise pelas empresas cotadas no índice PSI 20, a Tabela 4.8 apresenta os dados estatísticos referentes à existência, ou não, de relação entre o nível de relato de informações sobre RSE e os fatores que poderão explica-lo.

Tabela 4.8 - Correlações entre variáveis dependentes e independentes das empresas portuguesas no período 2017-2019

		Setor	Dimensão	ROA	ROE	Endividamento
IDE	Correlação de Pearson	0,017	,398**	-0,121	-0,130	0,199
	Sig. (2 extremidades)	0,910	0,007	0,429	0,395	0,189
	N	45	45	45	45	45
IDA	Correlação de Pearson	-0,241	0,022	0,143	0,193	0,079
	Sig. (2 extremidades)	0,111	0,885	0,347	0,204	0,608
	N	45	45	45	45	45
IDS	Correlação de Pearson	-0,244	,369*	-0,044	0,060	0,178
	Sig. (2 extremidades)	0,107	0,013	0,776	0,693	0,242
	N	45	45	45	45	45
ID	Correlação de Pearson	-0,173	0,285	-0,005	0,048	0,166
	Sig. (2 extremidades)	0,257	0,058	0,973	0,755	0,276
	N	45	45	45	45	45

** . A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

* . A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

Ao analisar-se a Tabela 4.8 observa-se que não existem resultados estatisticamente significativos que indiquem uma relação entre o nível de relato de aspetos económicos, sociais e ambientais das empresas portuguesas e o setor a que pertencem, a sua rendibilidade do ativo e dos capitais próprios e também o seu endividamento, no período em análise.

Por outro lado, no que toca à variável dimensão está-se perante a existência de uma correlação positiva entre esta variável e o IDE, para um nível de significância de 0,01. Neste caso o valor do coeficiente de correlação de *Pearson* é de 0,398.

Para além disso, existe também uma correlação positiva entre a dimensão e o IDS, para um nível de significância de 0,05. Sendo o valor do coeficiente de correlação de *Pearson* é de 0,369.

Este resultado significa que existe uma relação positiva, significativa a 1% e 5%, o que demonstra que uma maior dimensão das empresas se encontra associado a um maior nível de relato sobre aspetos económicos e sociais, respetivamente.

Em suma, pode dizer-se que, relativamente às empresas integrantes do PSI-20, a dimensão é um fator influenciador do nível de relato de informações sobre os aspetos económicos e sociais das empresas portuguesas.

Este resultado está em linha com diversa evidência empírica existente, nomeadamente os estudos de Ahmad, Rashid e Gow (2017), Branco e Rodrigues (2008), Dias, Rodrigues e Craig (2017), Dienes e Velte (2016), Joshi e Hyderabad (2019), Kansal, Naser e Hassan (2013), Reverte (2009) e Sáenz, García e Alejandro (2019). Assim, em linha com os resultados obtidos por estes autores, quanto maior a dimensão da organização maior o nível de relato relacionado com a responsabilidade social.

Poder-se-á associar estes resultados a alguns aspetos como por exemplo a maior exposição ao escrutínio público e consequentes ações dos consumidores (Reverte, 2009); a «maior monitorização pelos mercados de capitais quando comparadas com organizações de menor dimensão» (Naser & Hassan, 2013, p. 61), ou o facto destas entidades utilizarem este tipo de relato a fim de melhorar a sua reputação dada a sua ênfase no contexto sócio-empresarial na atualidade (Sáenz *et al.*, 2019; Branco e Rodrigues, 2008).

Os demais coeficientes de correlação obtidos não se revelam estatisticamente relevantes pelo que essas variáveis independentes não podem ser consideradas como fatores influenciadores do nível de relato sobre aspetos de RSE nas empresas do PSI 20.

Não obstante, encontraram-se, como seria expectável, relações estatisticamente significantes dos sub-índices entre si, tal como se observa nas Tabelas 4.9.

Tabela 4.9 - Correlações existente entre as variáveis dependentes das empresas portuguesas no período 2017-2019

		IDA	IDS	ID
IDE	Correlação de Pearson	,728**	,779**	,918**
	Sig. (2 extremidades)	0,000	0,000	0,000
	N	45	45	45
IDA	Correlação de Pearson		,710**	,898**
	Sig. (2 extremidades)		0,000	0,000
	N		45	45
IDS	Correlação de Pearson			,911**
	Sig. (2 extremidades)			0,000
	N			45

Na Tabela 4.9 observa-se a existência de uma correlação positiva entre o IDE e o IDA, IDS e IDG para um nível de significância de 0,01.

De referir que os coeficientes de correlação são similares em relação ao IDA e IDS, com um valor de 0,728 e 0,779, respetivamente. Em relação ao IDG é ligeiramente superior, tendo um valor de 0,918.

A mesma tabela demonstra também a existência de uma correlação positiva entre o IDA e o IDS e IDG, para um nível de significância de 0,01, com um valor de coeficiente igual a 0,710 e 0,898 respetivamente.

Por fim, existe também uma correlação positiva entre o IDS e o IDG, para um nível de significância de 0,01, tendo o coeficiente o valor de 0,911.

Analisando, de seguida, as empresas cotadas integrantes do índice IBEX 35, a Tabela 4.10 apresenta os resultados obtidos.

Tabela 4.10 - Correlações entre variáveis dependentes e independentes das empresas espanholas no período 2017-2019

		Setor	Dimensão	ROA	ROE	Endividamento
IDE	Correlação de Pearson	-0,002	-0,002447809	-0,011	-0,127	-0,047
	Sig. (2 extremidades)	0,987	0,984	0,928	0,287	0,698
	N	72	72	72	72	72
IDA	Correlação de Pearson	-0,138	-0,151	0,210	0,030	-,264*
	Sig. (2 extremidades)	0,246	0,205	0,077	0,804	0,025
	N	72	72	72	72	72
IDS	Correlação de Pearson	-0,051	-0,069223681	0,154	-0,014	-0,188
	Sig. (2 extremidades)	0,671	0,563	0,198	0,905	0,114
	N	72	72	72	72	72
ID	Correlação de Pearson	-0,076	-0,088	0,138	-0,037	-0,193
	Sig. (2 extremidades)	0,525	0,461	0,247	0,755	0,105
	N	72	72	72	72	72

À semelhança do verificado para as empresas portuguesas, ao analisar-se a Tabela 4.10 observa-se que não existem resultados estatisticamente significativos que indiquem uma relação entre o nível de relato de aspetos económicos, sociais e ambientais das empresas espanholas e o setor a que pertencem, a sua rendibilidade do ativo e dos capitais próprios, no período em análise. O mesmo acontece em relação à dimensão.

No entanto, encontra-se a existência de uma correlação negativa entre a variável endividamento e o IDA, para um nível de significância de 0,01. Neste caso o valor do coeficiente de correlação de *Pearson* é de -0,264.

Tal significa que existe uma relação negativa, significativa, o que demonstra que um menor nível de endividamento está associado a um maior nível de relato sobre aspetos ambientais.

Em suma, pode dizer-se que, relativamente às empresas que integram o IBEX-35, existe uma associação negativa entre o endividamento e o relato de informações sobre os aspetos ambientais das empresas espanholas. De referir que as demais correlações presentes na tabela não se revelam estatisticamente significantes.

A relação negativa evidenciada entre o nível de relato e o endividamento vai ao encontro dos resultados obtidos por Habbash (2016), Joshi e Hyderabad (2019) e Kansal *et al.* (2014).

Os resultados obtidos poderão encontrar-se associados ao facto de empresas com um maior nível de endividamento e, desta forma, com uma capacidade financeira mais comprometida do que outras entidades com menor endividamento, poderá dispor de um menor nível de recursos para despender com a divulgação de informações sobre RSE, em virtude dos custos de preparação e divulgação a esta associados.

Por sua vez, a Tabela 4.11, apresenta as correlações existentes entre os índices de divulgação.

Tabela 4.11 - Correlações existente entre as variáveis dependentes das empresas espanholas no período 2017-2019

		IDA	IDS	ID
IDE	Correlação de Pearson	,582**	,838**	,892**
	Sig. (2 extremidades)	0,000	0,000	0,000
	N	72	72	72
IDA	Correlação de Pearson		,669**	,858**
	Sig. (2 extremidades)		0,000	0,000
	N		72	72
IDS	Correlação de Pearson			,929**
	Sig. (2 extremidades)			0,000
	N			72

Na Tabela 4.11 observa-se a existência de uma correlação positiva entre o IDE e o IDA, IDS e IDG para um nível de significância de 0,01. De referir que os coeficientes de correlação são similares em relação ao IDS e ID, com um valor de 0,838 e 0,892, respetivamente.

Em relação ao IDA é ligeiramente inferior, tendo um valor de 0,582. Isto leva a constatar que a correlação existente entre o IDE e o IDA nas empresas espanholas é inferior ao encontrado nas empresas portuguesas, sendo o mesmo verificado em relação à correlação existente entre o IDE e o ID.

A mesma tabela demonstra também a existência de uma correlação positiva entre o IDA e o IDS e ID, para um nível de significância de 0,01, com um valor de coeficiente igual a 0,669 e 0,858 respetivamente.

Por fim, existe também uma correlação positiva entre o IDS e o ID, para um nível de significância de 0,01, tendo o coeficiente o valor de 0,929, mais uma vez, à semelhança do observado com as empresas portuguesas, um valor próximo da unidade que espelha uma relação de correlação positiva quase perfeita.

Analisando agora os resultados relativos as entidades que integram o índice CAC-40, os mesmos podem ser encontrados na Tabela 4.12.

Tabela 4.12 - Correlações entre variáveis dependentes e independentes das empresas francesas no período 2017-2019

		Setor	Dimensão	ROA	ROE	Endividamento
IDE	Correlação de Pearson	,267*	-0,162	-0,028	0,179	-0,072
	Sig. (2 extremidades)	0,030	0,195	0,821	0,149	0,564
	N	66	66	66	66	66
IDA	Correlação de Pearson	-,247*	-,330**	0,059	0,180	-,252*
	Sig. (2 extremidades)	0,046	0,007	0,636	0,148	0,042
	N	66	66	66	66	66
IDS	Correlação de Pearson	-,288*	-,245*	0,082	,318**	-0,215
	Sig. (2 extremidades)	0,019	0,047	0,515	0,009	0,083
	N	66	66	66	66	66
ID	Correlação de Pearson	-0,093	-,297*	0,043	,277*	-0,215
	Sig. (2 extremidades)	0,460	0,016	0,731	0,025	0,083
	N	66	66	66	66	66

A análise da Tabela 4.12 permite afirmar que o setor de atividade das empresas francesas correlaciona-se positivamente com o IDE, para um nível de significância de 0,05. Apresentando um coeficiente de correlação de 0,267.

Por outro lado, a correlação existente entre o setor e o IDA e entre o setor e o IDS é negativa, para um nível de significância de 0,05, com um coeficiente de correlação de -0,247 e -0,288, respetivamente.

Na literatura existente verificou-se que diversos autores procuraram estudar o comportamento do relato sobre RSE das empresas agrupando-as, por exemplo, por setor de atividade, utilizando para tal determinadas características.

No caso do estudo de Branco e Rodrigues (2008), estes autores concluíram que, tal como referido anteriormente, empresas cujos setores a que pertencem sejam publicamente mais expostos ou com impactos ambientais mais relevantes tendem a relatar mais informações sobre RSE do que as empresas pertencentes aos demais setores.

Assim, apesar de na presente investigação não existir um agrupamento das empresas em função de um determinado critério, estas incluem-se no contexto de empresas com elevada exposição pública, facto este que pode sustentar os resultados e que permite afirmar que os mesmos estão em linha com os obtidos por Branco e Rodrigues (2008), Dias *et al.* (2017), Issa (2017), Kansal *et al.* (2014), Reverte (2009) e Wachira (2017), entre outros.

Sobre a dimensão das empresas francesas esta correlaciona-se com o IDA de forma negativa, para um nível de significância de 0,01, apresentando um coeficiente de correlação de -0,330. Para além disso, correlaciona-se também com o IDS e o IDG de forma negativa, para um nível de significância de 0,05, apresentando coeficientes de correlação semelhante de -0,245 e -0,297, respetivamente.

Isto significa que existe uma relação negativa, uma maior dimensão encontra-se associada a um menor nível de relato sobre aspetos ambientais e sociais, respetivamente.

Para além disso, os dados demonstram também a existência de uma relação negativa, significativa a 5%, entre a dimensão e o nível de relato global sobre RSE, o que leva a afirmar que quanto maior a dimensão menor nível de divulgação em termos globais sobre RSE.

Estes resultados divergem dos resultados obtidos em relação às empresas portuguesas e aos evidenciados pela maioria da literatura.

No que concerne à rendibilidade, medida através da ROE, esta correlaciona-se com o IDS de forma positiva, num nível de significância de 0,01, com um coeficiente de correlação de 0,318.

Sobre a correlação entre ROE e ID, esta diz-se positiva, para um nível de significância de 0,05, apresentado um coeficiente de correlação de 0,277.

Isto significa que existe uma relação positiva, o que demonstra que uma maior rendibilidade se encontra associada a um maior nível de relato sobre aspetos sociais e um maior nível de relato em termos globais das informações sobre RSE, respetivamente.

Estes resultados convergem com os obtidos por autores como Ahmad *et al.* (2017), Barako (2007), Issa (2017), entre outros. Ahmad *et al.* (2017) associam estas resultados ao facto de que este tipo de relato envolve determinados custos e são as empresas com uma maior rendibilidade que estão mais aptas a suportá-los e, dessa forma, divulgam as suas informações sobre RSE.

Acresce ainda que as empresas com maiores níveis de rendibilidade tendem a procurar sinalizar tal facto, conduzindo também a maiores volumes de informação divulgada.

Para terminar, é de assinalar ainda a correlação negativa existente entre o IDA e o endividamento das empresas francesas, para um nível de significância de 0,05, tendo o coeficiente de correlação o valor de -0,252. Tal significa que existe uma relação negativa, o que demonstra que um maior endividamento conduz a um menor nível de relato sobre aspetos ambientais.

Conforme já explicitado, a existência de uma relação negativa evidenciada entre o nível de relato e o endividamento vai ao encontro dos resultados obtidos por Habbash (2016), Joshi e Hyderabad (2019) e Kansal *et al.* (2014).

Uma vez mais importa salientar que elevados níveis de endividamento e consequente menor disponibilidade de recursos, habitualmente associada, pode funcionar como elemento dissuasor do processo de divulgação de informação.

A Tabela 4.13, apresenta as correlações existentes entre os índices de divulgação correspondentes às empresas francesas.

Tabela 4.13 - Correlações existente entre as variáveis dependentes das empresas francesas no período 2017-2019

		IDA	IDS	ID
IDE	Correlação de Pearson	,341**	,648**	,834**
	Sig. (2 extremidades)	0,005	0,000	0,000
	N	66	66	66
IDA	Correlação de Pearson		,481**	,727**
	Sig. (2 extremidades)		0,000	0,000
	N		66	66
IDS	Correlação de Pearson			,874**
	Sig. (2 extremidades)			0,000
	N			66

Na Tabela 4.13 observa-se a existência de uma correlação positiva entre o IDE e o IDA, IDS e IDG para um nível de significância de 0,01. De referir que o coeficiente de correlação relação ao IDA é ligeiramente inferior, ao existente nas restantes correlações, tendo um valor de 0,341.

Isto leva a constatar que a correlação existente entre o IDE e o IDA nas empresas francesas é inferior ao encontrado nas empresas portuguesas e espanholas, sendo o mesmo verificado em relação à correlação existente entre o IDE e o ID.

A mesma tabela demonstra também a existência de uma correlação positiva entre o IDA e o IDS e ID, para um nível de significância de 0,01, com um valor de coeficiente igual a 0,481 e 0,727 respetivamente.

Por fim, existe também uma correlação positiva entre o IDS e o ID, para um nível de significância de 0,01, tendo o coeficiente o valor de 0,874.

De referir que os coeficientes de correlações encontrados nas relações entre os sub-índices e índice de divulgação apresentam valores inferiores aos encontrados nas empresas portuguesas e nas espanholas. O que significa que os sub-índices apresentam uma relação entre si mais significativa nas empresas portuguesas e espanholas quando comparado com as empresas francesas.

Para concluir a análise bivariada, a Tabela 4.14 apresenta os coeficientes de correlação entre as diversas variáveis, quando analisada a amostra na sua totalidade (61 empresas; $N=61*3=183$) para o período de 2017 a 2019.

Tabela 4.14 - Correlações entre variáveis dependentes e independentes das empresas da amostra no período 2017-2019

		Setor	Dimensão	ROA	ROE	Endividamento
IDE	Correlação de Pearson	,186*	-0,048	-0,080	-0,003	0,007
	Sig. (2 extremidades)	0,012	0,522	0,281	0,965	0,928
	N	183	183	183	183	183,000
IDA	Correlação de Pearson	-0,096	-,221**	0,075	0,113	-,160*
	Sig. (2 extremidades)	0,195	0,003	0,310	0,129	0,031
	N	183	183	183	183	183,000
IDS	Correlação de Pearson	-0,068	-0,036	0,041	0,120	-0,093
	Sig. (2 extremidades)	0,359	0,625	0,577	0,107	0,211
	N	183	183	183	183	183,000
ID	Correlação de Pearson	0,009	-0,117	0,013	0,085	-0,093
	Sig. (2 extremidades)	0,899	0,116	0,856	0,250	0,212
	N	183	183	183	183	183,000

** . A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

* . A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

Em termos globais, observando a Tabela 4.14 observa-se que a rendibilidade não apresenta correlações com nenhum dos sub-índices, nem com o índice de divulgação global, o que significa que neste caso, a rendibilidade não é considerada como um fator influenciador dos níveis de relato dos aspetos económicos, ambientais e sociais.

Por outro lado, observa-se que tanto a dimensão como o endividamento se correlacionam o IDA.

No que concerne à dimensão esta apresenta uma correlação negativa, para um nível de significância de 0,01, com um coeficiente de correlação de -0,221. Isto significa que uma menor dimensão se encontra associada a um maior nível de relato sobre aspetos ambientais.

O endividamento apresenta uma correlação negativa, para um nível de significância de 0,05, com um coeficiente de correlação de -0,160. Isto significa que um maior nível de endividamento se encontra associado a menores níveis de relato sobre aspetos ambientais.

Para terminar, o setor a que pertencem as empresas apresenta uma correlação positiva com o IDE, para um nível de significância de 0,05, com um coeficiente de correlação de 0,186. O que significa que o setor de atividade influencia positivamente o nível de relato de aspetos relacionados com a dimensão económica.

De acrescentar que os resultados observados na análise efetuada, tendo em consideração todas as entidades que integram a amostra são semelhantes a alguns dos verificados na análise das empresas por país, nomeadamente naquilo que se refere aos resultados obtidos relativamente às empresas francesas.

Assim, à semelhança do observado por Legendre e Coderre (2013), entre outros autores já referidos, as empresas pertencentes a determinados setores apresentam níveis de relato relacionado com a RSE superior às demais.

Ainda de acordo com Legendre e Coderre (2013, p. 185) «empresas que operam em setores de alto risco, como aquelas com altos níveis de risco político, alta visibilidade do consumidor ou intensa competição, são mais propensas a sofrer pressão por parte dos *stakeholders*».

Observa-se ainda que a dimensão apresenta uma relação negativa com o nível de relato relacionado com a dimensão ambiental, o que significa que se está perante um resultado divergente da grande maioria da literatura. Assim, o resultado obtido indica que as entidades com maior dimensão divulgam menos informação relacionada com a dimensão ambiental. Tal resultado pode decorrer do facto das empresas que integram a amostra serem em grande parte não industriais e como tal com menor tipologia de informação para divulgar.

Para concluir, também o endividamento apresenta uma relação negativa com o IDG, o que vai ao encontro ao já observado no presente estudo, bem como por alguns autores, como por exemplo, Joshi e Hyderabad (2019). Este resultado alinha-se com a ótica de que empresas com uma maior capacidade financeira estão mais dispostas a incorrer em custos com o relato destas temáticas, como previamente já havia sido referido.

4.3 Análise Multivariada

Concluída a apresentação dos resultados obtidos através das análises univariada e bivariada, segue-se a apresentação dos resultados obtidos através da análise multivariada. Desta forma, apresentam-se, de seguida, as tabelas obtidas através da utilização do método da regressão linear múltipla que pretende analisar a influência que as variáveis independentes podem, ou não, ter no nível de relato sobre RSE das empresas.

Esta análise foi realizada isolando as dimensões da RSE, ou seja, analisando o comportamento das variáveis independentes em relação ao IDE, IDA e IDS separadamente e, no fim analisando globalmente, através do IDG.

Iniciando a análise pelo modelo que contempla o IDE como variável independente são apresentadas as Tabelas 4.15 e 4.16.

Tabela 4.15 - Estatísticas de Regressão - IDE

Resumo do Modelo					
Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa	Durbin-Watson
1	0,309	0,096	0,065	0,27498	1,046

Tabela 4.16 - Estatísticas de Regressão – ANOVA - IDE

ANOVA						
	Modelo	Soma dos Quadrados	df	Quadrado Médio	Z	Sig.
1	Regressão	1,407	6	0,235	3,1	0,007
	Resíduo	13,308	176	0,076		
	Total	14,715	182			

Através do exposto na Tabela 4.16, referentes à análise da variância (ANOVA), pode verificar-se a existência de alguma influência das variáveis independentes no IDE. Isto observa-se através do valor “Sig” quando comparado a um valor dito *standard*.

Neste caso “Sig” = 0,007 que é inferior ao valor base (0,05) e assim observa-se que existe alguma influência por parte das variáveis independentes no IDE.

Em sequência, e tendo em conta a Tabela 4.15, através do R² ajustado (coeficiente de determinação ajustado), observa-se que as variáveis independentes utilizadas na análise conseguem explicar o nível de relato da dimensão económica em aproximadamente 6,5%, o que revela uma quase inexistente capacidade explicativa do modelo.

De seguida, apresenta-se a Tabela 4.17 que demonstra os resultados da regressão e que permite observar alguns aspetos.

Tabela 4.17 - Resultados da Regressão Linear - IDE

Coeficientes								
Modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.	Estatísticas de colinearidade		
	B	Erro	Beta			Tolerância	VIF	
(Constante)	0,424	0,390		1,087	0,278			
Setor	0,000	0,000	0,198	2,486	0,014	0,814	1,229	
País	-0,095	0,036	-0,257	-2,642	0,009	0,542	1,844	
1 Dimensão	0,015	0,019	0,097	0,789	0,431	0,339	2,949	
ROA	-0,476	0,623	-0,080	-0,764	0,446	0,464	2,154	
ROE	0,170	0,316	0,051	0,537	0,592	0,577	1,732	
Endividamento	-0,007	0,006	-0,139	-1,344	0,181	0,482	2,074	

Assim, em relação aos resultados obtidos pode afirmar-se que existem duas variáveis independentes estatisticamente significativas, o Setor e o País, sendo de referir que as associações encontradas são negativas entre o IDE e o país e positivas entre o IDE e o setor de atividade a que pertencem as empresas.

Todavia, conforme referido o modelo apresenta uma capacidade explicativa muito reduzida.

Passando para a dimensão ambiental, as Tabelas 4.18 e 4.19, permitem observar um conjunto de resultados decorrentes da análise do modelo.

Tabela 4.18 - Estatísticas da Regressão - IDA

Resumo do Modelo					
Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa	Durbin-Watson
1	0,307a	0,094	0,063	0,27736	0,912

Tabela 4.19 - Estatísticas da Regressão – ANOVA -IDA

ANOVA						
Modelo	Soma dos Quadrados	df	Quadrado Médio	Z	Sig.	
1 Regressão	1,404	6	0,234	3,04	0,007	
Resíduo	13,54	176	0,077			
Total	14,944	182				

Tendo em consideração os resultados expostos na Tabela 4.19, referentes à análise da variância (ANOVA), pode verificar-se a existência de alguma influência das variáveis independentes no IDA. Isto porque, mais uma vez, o valor de “Sig” obtido é de 0,007 e,

portanto, menor que os 0,05 do valor *Standard*, o que é ilustrativo da influência existente das variáveis independentes no nível de divulgação ambiental.

Assim sendo e olhando a Tabela 4.18, considerando o valor do R² ajustado (coeficiente de determinação ajustado), observa-se que as variáveis independentes utilizadas na análise conseguem explicar o nível de relato da dimensão ambiental em aproximadamente 6,3%, valor que uma vez mais revela uma fraca capacidade explicativa do modelo proposto.

Na Tabela 4.20, referente aos resultados estatísticos obtidos em relação à dimensão ambiental, observa-se a existência de uma variável independente estatisticamente significativa, o País.

Tabela 4.20 - Resultados da Regressão Linear - IDA

Modelo		Coeficientes					Estatísticas de colinearidade	
		Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.	Tolerância	VIF
		B	Erro	Beta				
1	(Constante)	0,753	0,394		1,913	0,570		
	Setor	0,000	0,000	-0,560	-0,705	0,482	0,814	1,229
	País	-0,094	0,036	-0,255	-2,613	0,009	0,542	1,844
	Dimensão	0,004	0,019	0,023	0,188	0,851	0,339	2,949
	ROA	-0,082	0,629	-0,014	-0,131	0,896	0,464	2,154
	ROE	0,339	0,319	0,101	1,065	0,288	0,577	1,732
	Endividamento	-0,007	0,006	-0,121	-1,173	0,242	0,482	2,074

Também relativamente a esta dimensão e conforme referido, o modelo apresenta uma capacidade explicativa muito reduzida.

Para terminar a análise por dimensão, apresentam-se as Tabelas 4.21 e 4.22 referentes ao IDS.

Tabela 4.21 - Estatísticas de Regressão - IDS

Resumo do Modelo					
Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa	Durbin-Watson
1	0,247a	0,061	0,029	0,26603	1,018

Tabela 4.22 - Estatísticas de regressão - ANOVA - IDS

ANOVA						
Modelo	Soma dos Quadrados	df	Quadrado Médio	Z	Sig.	
1	Regressão	0,805	6	0,134	1,9	0,087
	Resíduo	12,456	176	0,071		
	Total	13,26	182			

Contrariamente ao verificado para as outras duas dimensões, a Tabela 4.22, para a dimensão social o valor “Sig” encontrado é de 0,087 e por isso superior aos 0,05 do valor *Standard*, o que significa que não existe uma influência significativa entre as variáveis independentes para com o IDS.

Para reforçar esta ideia a Tabela 4.21, permite verificar, através do R^2 ajustado, que as variáveis independentes apenas explicam a divulgação dos aspetos sociais em 2,9%, o que representa uma capacidade explicativa do modelo proposto que pode ser considerada praticamente nula.

Passando em seguida para os resultados obtidos através da regressão linear, Tabela 4.23, pode observar-se a existência de uma variável estatisticamente significativa, a dimensão.

Tabela 4.23 - Resultados da Regressão Linear - IDS

Coeficientes							
Modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.	Estatísticas de colinearidade	
	B	Erro	Beta			Tolerância	VIF
(Constante)	-0,030	0,378		-0,078	0,938		
Setor	0,000	0,000	-0,074	-0,908	0,365	0,814	1,229
País	-0,085	0,035	-0,242	-2,440	0,160	0,542	1,844
1 Dimensão	0,036	0,018	0,253	2,014	0,046	0,339	2,949
ROA	-0,222	0,603	-0,040	-0,369	0,713	0,464	2,154
ROE	0,503	0,306	0,158	1,645	0,102	0,577	1,732
Endividamento	-0,010	0,005	-0,190	-1,806	0,073	0,482	2,074

Neste caso, é possível afirmar que existe uma relação positiva entre a dimensão e o IDS e uma relação negativa entre o IDS e o país, todavia revelando o modelo uma ausência de capacidade explicativa, conforme já mencionado.

Em suma, a presente análise multivariada permitiu observar que as variáveis Setor e País influenciam o nível de divulgação dos aspetos económicos e ambientais, ainda que

possuam relações de sentidos contrários e que as variáveis Dimensão e País influenciam o nível de relato dos aspetos sociais, de forma positiva e negativa, sendo, no entanto, de salientar que o modelo apresenta uma quase inexistente capacidade explicativa relativamente a qualquer uma das dimensões analisadas.

Para terminar, foi analisado o modelo, tendo como variável independente o IDG, tal como se apresenta nas Tabelas 4.24, 4.25 e 4.26.

Tabela 4.24 - Estatísticas da Regressão – IDG

Resumo do Modelo					
Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa	Durbin-Watson
1	0,272a	0,074	0,042	0,72822	0,976

Tabela 4.25 - Estatísticas da Regressão – ANOVA -IDG

ANOVA						
Modelo	Soma dos Quadrados	df	Quadrado Médio	Z	Sig.	
1	Regressão	7,439	6	1,240	2,338	0,034
	Resíduo	93,333	176	0,530		
	Total	100,771	182			

Considerando os resultados obtidos na Tabela 4.25, referentes à análise da variância (ANOVA), observa-se a existência de alguma influência das variáveis independentes no IDG. Isto porque, mais uma vez, o valor de “Sig” obtido é de 0,034 e, portanto, menor que os 0,05 do valor *Standard*, o que é ilustrativo da influência existente das variáveis independentes no nível de divulgação sobre RSE.

Assim sendo e analisando a Tabela 4.24, considerando o valor do R² ajustado (coeficiente de determinação ajustado), observa-se que as variáveis independentes utilizadas na análise conseguem explicar o nível de relato sobre RSE em aproximadamente 4,2%, valor este que uma vez mais revela uma fraca capacidade explicativa do modelo proposto.

Por fim, a Tabela 4.26, reflete os resultados estatísticos que permitem afirmar que existe uma variável independente estatisticamente significativa, o País.

Tabela 4.26 - Resultados da Regressão Linear - IDG

Coeficientes								
Modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.	Estatísticas de colinearidade		
	B	Erro	Beta			Tolerância	VIF	
(Constante)	1,148	1,033		1,111	0,268			
Setor	0,000	0,000	0,027	0,339	0,735	0,814	1,229	
País	-0,274	0,095	-0,284	-2,884	0,004	0,542	1,844	
Dimensão	0,055	0,048	0,138	1,104	0,271	0,339	2,949	
ROA	-0,781	1,650	-0,050	-0,473	0,637	0,464	2,154	
ROE	1,012	0,836	0,115	1,210	0,228	0,577	1,732	
Endividamento	-0,024	0,015	-0,169	-1,615	0,108	0,482	2,074	

Mais uma vez a variável país é apontada como uma variável influenciadora do nível de relato, apresentando uma associação negativa em relação ao nível global de relato sobre RSE.

Procurando sintetizar os resultados obtidos através da análise multivariada, pode ser salientado que o País é a única variável que apresenta uma associação significativa face aos 3 sub-índices e ao índice global. A variável Dimensão apresenta uma associação ao IDS e a variável Setor apresenta uma associação ao IDE.

O resultado obtido em relação à variável país vem reforçar o já observado através dos resultados obtidos através da análise bivariada. Assim, os resultados vão ao encontro do trabalho de Adnan, Hay e Staden (2018), dado que encontraram diferenças significativas nos relatórios sobre RSE entre os países sobre os quais incidiram os seus estudos. Também Gray, Kouhy e Lavers (1995, citado por Barros, 2008) defendem que existe uma diferenciação entre o conteúdo divulgado e o volume deste em função do país onde estas divulgações são realizadas. A par com isto, pode ainda referir-se que fatores como a cultura empresarial de cada país e as suas disposições legais estarão na base das diferenças verificadas, tal como refere Wachira (2017).

Conforme referido a entidades de maior dimensão e que apresentam uma maior visibilidade e como tal encontram-se sujeita a um maior escrutínio, tendem a divulgar mais informação relacionado com a dimensão social.

Relativamente ao setor de atividade este apresenta uma associação com o nível de informação divulgado relativo à dimensão ambiental, encontrando-se este resultado em linha com muita da literatura analisada.

Capítulo 5 – Conclusões, Limitações e Perspetivas Futuras

No presente capítulo pretende-se apresentar as conclusões obtidas ao longo da elaboração desta investigação, nomeadamente as que resultaram das análises univariada, bivariada e multivariada. Para além disso, referir-se-á as limitações da presente investigação assim como algumas sugestões para futuras investigações.

7.1. Conclusões

Como se pôde observar anteriormente, o conceito de RSE sofreu inúmeras alterações ao longo da história. Esta evolução ocorre a par com a transformação do mundo empresarial, da globalização de mercados, das inovações tecnológicas e da mudança de mentalidades. Assim, inicialmente estava-se perante um conceito relativamente restrito que de certa forma era visto com algumas reticências no seio empresarial, mas que com o passar do tempo, foi aumentando a sua abrangência e marcando a sua posição e importância nas empresas.

De referir que diversos foram os autores que contribuíram para esta evolução de conceito, no entanto muitas organizações foram também determinantes para a expansão e aceitação desta nova realidade. Ao longo deste trabalho observaram-se por exemplo os contributos da UE, da ONU, da OCDE, do Instituto Ethos, do IR, da GRI, entre outros. As contribuições destas entidades chegaram por forma de diversas iniciativas sendo de salientar a publicação de referenciais para o relato, como o caso dos referenciais GRI e do IR.

Na sequência destas inovações ao nível de relato empresarial, surgiram algumas teorias que pretendiam estudar o que estava na base das motivações das empresas para praticarem níveis de relato mais elevados no que toca à temática da RSE. Isto porque, apesar de existirem algumas imposições legais em alguns países, a divulgação deste tipo de informações ainda se diz voluntária e, desta forma, as empresas poderão ver no relato destas uma mais valia para si.

Assim, estas motivações, nas quais assentam as teorias subjacentes ao relato sobre RSE, a par com outros fatores diferenciam os níveis de relato entre as diversas empresas e é este aspeto que conduz à presente investigação.

Face à necessidade de perceber quais os fatores que estão na génese da divulgação de informação relacionada com RSE foi formulada a questão de investigação e as hipóteses de investigação.

Posto isto, através da análise univariada dos dados foram obtidos alguns resultados consistentes que permitiram extrair conclusões relevantes ao nível da Hipótese 1 e a Hipótese 6.

Em primeiro lugar, concluiu-se que se verifica, na maioria das empresas pertencentes à amostra, uma evolução positiva no que toca à atualização dos referenciais GRI aplicados, o que significa que, ao longo do período em análise, o número de empresas que passou a utilizar as *GRI Standards* aumentou em cerca de 25%.

Este facto demonstra uma maior preocupação por parte das empresas no que concerne ao relato sobre RSE, assim como a evolução deste. Ou seja, uma atualização de diretrizes aplicadas para modelos mais recentes é normalmente sinónimo de uma evolução positiva do nível de relato sobre RSE por parte das empresas.

No primeiro ano em estudo, cerca de 80% das empresas portuguesas aplicavam as *GRI Standards* e no último ano este valor viu-se aumentado para 93,33%. Por sua vez, em Espanha, cerca de 66,67% das empresas em análise aplicavam a versão mais recente das diretrizes GRI em 2017, sendo que em 2019 a totalidade das empresas da amostra já utilizavam estas *guidelines*. Em França esta situação de aumento também se verificou, inicialmente estava-se perante 66,18% das empresas que relatavam segundo as *GRI Standards*, e em 2019 estava-se perante 90,9%.

Em relação às empresas cotadas no PSI 20, concluiu-se que os valores dos três sub-índices apresentaram um crescimento anual, o que consequentemente representa uma evolução positiva nos níveis de relato sobre aspetos económicos, ambientais e sociais no período em análise. Mais se acrescenta que o IDS foi o sub-índice com um crescimento mais acentuado, o que significa que as informações sobre aspetos sociais das empresas portuguesas têm vindo a ser divulgadas cada vez mais.

Não obstante este crescimento acentuado, este foi durante os três anos em análise o índice de menor valor, o que reflete uma menor divulgação de aspetos sociais quando comparado com o relato sobre aspetos económicos e ambientais.

De referir ainda que nestas empresas o IDE foi o sub-índice de maior valor no ano de 2017 e 2019, sendo que em 2018 as mesmas empresas divulgaram um maior número de informações sobre aspetos ambientais.

Posto isto, e com base nos resultados obtidos neste estudo, a **Hipótese 1.1** - Existe uma evolução positiva relativamente ao volume de informação divulgada relacionada com a RSE entre 2017 e 2019, segundo os indicadores GRI em Portugal - é validada.

Sobre as empresas cotadas no índice IBEX 35, há a referir que estas empresas apresentam níveis de relato de qualquer um dos pilares da RSE superiores às empresas portuguesas.

Observaram-se algumas diminuições dos três sub-índices no ano de 2017 para 2018, no entanto no ano seguinte estes apresentaram um crescimento positivo. Este aspeto leva a concluir que também as empresas espanholas apresentam uma evolução positiva dos seus níveis de relato no período em análise.

No caso das empresas espanholas observa-se que as informações sobre aspetos económicos são as mais divulgadas em qualquer um dos anos. Por outro lado, em 2017 os aspetos sociais eram os menos divulgados, ainda que o seu nível de divulgação fosse muito próximo ao nível de relato dos aspetos ambientais e em 2018 e 2019 foram os aspetos ambientais os menos relatados por estas empresas. De acrescentar que o IDE foi o índice que sofreu uma diminuição menos acentuada em 2018 e o que se viu crescer mais no ano de 2019.

Assim sendo, também a **Hipótese 1.2** – Existe uma evolução positiva relativamente ao volume de informação divulgada relacionada com a RSE entre 2017 e 2019, segundo os indicadores GRI em Espanha – é validada

Por outro lado, quando perante as empresas pertencentes ao CAC 40 estas apresentam níveis de relato, expressos pelos sub-índices e índice de divulgação, inferiores aos encontrados nas empresas portuguesas e espanholas.

Neste caso, estamos na presença de empresas que nos três anos em análise os aspetos ambientais são os menos divulgados em comparação com os aspetos sociais e económicos, sendo que o IDA apresenta uma diminuição de ano para ano. No ano de 2017 os aspetos económicos são os mais relatados, no entanto esta situação não se repete em 2018 nem em 2019. Sendo que nos últimos dois anos do período em análise o IDS é

o sub-índice que apresenta valores mais elevados e é o que apresenta maior crescimento anualmente.

Isto significa que, apesar das limitações referentes ao IDA, também a **Hipótese 1.3** – Existe uma evolução positiva relativamente ao volume de informação divulgada relacionada com a RSE entre 2017 e 2019, segundo os indicadores GRI em França – é validada.

Fazendo uma análise à evolução do índice de divulgação global, que engloba o relato dos três grupos de aspetos compreendidos na RSE, observa-se que em Portugal as empresas apresentam um crescimento deste índice mais acentuado, enquanto que em Espanha de 2017 para 2018 se esteve perante uma redução e no ano seguinte um aumento e por outro lado este índice nas empresas francesas apresenta um crescimento mais ligeiro ao longo dos anos.

Com base nas conclusões obtidas através da análise univariada, estando na presença da verificação das três sub-hipóteses, o presente estudo permite afirmar que a **Hipótese 1** – Existe uma evolução positiva relativamente ao volume de informação divulgada relacionada com a RSE entre 2017 e 2019, segundo os indicadores GRI - é validada.

Apesar de em alguns casos existir uma diminuição do valor dos sub-índices de alguns países, estas diminuições não fizeram com que o IDG diminuísse. Assim, pode afirmar-se que existe uma evolução positiva relativamente ao volume de informação divulgada relacionada com a RSE entre 2017 e 2019.

Por outro lado, tendo em conta o exposto anteriormente que reflete os diferentes comportamentos das empresas nos três países, a **Hipótese 6** – Existe uma relação entre o índice onde se encontram cotadas as entidades e a divulgação de informação sobre ser – também é validada.

Esta afirmação decorre do facto de em termos de sub-índices as empresas agirem de forma diversificada em cada país, apesar de existirem algumas semelhanças. No caso do IDG, apesar de este na globalidade do período apresentar um crescimento nos três países, anualmente estes comportam-se de forma diferenciada, o que leva a validar a Hipótese 6.

Acrescentar ainda que, tal como se irá referir de seguida, a relação entre variáveis independentes e o nível de relato de cada aspeto, bem como na globalidade, apresentam

diferenças entre os três países o que vem reforçar a tese de que o país é um fator influenciador do comportamento das empresas.

Além das conclusões já descritas e validação das duas referidas hipóteses respondendo às questões derivadas um e seis, a análise univariada permitiu ainda responder à questão “Qual a dimensão mais divulgada?”.

Assim, pode afirmar-se que, em média, o sub-índice mais divulgado em Portugal e Espanha é o IDE. Por outro lado, em França é o IDS que, em média, é o sub-índice mais relatado.

Para além disso, observou-se ainda que em Espanha e França a dimensão menos divulgada é a ambiental e em Portugal é a social. Mais uma vez, indo de encontro à Hipótese 6, verificam-se diferenças de comportamento nas divulgações realizadas nas empresas de cada país.

Deste modo, apresentam-se de seguida as conclusões obtidas através da análise bivariada dos dados.

A primeira conclusão obtida foi o facto de que a rentabilidade medida através da ROA em momento algum se correlaciona com os níveis de relato de qualquer aspeto em nenhum dos três países.

Em relação às empresas portuguesas encontra-se uma relação positiva entre a sua dimensão e o seu nível de relato de aspetos sociais e económicos, ou seja, quanto maiores as empresas mais informações sobre aspetos económicos e sociais são divulgados pelas empresas portuguesas. Tendo sido estas as únicas relações encontradas entre as variáveis dependentes e independentes nas empresas cotadas no PSI 20.

Este facto significa que, a **Hipótese 2.1** - Existe uma relação positiva entre a dimensão da entidade e a divulgação das informações sobre RSE, em Portugal, pode ser validada.

Por outro lado, em Espanha encontrou-se uma relação negativa entre o endividamento das empresas e o seu nível de relato ambiental, o que expressa que quanto maior o nível de endividamento das empresas menor a quantidade de informações sobre os aspetos ambientais que é divulgada.

De referir que esta foi a única relação encontrada entre as variáveis dependentes e independentes nas empresas cotadas no IBEX 35, o que conduz a que a **Hipótese 4.2** –

Existe uma relação positiva entre o endividamento/ financiamentos obtidos da entidade e a divulgação das informações sobre RSE, em Espanha, não seja validada.

Na análise às correlações entre variáveis dependentes e independentes das empresas francesas encontraram-se alguns resultados que podem ser destacados.

A dimensão apresenta uma relação negativa com o IDA, o IDS e o ID. Isto significa que em França, empresas de maior dimensão relatam menos informações sobre os seus aspetos ambientais e sociais. Para além disso, significa que em termos globais, expresso através do ID, quanto maior a empresa menor o relato das informações sobre RSE.

Posto isto, a **Hipótese 2.3** – Existe uma relação positiva entre a dimensão da entidade e a divulgação das informações sobre RSE, em França, não é validada.

O relato dos aspetos sociais encontra-se relacionado positivamente com a rendibilidade das empresas francesas, medida através da ROE, ou seja, quanto maior a rendibilidade dos capitais próprios das empresas maior o número de informações sobre aspetos sociais que as empresas relatam.

O mesmo se verifica em relação ao IDG, ou seja, de um modo geral, as informações sobre RSE em França são mais relatadas consoante uma maior rendibilidade dos capitais próprios das empresas. Ou seja, a **Hipótese 3.3** - Existe uma relação positiva entre a rendibilidade e a divulgação das informações sobre RSE, em França, é validada.

Para terminar a análise individualizada, à semelhança do evidenciado para as empresas espanholas, também as empresas francesas apresentam uma relação negativa entre o seu endividamento e o seu nível de relato das suas informações ambientais, ou seja, quanto mais endividadas estiverem as empresas menor é o IDA.

Desta forma, também a **Hipótese 4.3** - Existe uma relação positiva entre o endividamento/ financiamentos obtidos e a divulgação das informações sobre RSE, em França, não é validada.

Para terminar as conclusões obtidas através da análise bivariada, a **Hipótese 5.3** - Existe uma relação entre o tipo de setor de atividade de uma entidade e a divulgação das informações sobre RSE, em França, é validada. Isto acontece uma vez que foram encontradas relações entre o setor e o IDE, IDA e IDS.

Aquando da análise bivariada da totalidade da amostra, conclui-se que a dimensão e o endividamento apresentam uma relação negativa com o nível de relato ambiental. Este

resultado demonstra que perante a totalidade das empresas quanto maior a sua dimensão e o seu endividamento menor o seu nível de relato ambiental.

Já a análise multivariada não permitiu evidenciar resultados robustos, dada a fraca capacidade explicativa do modelo, evidenciando, no entanto que as variáveis Setor e País influenciam o nível de divulgação dos aspetos económicos e ambientais, e a variável Dimensão influencia o nível de relato dos aspetos sociais, de forma positiva.

Assim, apresenta-se em seguida na Tabela 5.1 que permite observar a validação das Hipóteses e, dessa forma, sumariar as conclusões obtidas.

Tabela 5.1 - Validação das Hipóteses

Hipóteses	Conclusões
Hipótese 1 – Existe uma evolução positiva relativamente ao volume de informação divulgada relacionada com a RSE entre 2017 e 2019, segundo os indicadores GRI.	Validada
H1.1 - Existe uma evolução positiva relativamente ao volume de informação divulgada relacionada com a RSE entre 2017 e 2019, segundo os indicadores GRI em Portugal.	Validada
H1.2 – Existe uma evolução positiva relativamente ao volume de informação divulgada relacionada com a RSE entre 2017 e 2019, segundo os indicadores GRI em Espanha.	Validada
H1.3 – Existe uma evolução positiva relativamente ao volume de informação divulgada relacionada com a RSE entre 2017 e 2019, segundo os indicadores GRI em França.	Validada
Hipótese 2 - Existe uma relação positiva entre a dimensão da entidade e a divulgação das informações sobre RSE.	Parcialmente Validada
H2.1 – Existe uma relação positiva entre a dimensão da entidade e a divulgação das informações sobre RSE, em Portugal.	Validada
H2.2 – Existe uma relação positiva entre a dimensão da entidade e a divulgação das informações sobre RSE, em Espanha.	Não Validada
H2.3 – Existe uma relação positiva entre a dimensão da entidade e a divulgação das informações sobre RSE, em França.	Não Validada
Hipótese 3 - Existe uma relação positiva entre a rendibilidade e a divulgação das informações sobre RSE.	Parcialmente Validada
H3.1 – Existe uma relação positiva entre a rendibilidade e a divulgação das informações sobre RSE, em Portugal.	Não Validada
H3.2 – Existe uma relação positiva entre a rendibilidade e a divulgação das informações sobre RSE, em Espanha.	Não Validada
H3.3 – Existe uma relação positiva entre a rendibilidade e a divulgação das informações sobre RSE, em França.	Validada
Hipótese 4 - Existe uma relação positiva entre o nível de endividamento da entidade e a divulgação das informações sobre RSE.	Não Validada
H4.1 – Existe uma relação positiva entre o endividamento/ financiamentos obtidos da entidade e a divulgação das informações sobre RSE, em Portugal.	Não Validada
H4.2 – Existe uma relação positiva entre o endividamento/ financiamentos obtidos da entidade e a divulgação das informações sobre RSE, em Espanha.	Não Validada
H4.3 – Existe uma relação positiva entre o endividamento/ financiamentos obtidos e a divulgação das informações sobre RSE, em França.	Não Validada
Hipótese 5 – Existe uma relação entre o tipo de setor de atividade de uma entidade e a divulgação de informações sobre RSE.	Parcialmente Validada
H5.1 – Existe uma relação entre o tipo de setor de atividade de uma entidade e a divulgação das informações sobre RSE, em Portugal.	Não Validada
H5.2 – Existe uma relação entre o tipo de setor de atividade de uma entidade e a divulgação das informações sobre RSE, em Espanha.	Não Validada
H5.3 – Existe uma relação entre o tipo de setor de atividade de uma entidade e a divulgação das informações sobre RSE, em França.	Validada
Hipótese 6 – Existe uma relação entre o índice onde se encontram cotadas as entidades e a divulgação de informação sobre RSE.	Validada

A análise da Tabela 5.1 permite verificar que das seis hipóteses formuladas na presente investigação, duas foram integralmente validadas, três parcialmente validadas e uma não validada.

Assim, foi validada a existência de uma evolução positiva do volume de informação divulgada relacionada com a RSE, de acordo com o referencial GRI nos três países analisados. Foi também validada a existência de diferenças significativas no nível de

divulgação de informação, em função do país onde se encontram sedeadas as empresas analisadas.

Foram ainda validadas, ainda que parcialmente, as hipóteses relacionadas com o impacto da dimensão, da rendibilidade e do setor de atividade no volume de informação divulgada. No caso da dimensão apenas relativamente a Portugal, no caso da rendibilidade apenas relativamente a França e no caso do setor de atividade também somente em relação às empresas francesas.

Relativamente à hipótese que propunha a existência de uma relação entre o endividamento e o referido nível de divulgação, a mesma foi rejeita, tendo em consideração os resultados obtidos.

7.2. Limitações e Perspetivas Futuras

Relativamente às limitações ao estudo devem ser referidas aquelas que se observaram no decurso do mesmo, nomeadamente, algumas condicionantes ao idioma dos relatórios analisados, assim como as diversas estruturas destes.

Para além disso, o enviesamento decorrente da subjetividade do investigador na elaboração da análise de conteúdos, bem como as temáticas relacionadas com o tratamento estatístico dos dados foram outra limitação.

Para terminar, algumas sugestões para investigações futuras prendem-se com o aumento da dimensão da amostra, quer em número de empresas, quer em número de países estudados, ou o alargamento do horizonte temporal.

Dada a fraca capacidade explicativa do modelo proposto, outra possibilidade de investigação futura poderá passar pelo estudo da evolução do nível de relato sobre RSE tendo em consideração outras variáveis independentes, procurando deste modo encontrar um modelo com uma capacidade explicativa robusta.

Referências Bibliográficas

- AECA – Asociación Española de Contabilidad Y Administración De Empresas. (2003). *Marco Conceptual De La Responsabilidad Social Corporativa. Documento Nº 1. Documentos AECA Serie Responsabilidad Social Corporativa* Madrid.
- Ahmad, Z. Hassan, S. & Mohammad, J. (2003). Determinants of environmental reporting in Malaysia. *International Journal of Business Studies*, 11 (1), 69-90.
- Ahmad, N., Rashid, A., & Gow, J. (2017). Board Independence and Corporate Social Responsibility (CSR) Reporting in Malaysia. *Australasian Accounting, Business and Finance Journal*, 11(2), 61-85.
- Almeida, M. C. & Salgueiro, F. S. (2004). *A divulgação voluntária de informação*. X Congresso Contabilidade – Relato Financeiro e responsabilidade Social. Estoril, Lisboa, Portugal.
- Amaral, A. (2012). *A influência da Responsabilidade Social Empresarial na escolha do banco*. (Dissertação de Mestrado). Escola Superior de Ciências Empresariais, Setúbal. Disponível em <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/4147?locale=en>
- Amorim, V. (2010). *Estudo da Divulgação de Informação Acerca da Responsabilidade Social Empresarial*. (Dissertação de Mestrado). Escola de Economia e Gestão – Universidade do Minho. Disponível em <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/16585>
- Amran, A. Bin, A. & Hassan, B. (2009). Risk reporting - An exploratory study on risk management disclosure in Malaysian annual reports. *Managerial Auditing Journal*, 24 (1), 39-57. doi 10.1108/02686900910919893
- Ávila, L., & Morcelli, A. (2016). *Responsabilidade Social*. Colégio Politécnico da Universidade Federal de Santa Maria. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/306534257_RESPONSABILIDADE_SOCIAL
- Ballesteros, B., Rubio, R., & Ferrero, J. (2015). Efecto de la Composición del Consejo de Administración en las Prácticas de Responsabilidad Social Corporativa. *Spanish Accounting Review*, 18(1), 20-31.

Barako, D. (2007). Determinants of voluntary disclosures in Kenyan companies annual reports. *African Journal of Business Management*, 1(5), 113-128.

Barnea, A., & Rubin, A. (2010). Corporate Social Responsibility as Conflict Between Shareholder. *Journal of Business Ethics*, 97(1), 71–86. DOI 10.1007/s10551-010-0496-z

Barros, T. (2008). *A Divulgação de Informação sobre Responsabilidade Social nas Páginas Web das Empresas Portuguesas: Uma Análise Exploratória*. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/7362>

BCSD (2007) Conselho Empresarial Para o Desenvolvimento Sustentável - Uma Visão Da Sustentabilidade. Anuário de Sustentabilidade 2007, p.26. Consultado a 17/08/2020. Disponível Em <Http://Bcsdportugal.Org/Wp-Content/Uploads/2013/10/Anuarios-BCSD-2007.Pdf>

Bebbington, J., Larrinaga, C. & Moneva, M. (2008). Corporate Social Responsibility Reporting and Reputation Risk Management. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 21(3), 337-361.

Bertoncello, S. & Júnior, J. (2007). A Importância da Responsabilidade Social Corporativa como Fator de Diferenciação. *FACOM – Revista da Faculdade de Comunicação e Marketing da FAAP*, 17, 70-76.

Boesso, G. (2002). Forms Voluntary Disclosure: Recommendations and Business Practices in Europe and U.S. *Working Paper*, 17.

Boubakri, N., Ghoual, S., Guedhami, O. & Wang, H. (2020). Corporate social responsibility in emerging market economies: Determinants, consequences, and future research directions. *Emerging Markets Review*. <https://doi.org/10.1016/j.ememar.2020.100758>

Branco, M. & Rodrigues, L. (2007). Positioning Stakeholder Theory within the Debate on Corporate Social Responsibility. *Electronic Journal of Business Ethics and Organization Studies*, 12(1), 5-15.

Branco, M. & Rodrigues, L. (2008). Factors Influencing Social Responsibility Disclosure by Portuguese Companies. *Journal of Business Ethics*, 83, 685-701. DOI 10.1007/s10551-007-9658-z.

- Breia, A., Mata, M. & Pereira, V. (2014). *Análise económica e financeira – Aspetos teóricos e casos práticos*. Lisboa: Rei dos Livros. ISBN: 978-989-8305-61-9.
- Bussoli, C. & Conte, D. (2018). The "Virtuous Circle" Between Corporate Social Performance and Corporate Financial Performance in the European Banking Sector. *International Journal of Business Administration*, 9(2), 80-92.
- Buysse, K. & Verbeke, A. (2003). Proactive Environmental Strategies: A Stakeholder Management Perspective. *Strategic Management Journal*, 24(5), 453-470.
- Campbell, D. (2004). A longitudinal and cross-sectional analysis of environmental disclosure in UK companies - a research note. *The British Accounting Review*, 36(1), 107-117.
- Cardoso, C., Silva, L. & Silva, R. (2017). *Relato integrado: Divulgação dos capitais humano e financeiro em instituições bancárias sob a ótica da teoria da sinalização*. XXIV Congresso Brasileiro de Custos – Florianópolis, SC, Brasil.
- Carroll, A. B. (1979). A Three-Dimensional Conceptual Model of Corporate Performance. *Academy of Management Review*, 4(4), 497-505.
- Carroll, A. B. (1991). The pyramid of corporate social responsibility: Toward the moral management of organizational stakeholders. *Business Horizons*, 34(4), 39-48.
- Carroll, A. B. (1999). Corporate Social Responsibility: Evolution of a Definitional Construct. *Business and Society*, 38 (3), 268-295.
- Carroll, A. B. (2008). A History of Corporate Social Responsibility: Concepts and Practices. In: *The Oxford Handbook Of CSR*. Oxford: Oxford University Press, 19-45.
- Carroll, A., & Shabana, K. (2010). The Business Case for Corporate Social Responsibility: A Review of Concepts, Research and Practice. *International Journal of Management Reviews*, 12(1), 85-105. DOI: 10.1111/j.1468-2370.2009.00275.x
- Carvalho, F., Quirós, J. T. & Almeida, M. C. (2012). *Análisis de la divulgación de información sobre la responsabilidad social corporativa en Portugal en los años 2006 a 2008*. XV Encuentro AECA. Esposende, Portugal.
- Caseirão, M.R. (2008). Responsabilidade Social Empresarial: a experiência portuguesa. *Revista de La Asociación Española de Contabilidad y Administración de Empresas*, (83), 27-31.

Caseirão, M.R. (2012). Responsabilidade Social e Empresarial. *Revista Contabilista*, (147), 55-61.

Centro de Informação Regional das Nações Unidas para a Europa Ocidental. (2016). *Guia sobre Desenvolvimento Sustentável - 17 objetivos para transformar o nosso mundo*.

Cetic (2017). *Agenda 2030- Panorama setorial da Internet - 17 objetivos para transformar nosso mundo: os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU*. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/1/Panorama_Setorial_12.pdf

Chiu, T., & Wang, Y. (2015). Determinants of Social Disclosure Quality in Taiwan: An Application of Stakeholder Theory. *Journal of Business Ethics*, 129(2), 379-398. doi 10.1007/s10551-014-2160-5.

Clarkson, M. (1995). A Stakeholder Framework for Analyzing and Evaluating Corporate Social Performance. *The Academy of Management Review*, 20(1), 92-117.

CMMAD (1987). *Our Common Future*. Consultado em julho 2020. Disponível em <Http://Www.Un-Documents.Net/Our-Common-Future.Pdf>

Comissão das Comunidades Europeias. (2001). *Livro Verde – Promover um Quadro Europeu para a Responsabilidade Social das Empresas*. Bruxelas: Comissão das Comunidades Europeias.

Comissão das Comunidades Europeias. (2002). *Comunicação da Comissão - Responsabilidade Social das Empresas: Um Contributo das Empresas para o Desenvolvimento Sustentável*. Bruxelas: Comissão das Comunidades Europeias.

Comissão das Comunidades Europeias. (2006). *Implementação da Parceria para o Crescimento e o Emprego: Tornar a Europa um Pólo de Excelência em Termos de Responsabilidade Social Das Empresas*. Bruxelas: Comissão das Comunidades Europeias.

Comissão Europeia. (2011). *Responsabilidade social das empresas: uma nova estratégia da UE para o período de 2011-2014*. Bruxelas: Comissão Europeia.

Cunha, P., Santos, V., Pinto, V. & Bezerra, F. (2009). *Os Custos Políticos nas Instituições Financeiras Face à Resolução 3.518/07 do BACEN*. XXXIII Encontro da ANPAD, São Paulo, Brasil.

- Dahlsrud, A. (2008). How Corporate Social Responsibility is Defined: An Analysis of 37 Definitions. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 15, 1-13. DOI: 10.1002/csr.132
- Davis, K. (1960). Can Business Afford to Ignore Social Responsibilities?. *California Management Review*. 2(3), 70-77.
- Davis, K. (1973). The Case for and Against Business Assumption of Social Responsibilities. *Academy of Management Journal*, 16(2), 312–322.
- Deegan, C., Rankin, M. & Voght, P. (2000). *Firms disclosure reactions to major social incidents: Australian evidence*.
- Depoers, F. (2000). A cost-benefit study of voluntary disclosure: some empirical evidence from French listed companies. *The European Accounting Review*, 9 (2), 245-263
- Dias, A. (2009). *A divulgação ambiental e a sua relação com a rendibilidade das empresas cotadas na Euronext Lisboa no ano de 2006*. (Dissertação de Mestrado). Universidade de Évora – Departamento de Gestão. Disponível em <http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/18431>
- Dias, A. (2010). *Responsabilidade social corporativa – Teorias predominantes na investigação em contabilidade*. XIV Encuentro Asociación Española de Contabilidad y Administración, Coimbra.
- Dias, A., Rodrigues, L., & Craig, R. (2017). Corporate Governance Effects on Social Responsibility Disclosures. *Australasian Accounting, Business and Finance Journal*, 11(2), 3-22. doi:10.14453/aabfj.v11i2.2
- Dienes, D., & Velte, P. (2016). The impact of Supervisory Board Composition on CSR Reporting. Evidence from the German Two-Tier System. *Sustainability*, 8(63), 1-20. doi:10.3390/su8010063
- Domingos, R. (2010). *A Evolução da Divulgação Voluntária de Informação nas Empresas Cotadas da Euronext Lisboa do Ano 2006 a 2008*. (Dissertação de Mestrado). Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, Lisboa. Disponível em <https://repositorio.ipl.pt/handle/10400.21/86>
- Donaldson, T. & Preston, L. (1995). The stakeholder theory of the corporation: concepts, evidence, and implication. *The Academy of Management Review*, 20(1), 65-91.

- Drucker, P. (1984). Converting Social Problems into Business Opportunities: The New Meaning of Corporate Social Responsibility. *The California Management Review*, 26 (2), 53-63.
- Duarte, M., & Rodrigues, J. (2012). *Responsabilidade Social e Ambiental das Empresas*. Lisboa: Escolar Editora.
- Dyduch, J. & Krasodomska, J. (2017). Determinants of Corporate Social Responsibility Disclosure: An Empirical Study of Polish Listed Companies. *Sustainability*, 9(11), 1934. <https://doi.org/10.3390/su9111934>.
- Eisenhardt, K. (1989), Agency theory: An assessment and review, *Academy of Management Review*, 14 (1), 57-74.
- Eng, L. & Mak, Y. (2003). Corporate governance and voluntary disclosure. *Journal of Accounting and Public Policy*, 22, 325–345
- Eugénio, T. (2010), Avanços na divulgação de Informação Social e Ambiental pelas Empresas e a Teoria da Legitimidade, *Revista Universo Contábil*, 6(1),102-118.
- Faisal, F., Tower, G. & Rusmin, R. (2012). Legitimising Corporate Sustainability Reporting Throughout the World. *Australasian Accounting, Business and Finance Journal*, 6(2), 19-34.
- Faria, M. (2015). *Responsabilidade Social Empresarial – Relato e Análise Económica e Financeira*. Porto: Vida Económica.
- FASB (2001). *Improving Business Reporting: Insights into Enhancing Voluntary Disclosures*. Disponível em: <https://www.fasb.org/brrp/brrp1.pdf>
- Ferreira, C. (2010). *Os gases de efeito de estufa e a problemática da responsabilidade social e ambiental das empresas portuguesas: O caso das cimenteiras*. (Dissertação de Mestrado). Instituto Superior de Administração e Contabilidade de Lisboa.
- Ferreira, A. & Zanolla, E. (2019). *Estratégias de legitimidade da tipologia de Suchman: Análise dos relatórios de sustentabilidade da Samarco*. XVII Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria.
- Fifka, M. (2009). Towards a More Business-Oriented Definition of Corporate Social Responsibility: Discussing the Core Controversies of a Well-Established Concept. *Journal of Service Science and Management*, 2, 312-321. DOI:10.4236/jssm.2009.24037

- Frederick, W. (1960). The Growing Concern Over Business Responsibility. *California Management Review*, 54 – 61.
- Frederick, W. (1978). From CSR₁ to CSR₂: The Maturing of Business-And-Society Thought. *Business and Society*, 33(2), 150-164.
- Freeman, I., & Hasnaoui, A. (2011). The Meaning of Corporate Social Responsibility: The Vision of Four Nations. *Journal of Business Ethics*, 100 (3), 419–443. DOI 10.1007/s10551-010-0688-6
- Freeman, R. (2010). *Strategic management – A Stakeholder Approach*. (E-book).
- Freeman, R. McVea, J. (2001). *A stakeholder approach to strategic management*. Working Paper no. 01-02, 189-207.
- Freitas, A. (2007). *Análise das divulgações ambientais nos relatórios anuais das maiores empresas portuguesas*. (Dissertação de Mestrado). ISCTE, Lisboa. Disponível em <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/1325>
- Friedman, M. (1970). The Social Responsibility of Business is to Increase Its Profits. *The New York Times Magazine*.
- Gamerschlag, R., Moller, K., & Verbeeten, F. (2011). Determinants of Voluntary CSR Disclosure: Empirical Evidence from Germany. *Review of Managerial Science*, 5, 233-262. doi: 10.1007/s11846-010-0052-3
- Ganilho, E. (2013). *A Responsabilidade Social Das Organizações No Contexto De Uma Crise Global*. XIV Congresso Internacional De Contabilidade E Auditoria. Acedido A 27/08/2020. Disponível em <https://Comum.Rcaap.Pt/Bitstream/10400.26/28960/1/2-Responsabilidadesocial..Pdf>
- Garriga, E., & Melé, D. 2004. Corporate Social Responsibility Theories: Mapping The Territory. *Journal Of Business Ethics*, 53 (2), 51-71.
- Gasparino, M. F. & Ribeiro, M. S. (2007). Análise de Relatórios de Sustentabilidade, com ênfase na GRI: Comparação entre empresas do setor do papel e celulose dos EUA e Brasil. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 1(1), 102 – 115.
- Giannarakis, G. (2014). The determinants influencing the extent of CSR disclosure. *International Journal of Law and Management*, 56(5), 393-416.

Global Reporting Initiative. (2002). *Sustainability Reporting Guidelines*. Amesterdão: Global Reporting Initiative.

Global Reporting Initiative. (2006). *Sustainability Reporting Guidelines*. Amesterdão: Global Reporting Initiative.

Global Reporting Initiative. (2012). *Relatórios de Sustentabilidade da GRI: Quanto vale essa jornada?*. Amesterdão: Global Reporting Initiative.

Global Reporting Initiative. (2013). *G4 Sustainability Reporting Guidelines*. Amesterdão: Global Reporting Initiative.

Global Reporting Initiative. (2016). *GRI Standards*. Amesterdão: Global Reporting Initiative.

Global Reporting Initiative. (2021). *Our mission and history*. Disponível em <https://www.globalreporting.org/about-gri/mission-history/>. Consultado a 13 de janeiro de 2021.

Gomes, S. & Eugénio, T. (2012). Auditoria aos relatórios de sustentabilidade das empresas portuguesas – Uma visão sobre o estado da arte. In XV Encuentro AECA “Nuevos caminos para Europa: El papel de las empresas y los gobiernos”. Esposende. Disponível em <http://www.aeca1.org/xvencuentroaeca/principal.htm>

Gond, J. P. & Moon, J. (2011). Corporate Social Responsibility in Retrospect and Prospect: Exploring the Life-Cycle of an Essentially Contested Concept. *International Centre For Corporate Social Responsibility, Research Paper Series, Nottingham University Business School*. ISSN 1479-5124. 59.

Guthrie, J., Petty, R., Yongvanich, K. & Ricceri, F. (2004). Using content analysis as a research method to inquire into intellectual capital reporting. *Journal of Intellectual Capital*, 5(2), 282-293.

Habbash, M. (2016). Corporate governance and corporate social responsibility disclosure: evidence from Saudi Arabia. *Journal of Economic and Social Development*, 3(1), 87-103.

Hakovirta, M., & Denuwara, N. (2020). How COVID-19 Redefines the Concept of Sustainability. *Sustainability*, 12, 3727, 1-4. DOI:10.3390/su12093727

Halkos, G. & Nomikos, S. (2021). Corporate social responsibility: Trends in global reporting initiative standards. *Economic Analysis and Policy*, 69, 106–117.

- Hemingway, C. & MacLagan, P. (2004). Managers' Personal Values as Drivers of Corporate Social Responsibility. *Journal of Business Ethics*, 50, 33–44.
- Hill, R. P., Ainscough, T., Shank, T., & Manullang, D. (2007). Corporate Social Responsibility and Socially Responsible Investing: A Global Perspective. *Journal Of Business Ethics*, 70, 165–174. DOI 10.1007/s10551-006-9103-8
- Instituto Ethos. (2006). Empresas E Imprensa: Pauta De Responsabilidade. *Instituto Ethos*. Disponível em <https://www3.ethos.org.br/Wp-Content/uploads/2014/05/empresas-e-imprensa-pauta-de-responsabilidade-uma-analise-da-cobertura-jornalistica-sobre-a-rse.pdf>
- Instituto Ethos. (2017). *Indicadores Ethos para Negócios Sustentáveis e Responsáveis*. São Paulo, Brasil: Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social.
- Integrated Reporting. (2021). *International <IR> Reporting Framework*.
- Integrated Reporting. (2021). The IIRC. Disponível em <https://integratedreporting.org/the-iirc-2/>. Consultado em 22 de janeiro de 2021.
- International Organization for Standardization. (2010). *International Standard ISO 26000 - Guidance on Social Responsibility*.
- International Organization for Standardization. (2021a). *ISO 26000 - Social Responsibility*. Disponível em: <https://www.iso.org/iso-26000-social-responsibility.html>. Consultado a 20 de janeiro de 2021.
- Issa, A. (2017). The Factors Influencing Corporate Social Responsibility Disclosure in the Kingdom of Saudi Arabia. *Australian Journal of Business and Applied Sciences*, 11(10), 1-19.
- Jensen, M., & Meckling, W. (1976) Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, 3, 305-360.
- Jo, H., & Harjoto, M. (2011). Corporate Governance and Firm Value: The Impact of Corporate Social Responsibility. *Journal of Business Ethics*, 103, 351-383. DOI 10.1007/s10551-011-0869-y
- Joshi, G., & Hyderabad, R. (2019). Determinants of Corporate Social Responsibility Reporting in India. *Journal of Management*, 6(1), 1–10.

- Kansal, M., Joshi, M., & Batra, G. (2014). Determinants of corporate social responsibility disclosures: Evidence from India. *Advances in accounting, incorporating Advances in International Account* 30, 217-229.
- Kaplan, S. & Ruland, R. (1991). Positive theory, rationality and accounting regulation. *Critical Perspectives On Accounting*, 2, 361-374.
- KPMG. (2006). *Estudo da KPMG sobre a publicação de Relatórios de Sustentabilidade em Portugal – Resultados do Inquérito às maiores empresas em Portugal 2006*. Lisboa: KPMG.
- KPMG. (2017). *The road ahead - KPMG survey of corporate responsibility reporting 2017*. Disponível em <https://home.kpmg/pt/pt/home/insights/2017/10/executive-summary-the-kpmg-survey-of-corporate-responsibility-reporting-2017.html>
- KPMG. (2020). *The Time has come - KPMG survey of corporate responsibility reporting 2020*. Disponível em <https://home.kpmg/xx/en/home/insights/2020/11/the-time-has-come-survey-of-sustainability-reporting.html>
- Lee, M.D. (2008). A Review of the Theories of Corporate Social Responsibility: Its Evolutionary Path and the Road Ahead. *International Journal of Management Reviews*, 10(1), 53–73. DOI:10.1111/J.1468-2370.2007.00226.X
- Legendre, S., & Coderre, F. (2013). Determinants of GRI G3 Application Levels: The Case of the Fortune Global 500. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 20,182-192. doi: 10.1002/csr.1285
- Levitt, T. (1958). The Dangers of Social Responsibility, *Harvard Business Review*, 36(5), 41-50.
- Lopes, P., Rodrigues, L. (2007) – Accounting for Financial Instruments: An Analysis of the determinants of disclosure in the Portuguese stock exchange. *The International Journal of Accounting*, 42, 25-56.
- Mahoney, L. (2012). Standalone CSR Reports: A Canadian Analysis. *Issues in Social and Environmental Accounting*, 6(1), 4-25.
- Marques, D.P. (2016). *A Influência Do Desempenho Financeiro No Relato De Sustentabilidade No Mercado De Capitais Português*. (Dissertação De Mestrado). Escola Superior De Tecnologia E Gestão, Leiria. Disponível Em

<https://iconline.ipleiria.pt/bitstream/10400.8/2295/1/D%C3%A1lia%20Pereira%20marques.Pdf>

Marrewijk, M. & Werre, M. (2003). Multiple Levels of Corporate Sustainability. *Journal Of Business Ethics*, 44, 107–119.

Mattioda, R. & Canciglieri, O. (2012). Abordagem Dos Conceitos Do Triple Bottom Line No Desenvolvimento Integrado De Produtos. *Revista Sodebras*, 7 (20). ISSN 1809-3957.

McWilliams, A. & Siegel, D. (2001). Corporate Social Responsibility: A Theory of the Firm Perspective. *Academy of Management Review*, 26(1), 117-127.

Monteiro, S., Ribeiro, V. & Lemos, K. (2019). *A evolução do relato financeiro ao relato de sustentabilidade/integrado: uma perspetiva do setor público e privado*. II Congresso Internacional de Contabilidade Publica, Lisboa.

Moura-Leite, R. & Padgett, R. (2011). Historical Background of Corporate Social Responsibility. *Social Responsibility Journal*, 7(4), 528–539. Doi:10.1108/1747111111117511.

Naser, K., & Hassan, Y. (2013). Determinants of Corporate Social Responsibility Reporting: Evidence from an Emerging Economy. *Journal of Contemporary Issues in Business Research*, 2(3), 56-74.

Nobanee, H., & Ellili, N. (2016). Corporate sustainability disclosure in annual reports: Evidence from UAE banks: Islamic versus conventional. *Renewable and Sustainability Energy Reviews*, 55, 1336-1341.

Oliveira, F. (2010). *Responsabilidade Social Empresarial – um estudo às práticas das 100 maiores empresas portuguesas*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Fernando Pessoa, Porto. Disponível em https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/1489/1/DM_FilipaOliveira.pdf

Oliveira, M., Campos, L., Sehnemc, S. & Rosseto, A. (2014). Relatórios de sustentabilidade segundo a Global Reporting Initiative (GRI): uma análise de correspondências entre os setores econômicos brasileiros. *Production*, 24(2), 392-404. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65132013005000064>

Omran, M. & Ramdhony, D. (2015). Theoretical Perspectives on Corporate Social Responsibility Disclosure: A Critical Review. *International Journal of Accounting and Financial Reporting*, 5(2), 38-55.

Organização das Nações Unidas. (2001). Nações Unidas – Declaração do Milénio. Disponível em <https://sc.movimentoods.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Decalra%C3%A7%C3%A3o-do-Milenio.pdf>

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. (2011). *Guidelines para empresas multinacionais da OCDE*. Paris, França: OECD Publishing. <http://dx.doi.org/10.1787/9789264115415-en>

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. (2018). *Guia da OCDE de Devida Diligência para uma Conduta Empresarial Responsável*.

Parlamento Europeu. (2013). *Responsabilidade social das empresas: Comportamento responsável e transparente das empresas e crescimento sustentável*. Bruxelas: Parlamento Europeu.

Pereira, D. & Carreira, F. (2019). *A nova era de relato: o relato integrado*. XVII Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria, Porto.

Perrini, F. (2006). SME's and CSR Theory: Evidence and Implications from an Italian Perspective. *Journal of Business Ethics*, 67(3), 305–316. DOI:10.1007/S10551-006-9186-2.

Pinheiro, P. (2021). *Determinantes da divulgação voluntária de informação: a divulgação da responsabilidade social no contexto global, no período 2005 – 2016*. (Tese de Doutoramento). Universidade Lusíada, Lisboa.

Pontes, S. & Laureano, R. (2012). *Proposta de teoria de suporte ao relato financeiro diferenciado*. XV Encuentro Asociación Española de Contabilidad y Administración, Esposende.

Porter, M., & Kramer, M. (2006). Strategy and Society: The Link Between Competitive Advantage and Corporate Social Responsibility. *Harvard Business Review*, 84(12), 78-92.

- Prencipe, A. (2004). Proprietary costs and determinants of voluntary segment disclosure: evidence from Italian listed companies. *European Accounting Review*, 13(2), 319-340, DOI: 10.1080/0963818042000204742
- Preston, L. (1975). Corporation and Society: The search of a Paradigm. *Journal of Economic Literature*, 434 – 453
- Reverte, C. (2009). Determinants of corporate social responsibility disclosure ratings by Spanish listed firms. *Journal of Business Ethics*, 88, 351-366. doi: 10.1007/s10551-008-9968-9
- Ribeiro, J., Pagliarussi, M., Júnior, A. & Leite da Silva, A. (2008). Escolhas Linguísticas, Custos Políticos e Gerenciamento da Imagem Corporativa: O Caso da Aracruz Celulose S. A. *Fucape Working Papers*, 7.
- Ribeiro, M. S. & Theodoro, V. S. (2016). A Responsabilidade Social Empresarial e a Sustentabilidade na visão do varejo: Estudo de caso na cidade de São Borja - Rio Grande do Sul. *Revista da Faculdade de Administração e Economia*, 7(2), 57- 72.
- Rocha, I., Pereira, A., Bezerra, F. & Nascimento, S. (2012). Análise da produção científica sobre teoria da agência e assimetria da informação. *REGGE – Revista de Gestão*, 19(2), 329-342.
- Rodrigues, I. (2013), *A crise e o relato de sustentabilidade no setor bancário: o caso português*. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/70361/2/25049.pdf>
- Rodríguez, L., Gallego, I., García, I. (2010). Determinantes de la divulgación voluntaria de información estratégica en internet: un estudio de las empresas españolas cotizadas. *Revista Europea de Dirección y Economía de la Empresa*. 19 (1), 9-26. ISSN 1019-6838.
- Rover, S., Tomazzia, E., Murcia, F., Borba, J. (2012) – Explicações para a divulgação voluntária ambiental no Brasil utilizando a análise de regressão em painel. *Revista de Administração*. 47(2), 217-230. ISSN 0080-2107.
- Sáenz, A., García, M., & Alejandro, K. (2019). Factores Determinantes de la Responsabilidad Social Empresarial (RSE). Caso aplicado a México y Brasil. *Análisis Económico*, 34(86), 197-217.

- Santos, W. & Baptista, J. (2016). Investimento Das Pequenas Empresas No Triple Bottom Line. *Revista Ensino E Pesquisa Em Administração E Engenharia*. 1 (2). 109-120.
- Sethi, S. P. (1975). Dimensions of Corporate Social Performance: An Analytic Framework. *California Management Review*, 17, 58-64.
- Sheehy, B. (2015). Defining CSR: Problems and Solutions. *Journal of Business Ethics*, 131, 625-648. DOI 10.1007/s10551-014-2281-x
- Silva, P., Garcia, I., Lucena, W. & Paulo, E. (2018). A Teoria da Sinalização e a Recuperação Judicial: Um Estudo nas Empresas de Capital Aberto Listadas na BM&FBovespa. *Revista Desenvolvimento em Questão*, 16(42), 553-584.
- Slack, R.; Shrivies, P. (2008). Social disclosure and legitimacy in Premier League football clubs: the first ten years. *Journal of Applied Accounting Research*, 9(1), 17-28. ISSN 0967-5426
- Snider, J., Hill, P., & Martin, D. 2003. Corporate Social Responsibility in the 21st Century: A View from the World's Most Successful Firms. *Journal of Business Ethics*, 48(2): 175-187
- Stroeher, A., Freitas, H. (2008). O uso das informações contábeis na tomada de decisão em pequenas empresas. *Revista RAUSP-e*, 1(1).
- Suchman, M. (1995). Managing Legitimacy: Strategic and Institutional Approaches, *Academy of Management Journal*, 20(3), 571-610.
- Sukcharoensin, S. (2012). The Determinants of Voluntary CSR Disclosure of Thai Listed Firms. *International Proceedings of Economic Development*, 46(12), 61-65. DOI: 10.7763/IPEDR
- Tavares, M. & Azevedo, G. (2018). Relatório Integrado: o futuro? Uma oportunidade ou uma miragem? *Revista Contabilista*, 220, 33-38. Consultado a 25 de janeiro de 2021.
- Testera Fuertes, A., & Cabeza Garcia, L. (2013). Análisis de los factores determinantes de la transparencia en RSC en las empresas españolas cotizadas. *Intangible Capital*, 9(1), 225-261.
- Tilling, M. (2004). Refinements to legitimacy theory in social and environmental accounting. *Commerce Research Paper Series*, 4(6). ISSN: 1441-3906.

- United Nations Global Compact. (2021). *United Nations Global Compact*. Disponível em <http://globalcompact.pt/about/un-global-compact>. Consultado em 18 de janeiro de 2021.
- Vellani, C. & Ribeiro, M. (2009). Sustentabilidade e Contabilidade, *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 1(11), 187-206.
- Velte, P., & Stawinoga, M. (2017). Empirical Research on Corporate Social Responsibility Assurance (CSRA): a literature review. *Journal of Business Ethics*, 87, 1017-1066.
- Wachira, M. (2017). Determinants of Corporate Social Disclosures in Kenya: A Longitudinal Study of Firms Listed on the Nairobi Securities Exchange. *European Scientific Journal*, 13(11), 112-132. doi: 10.19044/esj.2017.v13n11p112
- Wartick, S. & Cochran, P. (1985). The Evolution of the Corporate Social Performance Model. *Academy of Management Review*, 10(4), 758-769.
- Watson, A., Shrivies, P., Marston, C. (2002) – Voluntary Disclosure of Accounting Ratios in UK. *The British Accounting Review*. 34, 289-313. doi:10.1006/S0890-8389(02)00077-X
- Watts, R. e Zimmerman, J. (1978). Towards a Positive Theory of the Determination of Accounting Standards. *The Accounting Review*, 53(1), 112-134.
- Wood, D. (1991). Corporate Social Performance Revisited. *Academy of Management Review*, 16(4), 691-718.
- World Business Council for Sustainable Development (WBCSD) (2000). *Corporate Social Responsibility – Meeting Changing Expectations*. Suíça: WBCSD.
- Wuttichindanon, S. (2017). Corporate social responsibility disclosure - choices of report and its determinants: Empirical evidence from firms listed on the Stock Exchange of Thailand. *Kasetsart Journal of Social Sciences*, 38, 156-162.

Apêndice A

Direitos Humanos

- Princípio 1 - As empresas devem apoiar e respeitar a proteção dos direitos humanos reconhecidos internacionalmente.
- Princípio 2 – As empresas devem certificar-se de que não são cúmplices em abusos dos direitos humanos.

Práticas Laborais

- Princípio 3 - As empresas devem defender a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva.
- Princípio 4 - As empresas devem eliminar todas as formas de trabalho forçado ou compulsório.
- Princípio 5 - As empresas devem erradicar de forma efetiva o trabalho infantil.
- Princípio 6 - As empresas devem eliminar a discriminação no emprego e ocupação.

Proteção Ambiental

- Princípio 7 - As empresas devem apoiar uma abordagem preventiva sobre os desafios ambientais.
- Princípio 8 - As empresas devem desenvolver iniciativas a fim de promover maior responsabilidade ambiental.
- Princípio 9 - As empresas devem incentivar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias ambientalmente sustentáveis.

Combate à Corrupção

- Princípio 10 - As empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive a extorsão e o suborno.

Apêndice B

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
1. Erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
2. Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável;
3. Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
4. Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
5. Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas;
6. Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos;
7. Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos;
8. Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos;
9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
10. Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países;
11. Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis;
12. Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis;
13. Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos;
14. Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
15. Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda de biodiversidade;
16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis;
17. Reforçar os meios de implementação e revitalizar a Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável.

Apêndice C

GRI 102 - Conteúdo Geral	
1. Perfil da Organização	
102-1	Nome da organização
102-2	Atividades, marcas, produtos e serviços
102-3	Localização da sede da organização
102-4	Local de operações
102-5	Natureza da propriedade e forma jurídica
102-6	Mercados atendidos
102-7	Dimensão da organização
102-8	Informações sobre empregados e outros trabalhadores
102-9	Cadeia de fornecedores
102-10	Mudanças significativas na organização e na sua rede de fornecedores
102-11	Princípio ou abordagem da precaução
102-12	Iniciativas externas
102-13	Participação em associações
2. Estratégia	
102-14	Declaração do mais alto executivo
102-15	Principais impactos, riscos e oportunidades
3. Ética e Integridade	
102-16	Valores, princípios, normas e códigos de comportamento
102-17	Mecanismos para orientações e preocupações referentes a ética
4. Governance	
102-18	Estrutura de <i>governance</i>
102-19	Delegação de autoridade
102-20	Responsabilidade de cargos e funções de nível executivo por tópicos económicos, ambientais e sociais
102-21	Consulta a <i>stakeholders</i> sobre tópicos económicos, ambientais e sociais
102-22	Composição do mais alto órgão de <i>governance</i> e dos seus comités
102-23	Presidente do mais alto órgão de <i>governance</i>
102-24	Seleção e nomeação para o mais alto órgão de <i>governance</i>
102-25	Conflitos de interesse
102-26	Papel desempenhado pelo mais alto órgão de <i>governance</i> na definição de propósito, valores e estratégia
102-27	Conhecimento coletivo do mais alto órgão de <i>governança</i>
102-28	Avaliação do desempenho do mais alto órgão de <i>governança</i>
102-29	Identificação e gestão de impactos económicos, ambientais e sociais
102-30	Eficácia dos processos de gestão de risco
102-31	Análise de tópicos económicos, ambientais e sociais
102-32	Papel desempenhado pelo mais alto órgão de <i>governance</i> no relato de sustentabilidade
102-33	Comunicação de preocupações cruciais
102-34	Natureza e número total de preocupações cruciais
102-35	Políticas de remuneração
102-36	Processo para determinação da remuneração
102-37	Envolvimento dos <i>stakeholders</i> na remuneração
102-38	Proporção da remuneração total anual
102-39	Proporção do aumento percentual na remuneração total anual

5. Relacionamento com os Stakeholders	
102-40	Lista de grupos de <i>stakeholders</i>
102-41	Acordos de negociação coletiva
102-42	Identificação e seleção de <i>stakeholders</i>
102-43	Abordagem para o relacionamento com <i>stakeholders</i>
102-44	Principais preocupações e tópicos levantados
6. Práticas de Relato	
102-45	Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas
102-46	Definição do conteúdo do relatório e dos Limites de tópicos
102-47	Lista de tópicos materiais
102-48	Reformulações de informações
102-49	Alterações no relato
102-50	Período coberto pelo relatório
102-51	Data do relatório mais recente
102-52	Ciclo de emissão de relatórios
102-53	Contato para perguntas sobre o relatório
102-54	Declarações de relato em conformidade com as Normas GRI
102-55	Sumário de conteúdo da GRI
102-56	Verificação externa

Apêndice D

Indicadores de Desempenho Económico – GRI 200	
GRI 201 – Desempenho Económico	
201-1	Valor económico direto gerado e distribuído
201-2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de mudanças climáticas
201-3	Obrigações do plano de benefícios definido e outros planos de
201-4	Apoio financeiro recebido do governo
GRI 202 – Presença no Mercado	
202-1	Proporção entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, com discriminação por género
202-2	Proporção de <i>senior managers</i> contratados na comunidade local
GRI 203 – Impactos Económicos Indiretos	
203-1	Investimentos em infraestruturas e apoio a serviços
203-2	Impactos económicos indiretos significativos
GRI 204 – Práticas de Compra	
204-1	Proporção de gastos com fornecedores locais
GRI 205 – Combate à Corrupção	
205-1	Operações avaliadas quanto a riscos relacionados com corrupção
205-2	Comunicação e capacitação em políticas e procedimentos de combate à corrupção
205-3	Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas
GRI 206 – Concorrência Desleal	
206-1	Ações judiciais por concorrência desleal, <i>anti-trust</i> e monopólio
GRI Standards Atualização 2019: GRI 207 - Impostos	
207-1	Abordagem tributária
207-2	<i>Governance</i> , controlo e gestão de risco fiscal
207-3	<i>Stakeholders engagement</i> e gestão de suas preocupações quanto aos impostos
207-4	Relato país-a-país

Apêndice E

Indicadores de Desempenho Ambiental – GRI 300	
GRI 301 – Materiais	
301-1	Consumo de materiais por peso ou volume
301-2	Materiais recicláveis utilizados
301-3	Produtos recuperados e as suas embalagens
GRI 302 – Energia	
302-1	Consumo de energia dentro da organização
302-2	Consumo de energia fora da organização
302-3	Intensidade energética
302-4	Redução do consumo de energia
302-5	Reduções nos requisitos energéticos produtos e serviços
GRI 303 – Água	
303-1	Captação de água por fonte
303-2	Fontes de água afetadas significativamente pela sua captação
303-3	Água reciclada e reutilizada
GRI 304 – Biodiversidade	
304-1	Instalações operacionais (próprias ou arrendadas) nas áreas adjacentes a áreas protegidas e áreas com alto valor de biodiversidade fora das áreas protegidas
304-2	Impactos significativos das atividades, produtos e serviços sobre biodiversidade
304-3	Habitats protegidos ou restaurados
304-4	Espécies na lista vermelha da ICNF e na lista de conservação nacional de que os habitats são situados dentro das zonas afetadas pelas operações
GRI 305 – Emissões	
305-1	Emissões indiretas de Gases de Efeito de Estufa (GEE) - Âmbito 1
305-2	Emissões indiretas de GEE - Âmbito 2
305-3	Emissões indiretas de GEE - Âmbito 3
305-4	Intensidade das emissões de GEE
305-5	Redução de emissões de GEE
305-6	Emissões de substâncias destruidoras da camada do ozono
305-7	Óxidos de azoto, óxidos de enxofre e outras emissões significativas
GRI 306 – Afluentes e Resíduos	
306-1	Descargas de água por qualidade e por destino
306-2	Resíduos por tipo e por destino
306-3	Derrames significativos
306-4	Transporte de lixo perigosos
306-5	Massas de água afetados pelos derrames e escoamento
GRI 307 - Conformidade Ambiental	
307-1	Não conformidade com as leis e regulamentos ambientais
GRI 308 - Avaliação de fornecedores em termos ambientais	
308-1	Novos fornecedores que foram selecionados com base em critérios ambientais
308-2	Impactos ambientais negativos sobre a cadeia de aquisição e medidas tomadas
GRI Standards Atualização 2018: GRI 303 – Água e Afluentes	
303-1	Interações com a água como um recurso partilhado
303-2	Gestão dos impactos relacionados com as descargas de água
303-3	Captação de água
303-4	Descargas de Água
303-5	Consumo de Água
GRI Standards Atualização 2020: GRI 306 – Resíduos	
306-1	Resíduos gerados e os seus impactos significativos relacionados
306-2	Gestão dos impactos significativos relacionados com os resíduos
306-3	Resíduos gerados
306-4	Resíduos desviados da sua disposição final
306-5	Resíduos direcionados para a sua disposição final

Apêndice F

Indicadores de Desempenho Social – GRI 400	
GRI 401 – Emprego	
401-1	Novas contratações e rotatividade de colaboradores
401-2	Benefícios para funcionários em período integral que não são concedidos a empregados de meio período ou temporários
401-3	Licença parental
GRI 402 – Relação entre empregados e direção	
402-1	Períodos mínimos de aviso prévio sobre mudanças operacionais
GRI 403 – Saúde e segurança no trabalho	
403-1	Representação de trabalhadores em comitês de saúde e segurança
403-2	Tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absentismo e número de mortes relacionadas com o trabalho
403-3	Colaboradores com elevada incidência ou risco de doenças relacionadas com o trabalho
403-4	Participação de trabalhadores, consultas e comunicação sobre saúde e segurança no trabalho
GRI 404 – Formação e educação	
404-1	Média de horas de formação por ano e por colaborador
404-2	Programas de melhoria de competências dos colaboradores e programas de apoio à transição
404-3	Porcentagem de colaboradores que recebem, regularmente, análises de desempenho e de desenvolvimento da carreira
GRI 405 – Diversidade e igualdade de oportunidades	
405-1	Diversidade dos órgãos de <i>governance</i> e dos colaboradores
405-2	Rácio entre o salário base e a remuneração da mulher e do homem
GRI 406 – Luta contra a discriminação	
406-1	Casos de discriminação e medidas tomadas
GRI 407 - Liberdade sindical e negociação coletiva	
407-1	Operações e fornecedores em que o direito à liberdade de associação e negociação coletiva pode estar em risco
GRI 408 - Trabalho infantil	
408-1	Operações e fornecedores com risco significativo de incidentes de trabalho infantil
GRI 409 - Trabalho forçado ou obrigatório	
409-1	Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho forçado ou obrigatório
GRI 410 - Práticas de segurança	
410-1	Pessoal de segurança treinado em políticas ou procedimentos de direitos humanos
GRI 411 - Direito dos povos indígenas	
411-1	Casos de violações dos direitos dos povos indígenas
GRI 412 – Evolução dos Direitos Humanos	
412-1	Operações submetidas a avaliações de Direitos Humanos
412-2	Formação em políticas e práticas de Direitos Humanos
412-3	Acordos de investimento e contratos com cláusulas de Direitos Humanos
GRI 413 – Comunidades Locais	
413-1	Operações com envolvimento da comunidade local, avaliação dos impactos e desenvolvimento de programas
413-2	Operações com impactos negativos significativos - reais ou potenciais - nas comunidades locais
GRI 414 – Evolução social dos fornecedores	
414-1	Novos fornecedores que foram selecionados com base em critérios sociais
414-2	Impactos negativos na cadeia de suprimentos e medidas tomadas
GRI 415 – Políticas públicas	
415-1	Contribuições para partidos e/ou representantes políticos
GRI 416 – Saúde e Segurança dos consumidores	
416-1	Avaliação dos impactos dos produtos e serviços na saúde e segurança
416-2	Casos de não conformidade relacionados a impactos na saúde e segurança das categorias de produtos e serviços

GRI 417 – Comercialização e Rotulagem	
417-1	Requisitos para informação e rotulagem de produtos e serviços
417-2	Casos de não conformidade relacionada à informação e rotulagem de produtos e serviços
417-3	Casos de não conformidade relacionados com comunicação e marketing
GRI 418 – Confidencialidade dos dados dos clientes	
418-1	Reclamações fundamentais sobre violações da privacidade do cliente e perda de dados do cliente
GRI 419 – Conformidade socioeconómica	
419-1	Não-conformidades com as leis e regulamentos na área social e económica
GRI Standards Atualização 2018: GRI 403 – Saúde e segurança no trabalho	
403-1	Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho
403-2	Identificação de periculosidade, avaliação de riscos e investigação de incidentes
403-3	Serviços de saúde do trabalho
403-4	Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores referentes a saúde e segurança do trabalho
403-5	Formação de trabalhadores em saúde e segurança do trabalho
403-6	Promoção da saúde do trabalhador
403-7	Prevenção e mitigação de impactos de saúde e segurança do trabalho diretamente vinculados com relações de negócios
403-8	Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde
403-9	Acidentes de trabalho
403-10	Doenças profissionais

Apêndice H

País/Índice	Nome da Empresa	Setor - Industry ICB
Portugal - PSI 20	Altri, SGPS, S.A.	Basic Materials
	Banco Comercial Português, S.A.	Financials
	Corticeira Amorim, SGPS, S.A.	Consumer Goods
	CTT-Correios de Portugal, S.A.	Industrials
	EDP – Energias de Portugal, S.A.	Utilities
	EDP Renováveis, S.A.	Utilities
	Galp Energia, SGPS, S.A.	Oil & Gas
	Ibersol, SGPS, S.A.	Consumer Services
	Jerónimo Martins, SGPS, S.A.	Consumer Services
	NOS, SGPS, S.A.	Telecommunications
	Ren – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.	Utilities
	Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.	Basic Materials
	Sonae, SGPS, S.A.	Consumer Services
	Sonae Capital SGPS, S.A.	Financials
	The Navigator Company,S.A.	Basic Materials
Espanha - IBEX 35	ACS, Actividades de Construccion y Servicios, S.A.	Industrials
	Acerinox, S.A.	Basic Materials
	Amadeus IT Group, S.A.	Technology
	Acciona, S.A.	Industrials
	Banco Bilbao Vizcaya Argentaria S.A.	Financials
	Bankia, S.A.	Financials
	Bankinter,S.A.	Financials
	CaixaBank, S.A.	Financials
	Cellnex Telecom, S.A.	Telecommunications
	Inmobiliaria Colonial Socimi, S.A.	Financials
	Endesa, S.A.	Utilities
	Enagás, S.A.	Utilities
	Ferrovial, S.A.	Industrials
	Grifols, S.A.	Health Care
	Iberdrola, S.A.	Utilities
	Indra Sistemas, S.A., Série A	Technology
	MAPFRE, S.A.	Financials
	Melia Hotels International, S.A.	Consumer Services
	MERLIN Properties SOCIMI, S.A.	Financials
	Red Electrica Corporacion, S.A.	Utilities
	Repsol, S.A.	Oil & Gas
	Banco Santander, S.A.	Financials
Telefonica, S.A.	Telecommunications	
Mediaset España Comunicacion, S.A.	Consumer Services	

França - CAC 40	Accor, S.A.	Consumer Services
	Air Liquide, S.A.	Industrials
	Atos, S.E.	Technology
	BNP Paribas, S.A.	Financials
	Carrefour, S.A.	Consumer Services
	Credit Agricole, S.A.	Financials
	Danone, S.A.	Consumer Goods
	Kering, S.A.	Consumer Services
	Legrand, S.A.	Industrials
	L'Oréal, S.A.	Consumer Goods
	LVMH Moët Hennessy Louis Vuitton, S.E.	Consumer Goods
	Michelin, S.A.	Consumer Goods
	Orange, S.A.	Telecommunications
	Peugeot, S.A.	Consumer Goods
	Publicis Groupe, S.A.	Consumer Services
	Compagnie de Saint-Gobain , S.A.	Industrials
	Sanofi, S.A.	Health Care
	Schneider Electric, S.E.	Industrials
	Société Générale S.A.	Financials
	Unibail-Rodamco-Westfield, S.E.	Financials
	VINCI, S.A.	Industrials
	Vivendi, S.A.	Consumer Services

Apêndice I

Índice/ País	Empresa	2017				2018				2019			
		IDE	IDA	IDS	IDG	IDE	IDA	IDS	IDG	IDE	IDA	IDS	IDG
PSI 20 - Portugal	Altri, SGPS, S.A.	0,077	0,100	0,176	0,353	0,077	0,733	0,353	1,163	0,385	0,800	0,441	1,626
	Banco Comercial Português, S.A.	0,692	0,400	0,412	1,504	0,692	0,400	0,412	1,504	0,692	0,400	0,412	1,504
	Corticeira Amorim, SGPS, S.A.	0,615	0,533	0,235	1,384	0,538	0,533	0,235	1,307	0,615	0,567	0,265	1,447
	CTT-Correios de Portugal, S.A.	0,667	0,735	0,729	2,131	1	1	1	3	1	1	1	3
	EDP – Energias de Portugal, S.A.	1	0,967	1	2,967	1	0,967	1	2,967	1	0,967	1	2,967
	EDP Renováveis, S.A.	1	0,500	0,735	2,235	0,846	0,433	0,588	1,868	0,846	0,433	0,559	1,838
	Galp Energia, SGPS, S.A.	0,846	0,900	0,971	2,717	0,846	0,900	0,971	2,717	0,846	0,900	0,971	2,717
	Ibersol, SGPS, S.A.	0,769	0,800	0,500	2,069	0,769	0,800	0,529	2,099	0,769	0,800	0,529	2,099
	Jerónimo Martins, SGPS, S.A.	0,889	0,971	0,479	2,339	0,769	0,933	0,765	2,467	0,769	0,933	0,765	2,467
	NOS, SGPS, S.A.	0,462	0,267	0,559	1,287	0,462	0,367	0,588	1,416	0,462	0,367	0,588	1,416
	Ren – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.	0	0,176	0,104	0,281	0,077	0,094	0,100	0,271	0,692	0,600	0,882	2,175
	Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.	0,385	0,200	0,471	1,055	0,385	0,200	0,500	1,085	0,385	0,200	0,500	1,085
	Sonae, SGPS, S.A.	0,846	0,767	0,618	2,230	0,846	0,833	0,676	2,356	0,846	0,833	0,676	2,356
	Sonae Capital SGPS, S.A.	0,308	0,500	0	0,808	0,462	0,600	0,471	1,532	0,385	0,600	0,441	1,426
The Navigator Company, S.A.	0,846	0,967	0,853	2,666	0,846	1	0,853	2,699	0,846	1	0,875	2,721	
	Média	0,627	0,585	0,523	1,735	0,641	0,653	0,603	1,897	0,703	0,693	0,660	2,056
IBEX 35 - Espanha	ACS, Actividades de Construccion y Servicios, S.A.	0,308	0,833	0,471	1,612	0,538	0,700	0,706	1,944	0,538	0,633	0,706	1,878
	Acerinox, S.A.	1	0,853	0,771	2,624	0,692	0,633	0,647	1,973	0,692	0,600	0,618	1,910
	Amadeus IT Group, S.A.	0,333	0,412	0,396	1,141	0,538	0,533	0,324	1,395	0,538	0,533	0,382	1,454
	Acciona, S.A.	1	0,967	0,882	2,849	1	0,969	0,925	2,894	1,000	0,969	0,925	2,894
	Banco Bilbao Vizcaya Argentaria S.A.	0,778	0,529	0,750	2,057	0,308	0,600	0,412	1,319	0,769	0,300	0,765	1,834
	Bankia, S.A.	0,769	0,767	0,412	1,948	0,769	0,767	0,412	1,948	0,769	0,767	0,412	1,948
	Bankinter, S.A.	0,889	1	0,958	2,847	0	0	0	0	1	1	0,971	2,971
	CaixaBank, S.A.	0,846	0,100	0,765	1,711	0,846	0,100	0,765	1,711	0,882	0,094	0,800	1,776
	Cellnex Telecom, S.A.	0,462	0,400	0,353	1,214	0,538	0,400	0,559	1,497	0,538	0,367	0,588	1,493
	Immobiliaria Colonial Socimi, S.A.	0,923	0,900	0,971	2,794	0,769	0,875	0,950	2,594	1	0,875	0,875	2,750
	Endesa, S.A.	0,538	0,900	0,824	2,262	0,769	0,906	0,725	2,400	0,923	0,875	0,950	2,748
	Enagás, S.A.	0,769	0,900	0,647	2,316	1	0,938	0,850	2,788	0,769	0,906	0,725	2,400
	Ferrovial, S.A.	1	0,941	1	2,941	0,462	0,500	0,441	1,403	1	1	1	3
	Grifols, S.A.	0,462	0,467	0,382	1,311	1	1	1	3	0,647	0,688	0,825	2,160
	Iberdrola, S.A.	1	1	1	3	1	1	1	3	1	0,938	1	2,938
	Indra Sistemas, S.A., Série A	1	1	0,971	2,971	0,846	0,800	0,912	2,558	1	1	1	3
	MAPFRE, S.A.	0,846	0,733	0,941	2,521	0,923	0,500	0,765	2,188	0,923	0,438	0,950	2,311
	Melia Hotels International, S.A.	0,923	0,500	0,735	2,158	0,692	0,267	0,471	1,430	1	0,531	0,675	2,206
	MERLIN Properties SOCIMI, S.A.	0,444	0,324	0,458	1,226	0,615	0,900	0,853	2,368	0,692	0,367	0,441	1,500
	Red Electrica Corporacion, S.A.	0,615	0,900	0,853	2,368	1	1	1	3	0,882	0,906	0,882	2,671
	Repsol, S.A.	1	1	1	3	0,308	0,433	0,324	1,065	1	0,900	1	2,900
	Banco Santander, S.A.	1	0,967	0,912	2,878	1	0,967	0,912	2,878	1	1	0,912	2,912
	Telefonica, S.A.	0,615	0,700	0,618	1,933	0,769	0,767	0,676	2,212	0,692	0,833	0,706	2,232
	Mediaset España Comunicacion, S.A.	1	1	1	3	1	1	1	3	1	1	1	3
	Média	0,772	0,754	0,753	2,278	0,724	0,690	0,693	2,107	0,844	0,730	0,796	2,370
CAC 40 - França	Accor, S.A.	0,769	0,667	0,706	2,142	0,538	0,533	0,676	1,748	0,462	0,533	0,618	1,613
	Air Liquide, S.A.	0	0,294	0,104	0,398	0,077	0,375	0,125	0,577	0,000	0,375	0,206	0,581
	Atos, S.E.	0,923	0,400	0,294	1,617	0,923	0,400	0,294	1,617	0,923	0,400	0,294	1,617
	BNP Paribas, S.A.	0,333	0,324	0,354	1,011	0,538	0,467	0,471	1,476	0,462	0,533	0,559	1,554
	Carrefour, S.A.	0,778	0,882	0,542	2,202	0,769	0,267	0,588	1,624	0,846	0,300	0,647	1,793
	Credit Agricole, S.A.	0,333	0,412	0,250	0,995	0,333	0,412	0,271	1,016	0,333	0,294	0,271	0,898
	Danone, S.A.	0,385	0,867	0,794	2,045	0,385	0,900	0,765	2,049	0,471	0,867	0,765	2,102
	Kering, S.A.	0,778	0,676	0,479	1,933	0,385	0,719	0,750	1,853	0,462	0,719	0,750	1,930
	Legrand, S.A.	0,846	0,833	0,941	2,621	0,846	0,867	0,941	2,654	0,846	0,906	0,975	2,727
	L'Oréal, S.A.	0,154	0,433	0,324	0,911	0,231	0,433	0,324	0,988	0,231	0,433	0,324	0,988
	LVMH Moët Hennessy Louis Vuitton, S.E.	0,692	0	0,971	1,663	0,692	0,000	0,971	1,663	0,692	0	0,941	1,633
	Michelin, S.A.	0,308	0,400	0,441	1,149	0,692	0,500	0,676	1,869	0,692	0,469	0,575	1,736
	Orange, S.A.	0,538	0,333	0,382	1,254	0,538	0,367	0,382	1,287	0,846	0,625	0,750	2,221
	Peugeot, S.A.	1	0,941	0,958	2,900	1	0,933	0,912	2,845	1	0,933	0,912	2,845
	Publicis Groupe, S.A.	0,769	0,567	0,971	2,306	0,846	0,563	0,875	2,284	0,882	0,531	0,975	2,389
	Compagnie de Saint-Gobain, S.A.	0,385	0,433	0,441	1,259	0,231	0,433	0,441	1,105	0,231	0,433	0,412	1,076
	Sanofi, S.A.	0,308	0,533	0,412	1,253	0,308	0,400	0,353	1,061	0,308	0,433	0,412	1,153
	Schneider Electric, S.E.	0,385	0,300	0,176	0,861	0,308	0,267	0,500	1,074	0,308	0,267	0,441	1,016
	Société Générale S.A.	0,556	0,147	0,438	1,140	0,556	0,059	0,375	0,989	0,556	0,088	0,396	1,040
	Unibail-Rodamco-Westfield, S.E.	0,769	0,533	0,441	1,744	0,769	0,533	0,471	1,773	0,769	0,533	0,471	1,773
VINCI, S.A.	0,385	0,767	0,588	1,740	0,385	0,833	0,647	1,865	0,231	0,500	0,588	1,319	
Vivendi, S.A.	0	0,200	0,147	0,347	0	0,233	0,088	0,322	0	0,200	0,088	0,288	
	Média	0,518	0,497	0,507	1,522	0,516	0,477	0,541	1,534	0,525	0,472	0,562	1,559